

Paulo Keller

CULTURA DO TRABALHO FABRIL



Ao fazer a etnografia e a história da mais antiga grande fábrica brasileira (a Brasil Industrial de 1871) até a atualidade este livro ocupa um lugar importante no conjunto da literatura sobre a cultura dos trabalhadores têxteis e sobre a forma de dominação fábrica com vila operária. Mas tal importância se deve também ao fato do autor ter tido sua socialização infanto-juvenil nos anos 60 e 70 na vila operária de uma segunda fábrica, a Maria Cândida, implantada na mesma localidade no interior do estado do Rio de Janeiro que na atualidade é a cidade de Paracambi. E de ter podido voltar ao lugar para observá-lo do ponto de vista científico, sem abandonar os ensinamentos que uma compreensão nativa pode propiciar. No momento em que a apropriação da memória operária está em disputa, quando o imponente prédio da Fábrica Brasil Industrial é comprado em 2002 pela prefeitura e transformado em um espaço público educacional, Paulo Keller reapresenta sua antiga dissertação reeditada para qualificar tal memória. Nela, a partir de documentação histórica e de entrevistas, o auge desse tipo de industrialização até a primeira metade do século XX é analisado através do complexo fabril produção/habitação e do complexo social constituído pelos aparatos institucionais da fábrica e pela forma cultural como os trabalhadores e trabalhadoras deles se reapropriaram em sua vida cotidiana. Além disso, o autor, na apresentação e no último ensaio do livro, vai situar esta



"Utilizando fontes históricas inéditas, o autor permite um acesso privilegiado ao período em que os arredores do Rio de Janeiro se transformaram no palco de uma experiência de industrialização significativa, principalmente do setor têxtil, como um processo produtivo que já nascia na forma de grande indústria (...) o leitor terá com certeza um conjunto de informações que o habilitará a conhecer um pedaço importante da história da indústria do Rio de Janeiro; da Cidade de Paracambi, marcada pela presença preponderante das fábricas; e do cotidiano dos operários têxteis."

(Trecho do Prefácio de José Ricardo Ramalho)

O carnaval, o futebol, as domingueiras e bailes nos Cassinos, e banhos de açude e diversas outras atividades de lazer, bem como outras atividades que compunham individualmente o tempo livre do operariado, foram momentos fundamentais de convivência e de solidificação de relações de amizade, abrindo, nas Fábricas com Vila Operária, um espaço relativamente autônomo que, momentaneamente, desvincilhava-se do poder patronal.

(Trecho do Livro)

disputa pela memória no desfecho do longo período de declínio do sistema fábrica e vila operária até os anos 80 e 90. Assim, no momento em que o declínio do emprego industrial se transforma simbolicamente em potencialidades educacionais, tais possibilidades não devem desprezar a patrimonialização material e imaterial da cultura operária como elemento importante de uma emancipação pela educação que se reapropria de forma consciente do processo histórico.

José Sergio Leite Lopes é professor titular do Departamento de Antropologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.



Paulo Keller é doutor em Ciências Humanas (Sociologia) pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/IFCS) da UFRJ (2004). Atualmente é Professor Associado I do Departamento de Sociologia e Antropologia e Professor colaborador do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFMA.

E-mail: paulo.keller@ufma.br

CULTURA DO TRABALHO FABRIL

Paulo Keller



Universidade Federal do Maranhão

Reitor Prof. Dr. Natalino Salgado Filho

Vice-Reitor Prof. Dr. Marcos Fábio Belo Matos



EDUFMA Editora da UFMA

Diretor Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira

Conselho Editorial Prof. Dr. Esnel José Fagundes
Profa. Dra. Inez Maria Leite da Silva
Prof. Dr. Luciano da Silva Façanha
Profa. Dra. Andréa Dias Neves Lago
Profa. Dra. Francisca das Chagas Silva Lima
Bibliotecária Tatiana Cotrim Serra Freire
Prof. Me. Cristiano L. de Alan Kardec Capovilla Luz
Prof. Dr. Jardel Oliveira Santos
Prof. Dr. Ítalo Domingos Santirocchi

CULTURA DO TRABALHO FABRIL

São Luís



EDUFMA

2019



Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Associação Brasileira das Editoras Universitárias



Capa Ladrilho design
Projeto Gráfico Ladrilho design
Revisão Paulo Keller
Foto da capa Companhia Brazil Industrial – *Seções diversas* - Paracamby, 1912: doação da ex-funcionária da Cia. Têxtil Brasil Industrial, Sra. Sílvia Fernandes.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Keller, Paulo.

Cultura do trabalho fabril [recurso eletrônico]/ Paulo Keller. – São Luís: EDUFMA, 2019.

190 p.: il.

ISBN: 978-85-7862-952-6

1. Trabalho fabril – vida cotidiana. 2. Fábricas de Tecido – Rio de Janeiro
3. Fábricas – Vila Operária I. Título.

CDD 677

CDU 677(091)(815.3)

Elaborada pela bibliotecária Eliziene Barbosa Costa CRB-13 / 528

Impresso no Brasil [2019]

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microimagem, gravação ou outro, sem permissão do autor.

EDUFMA | Editora da UFMA

Av. dos Portugueses, 1966 – Vila Bacanga

CEP: 65080-805 | São Luís | MA | Brasil

Telefone: (98) 3272-8157

www.edufma.ufma.br | edufma@ufma.br

“Pois estou convencido de que não podemos entender a classe [operária] a menos que a vejamos como uma formação social e cultural, surgindo de processos que só podem ser estudados quando eles mesmos operam durante um considerável período histórico.”

Edward P. Thompson

Sumário

Apresentação, 9

1

**O COTIDIANO E O COMPLEXO:
FÁBRICA COM VILA OPERÁRIA EM PARACAMBI - RJ, 19**

Prefácio: José Ricardo Ramalho, 19

Introdução, 22

Parte 1 - Fábrica com Vila Operária em Paracambi(RJ), 33

Introdução, 33

Capítulo 1 - Fatores que se somaram para o desenvolvimento da indústria têxtil nesta particular região fluminense, 34

Capítulo 2 - As fábricas de tecidos: processo de implantação, 39

2.1. Companhia Brasil Industrial

2.2. Companhia Tecelagem Santa Luíza

2.3. S/A Fábrica de Tecidos Maria Cândida

Parte 2 - O Cotidiano Operário e o Complexo Fabril, 65

Introdução, 65

Capítulo 1 - Moradia - As Vilas operárias, 68

a. Brasil Industrial - Fabrica Paracambi

b. Maria Cândida - Fábrica Cascata

Capítulo 2 - Sobre o controle nas Vilas, 75

Capítulo 3 - O Acesso ao Emprego, 77

Capítulo 4 - O Acesso às Casas, 81

Capítulo 5 - Consumo - Alimentação e Vestuário, 87

Capítulo 6 - Educação, 98

Capítulo 7 - Religiosidade, 106

Capítulo 8 - Lazer e Tempo Livre, 131

Capítulo 9 - Assistência Social, Saúde e Morte, 143

Conclusão, 148

Apêndice 1: “Sobre o fim do complexo fábrica com Vila Operária em Paracambi/RJ”, 151

Apêndice 2: “O competente edifício da fábrica da Cia. Brasil Industrial descrito com todo rigor pelos seus diretores em 1874 caracterizando uma típica fábrica brasileira nos moldes da grande indústria”, 153

Referências, 155

Arquivos e Bibliotecas, 160

2 DOMINAÇÃO, RESISTÊNCIA E RECIPROCIDADE
NO MUNDO DO TRABALHO, 165

3 APROPRIAÇÃO DA MEMÓRIA OPERÁRIA, 179

Apresentação

A coletânea “Cultura do Trabalho Fabril” reúne um conjunto de três escritos (uma dissertação, um artigo e um ensaio) revistos, reeditados e atualizados de forma crítica versando sobre a formação e a experiência social de trabalhadores têxteis dentro da *situação tipo* de industrialização com vila operária (LEITE LOPES, 1988) a partir de estudos de caso de duas fábricas de tecidos no atual município de Paracambi – Estado do Rio de Janeiro: a fábrica de tecidos de algodão da antiga Cia Têxtil Brasil Industrial de 1871 que foi a “primeira grande (e até o final da década de 1880 a maior) fábrica de tecidos de algodão do Brasil” (SUZIGAN, 1986, p. 134) e a “mais importante do Império” (WEID & BASTOS, 1986, p. 41); e, a fábrica de tecidos de algodão da antiga S/A Fábrica de Tecidos Maria Cândida de 1924 que se originou das instalações da antiga fábrica de tecidos de juta da Companhia Tecelagem Santa Luíza de 1891, que pertenceu ao industrial Jorge Street, esta pequena fábrica constitui uma típica fábrica de tecidos grossos que foi importante como processo de aprendizado para as primeiras indústrias têxteis.

O primeiro escrito é minha dissertação de mestrado que foi apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (IFCS/UFRJ) com o título de *O cotidiano e o complexo: fábrica com vila operária em Paracambi/RJ* (KELLER, 1996) que teve orientação do sociólogo Prof. José Ricardo Ramalho e coorientação da antropóloga Prof. Rosilene Alvim (IFCS/UFRJ) e que tratava de aspectos da vida cotidiana (HELLER, 1992) do operariado nas fábricas de tecidos no município de Paracambi (RJ) entre o final do século XIX e primeira metade do século XX. Estas pesquisas tiveram início em atividades de iniciação científica (Apoio do CNPq) durante minha graduação em Ciências Sociais no IFCS/UFRJ no Laboratório de Pesquisa Social, mais especificamente no Núcleo de Pesquisas Sindicais, então coordenado pelo Professor José Ricardo Ramalho (PPGSA/IFCS/UFRJ)

Neste período de dois anos de pesquisas iniciais no NUPES produzi dois relatórios: *A formação dos trabalhadores têxteis em Paracambi-RJ e o sistema de fábrica com vila operária* (KELLER, 1992) e, *A ação sindical têxtil em Paracambi-RJ e o sistema de fábrica com vila operária* (KELLER, 1993) que foram base para a produção da Dissertação.

Inicialmente no Mestrado em 1994 tive interesse em aprofundar as formas religiosas presentes na experiência do operariado fabril em Paracambi/RJ no momento de sua formação social e histórica. Posteriormente abandonei esta ideia inicial para investigar e analisar os diversos aspectos da vida cotidiana e como eles se entrecruzavam na experiência de vida do operariado fabril têxtil sob a situação de fábricas com vila operária nesta região do sul fluminense. Estando atento para as formas culturais presentes nesta experiência social dos trabalhadores têxteis (THOMPSON, 1987). Foi com este olhar que realizei trabalho de campo na década de 1990, observando diretamente e coletando dados escritos e visuais nos espaços e ambientes das fábricas (ainda em funcionamento) seja no interior das fábricas seja no ambiente das vilas operárias. Atento às heterogeneidades presentes nestas relações de trabalho e buscando revelar os sentidos de relações sociais de trabalho determinadas que emergem de formas específicas de industrialização.

O segundo escrito (artigo) *Dominação, Resistência e Reciprocidade no Mundo do Trabalho* (KELLER, 2007) resultou de investigações e de análises dos aspectos ambíguos e contraditórios da experiência religiosa dos operários dentro do sistema de fábrica com vila operária. O artigo nasceu de leituras e reflexões ocorridas durante a disciplina ministrada pela professora Neide Esterici (Tópicos Especiais: Padrões de dominação) durante o curso de Mestrado em Sociologia. No artigo discuto o conceito de dominação e as múltiplas formas de resistência dos dominados onde as práticas religiosas presentes nas formas culturais do operariado têxtil surgem tanto como expressões da cultura operária quanto como formas possíveis de resistência no mundo da fábrica.

O terceiro escrito (ensaio) *Apropriação da memória operária* foi oriundo de um questão colocada inicialmente pela Prof. Maria

Ciavatta (2007) quando do período de finalização de sua pesquisa sobre o processo de transformação do antigo e imponente prédio da fábrica de tecidos da Companhia Têxtil Brasil Industrial (que teve sua produção desativada por volta de 1984 e fechada em 1996) em um espaço público educacional, ocorrido a partir de 2002 com a compra do prédio pela Prefeitura Municipal de Paracambi, em parceria com o Governo do Estado do Rio, e a criação do Centro Tecnológico Universitário de Paracambi. A partir deste momento o antigo prédio passou a sediar diversas Faculdades de Tecnologia e Escolas Técnicas de Nível Superior, quando passou a se chamar “Fábrica do Conhecimento”¹. Assim, ao final de sua pesquisa (2003/ 2006) e após diversos diálogos e troca de dados de pesquisa, a professora Maria Ciavatta me instigou a produzir uma análise do processo de apropriação da memória da fábrica. Busquei neste ensaio refletir sobre o amplo processo social de construção e de apropriação da memória da indústria e do trabalho pelo conjunto dos atores sociais presentes nesta situação particular.

Além dos estudos e pesquisas da Prof. Maria Ciavatta, que resultaram no livro *Memória e Temporalidades do Trabalho e da Educação* (CIAVATTA, 2007), diversos outros investigadores de diversas áreas das ciências humanas e sociais (alguns dos quais estabeleci intercâmbios) se debruçaram sobre o caso rico e emblemático da antiga fábrica da Cia Têxtil Brasil Industrial, trazendo novos dados e novos olhares dentro de suas áreas de investigação específicas, mas que se somam para maior conhecimento desta situação tipo de industrialização.²

1 A Fábrica do Conhecimento é constituída de quatro andares construídos da antiga fábrica têxtil Brasil Industrial. Só o prédio principal tem quatro mil metros quadrados, e ainda há os anexos. Batizada de Fábrica do Conhecimento, o espaço é agora um grande complexo. Lá também estão instaladas as secretarias municipais de Cultura e de Meio Ambiente, cada uma em seu prédio. Dados do Site Mapa de Cultura. Consultado em 11/12/2019. Ver: <http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/fabrica-do-conhecimento>

2 Aqui destacamos brevemente: a Dissertação de Mestrado “*Tecendo as redes do paternalismo: lazer e identidade entre os trabalhadores da fábrica Paracambi (1874-1918)*” defendida no Programa de Pós-graduação em História Social da PUC-RIO, por Cristiane Silva Furtado (2012); a Dissertação de Mestrado “*Escola Operária da Companhia Brasil Industrial de Paracambi:*

Nos escritos aqui reunidos nesta coletânea, o processo social de reuso e de refuncionalização do antigo prédio da fábrica de tecidos da Cia. Brasil Industrial, que se torna prédio público com fins educacionais, integra um conjunto de mudanças que chamei de “declínio do antigo sistema de fábrica com vila operária” ligado a diversos fatores econômicos e gerenciais particulares e que são parte de um processo de desindustrialização fluminense e nacional. Chamo de declínio o processo de desagregação dos elementos que compunham o antigo *complexo fábrica e vila operária*: a rede de serviços coletivos é desmontada gradativamente (escola, clube, armazém, posto de saúde), alguns serviços são desativados e outros transferidos para o poder público (estadual ou municipal); e, no caso da Cia. Brasil Industrial, as casas da vila operária da fábrica foram vendidas aos operários na década de 1970.

Em nossa abordagem consideramos importante destacar o conjunto das mudanças no *sítio industrial* ou no conjunto fabril nesta situação de fábrica com vila operária. Pensamos ser fundamental tratar dos processos sociais de reuso, reconversão funcional, apropriação e ressignificação de todos os espaços físicos que compunham o antigo sítio industrial (fábrica, casa gerencial – casarão, capela, clube social cassino, clube esportivo, vila de casas de operários) pelos novos atores sociais (públicos e privados) envolvidos.

O estudo destas antigas e significativas fábricas de tecidos nos possibilita refletir sobre a questão da preservação do patrimônio industrial que surge ligado aos processos de desindustrialização e de reutilização dos antigos espaços industriais.

O Conjunto Fabril da antiga Companhia Têxtil Brasil Industrial teve seu tombamento (provisório) decretado em 16 de dezembro

reminiscências de educação e trabalho” defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Católica de Petrópolis por Gilmar R. da C. Pereira (2014); a Dissertação de Mestrado “*Paracambi: Estudo de caso do processo de reconversão de uma fábrica de tecidos em “Fábrica de Conhecimento”*” defendida na Escola de Ciências Sociais da FGV-RJ (PPG em História, Política e Bens culturais) por Joanilda M. dos Santos (2017); e, a Dissertação de Mestrado “*Paracambi industrial: uma proposta de roteiro cultural*” defendida na FGV-RJ/CPDOC – Escola de Ciências Sociais (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) por Ronaldo V. Pereira (2018).

de 1985 pelo INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Processo Número E-18/300.031/84).³ Tombamento que ocorre no período entre a desativação progressiva da produção e o fechamento definitivo da fábrica em 1996. O conjunto fabril tombado pelo INEPAC em 1985 incluiu: o edifício central, a usina de força, a casa do diretor – casarão, a capela de Nossa Senhora da Conceição e edificações complementares.

Aqui destacamos um trecho do Preâmbulo da *Carta de Nizhny Tagil Sobre Patrimônio Industrial* (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage – TICCIH, 2003) que fala da importância das ações de registro e de preservação de todas as *manifestações tangíveis e intangíveis*, envolvendo tanto o patrimônio físico quanto os *aspectos da memória e da cultura do trabalho fabril*:

(...) os edifícios e as estruturas construídas para as atividades industriais, os processos e os utensílios utilizados, as localidades e as paisagens nas quais se localizavam, assim como todas as outras manifestações, tangíveis e intangíveis, são de uma importância fundamental. Todos eles devem ser estudados, a sua história deve ser ensinada, a sua finalidade e o seu significado devem ser explorados e clarificados a fim de serem dados a conhecer ao grande público. Para além disso, os exemplos mais significativos e característicos devem ser inventariados, protegidos e conservados, de acordo com o espírito da carta de Veneza, para uso e benefício do presente e do futuro.

Os pesquisadores José Sergio Leite Lopes e Rosilene Alvim (2009) no artigo “Uma memória social operária forte diante de possibilidades difíceis de Patrimonialização industrial” afirmam que:

Tem sido frequente o aumento do interesse no estudo do patrimônio industrial quando as transformações na produção fabril (...) implicam no abandono de instalações e edificações que significam parte importante da

3 Patrimônio Cultural Bens Tombados pelo INEPAC - Conjunto Fabril da Companhia Têxtil Brasil-Industrial - Número do processo: E-18/300.031/84. Dados Disponíveis no site do INEPAC (abaixo) consultados em 20/09/2019 http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/173

vida social local. A literatura nacional e internacional aponta para este processo (p.232).

No caso particular da Cia Têxtil Brasil Industrial, os estudos e pesquisas recentes de SANTOS (2017, p. 105/106) sobre o processo de reconversão e refuncionalização das instalações desta antiga fábrica, que passa então a se chamar “Fábrica do Conhecimento” (2002), confirmam as hipóteses do desconhecimento do tombamento, da falta de ações efetivas de preservação do patrimônio industrial (educação patrimonial, identificação e inventário, etc.) e da ausência de investimentos efetivos na preservação da memória da indústria e dos trabalhadores:

(...) ocorre um desconhecimento, por parte dos gestores das instituições, dos detalhes do processo de tombamento do sítio fabril, assim como, a abrangência da área tombada. Os atores sociais que ocupam os espaços tombados conhecem que há um tombamento, mas ignoram quais estruturas são tombadas, o que é um processo de tombamento e sua finalidade. Desconhecem, também, quais caminhos percorrer para que se efetive a patrimonialização destas estruturas fabris (...) O desconhecimento do tombamento e a não preservação da memória fabril da cidade por parte destes atores sociais acarretam consequências para o processo de patrimonialização deste bem cultural (...) A memória dos trabalhadores não está presente nos ambientes educacionais e culturais. Não foi pensado um espaço para que os ex-trabalhadores da fábrica tivessem suas memórias representadas, e pelo que se observou, há preocupações neste sentido, mas ações efetivas mesmo, até o momento desta pesquisa, não havia nenhuma, salvo alguns murais e fotos em determinados locais.

As investigações de Pereira (2008, p. 30) também apontam neste sentido quando afirma que: “nada sobrou de maquinário que lembrem o cotidiano (...) a vila se encontra descaracterizada”.

Destacamos que a definição de patrimônio industrial da *Carta de Nizhny Tagil Sobre Patrimônio Industrial* (TICCIH, 2003) abarca e aponta para a valorização de todos os *vestígios tangíveis e intan-*

gíveis da cultura industrial incluindo as atividades sociais presentes nas vilas operárias (religiosidade e educação, por exemplo):

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.

Esperamos que ao reunir e apresentar a coletânea *Cultura do Trabalho Fabril* possamos contribuir – seja com pesquisadores e educadores, agentes públicos e comunidade local – para maior conhecimento e reflexão qualificada seja da situação tipo de industrialização destas antigas e significativas fábricas de tecidos, seja da experiência e da cultura dos operários e de suas famílias.

REFERÊNCIAS

- CIAVATTA, Maria (org) *Memória e Temporalidades do Trabalho e da Educação*. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ, 2007.
- FURTADO, Cristiane Silva. *Tecendo as redes do paternalismo: lazer e identidade entre os trabalhadores da fábrica Paracambi (1874-1918)*. Dissertação (Mestrado) PPHSC / PUC-RIO, 2012.
- HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- KELLER, P.F. *A formação dos trabalhadores têxteis em Paracambi-RJ e o sistema de fábrica com vila operária*. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro-RJ, NUPES-LPS-IFCS-UFRJ, 1992 (datilografado).
- _____. *A ação sindical têxtil em Paracambi-RJ e o sistema de fábrica com vila operária*. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro-RJ, NUPES-LPS-IFCS-UFRJ, 1993 (datilografado).

_____. *O cotidiano e o complexo: fábrica com vila operária em Paracambi/RJ*. Dissertação de Mestrado – PPGSA/IFCS/UFRJ, 1996.

_____. *Cotidiano operário & Complexo fabril: Fábrica com vila operária em Paracambi-RJ*. Revista ENFOQUES. PPGSA-IFCS-UFRJ, Rio de Janeiro – RJ, Volume 5, No. 1 março de 2006.

_____. *Dominação, Resistência e Reciprocidade no Mundo do Trabalho*. Revista ENFOQUES. PPGSA-IFCS-UFRJ, Rio de Janeiro – RJ, Volume 6, No. 1, maio de 2007.

_____. Apropriação da memória operária. In: CIAVATTA, Maria (org) *Memória e Temporalidades do Trabalho e da Educação*. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ, 2007.

LEITE LOPES, J.S. *A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”*. SP: Marco Zero; Brasília: UnB, 1988.

_____. *Memória e transformação social*. Rio de Janeiro / São Luís: Casa 8, 2016 (Coleção Aulas Inaugurais – PPGCSPA-UEMA).

LEITE LOPES, J.S. & ALVIM, Rosilene. *Uma memória social operária forte diante de possibilidades difíceis de Patrimonialização industrial*. In: Cultura Material e Patrimônio de C&T – Livro eletrônico do II Seminário Internacional – MAST-MCT, Julho de 2009 (p.232-256).

PEREIRA, Gilmara R. da C. *Escola Operária da Companhia Brasil Industrial de Paracambi: reminiscências de educação e trabalho*. Dissertação de Mestrado – Universidade Católica de Petrópolis, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Petrópolis, 2014.

PEREIRA, Ronaldo Vicente. *Paracambi industrial: uma proposta de roteiro cultural*. Dissertação de Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais – FGV/CPDOC – Escola de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 2018.

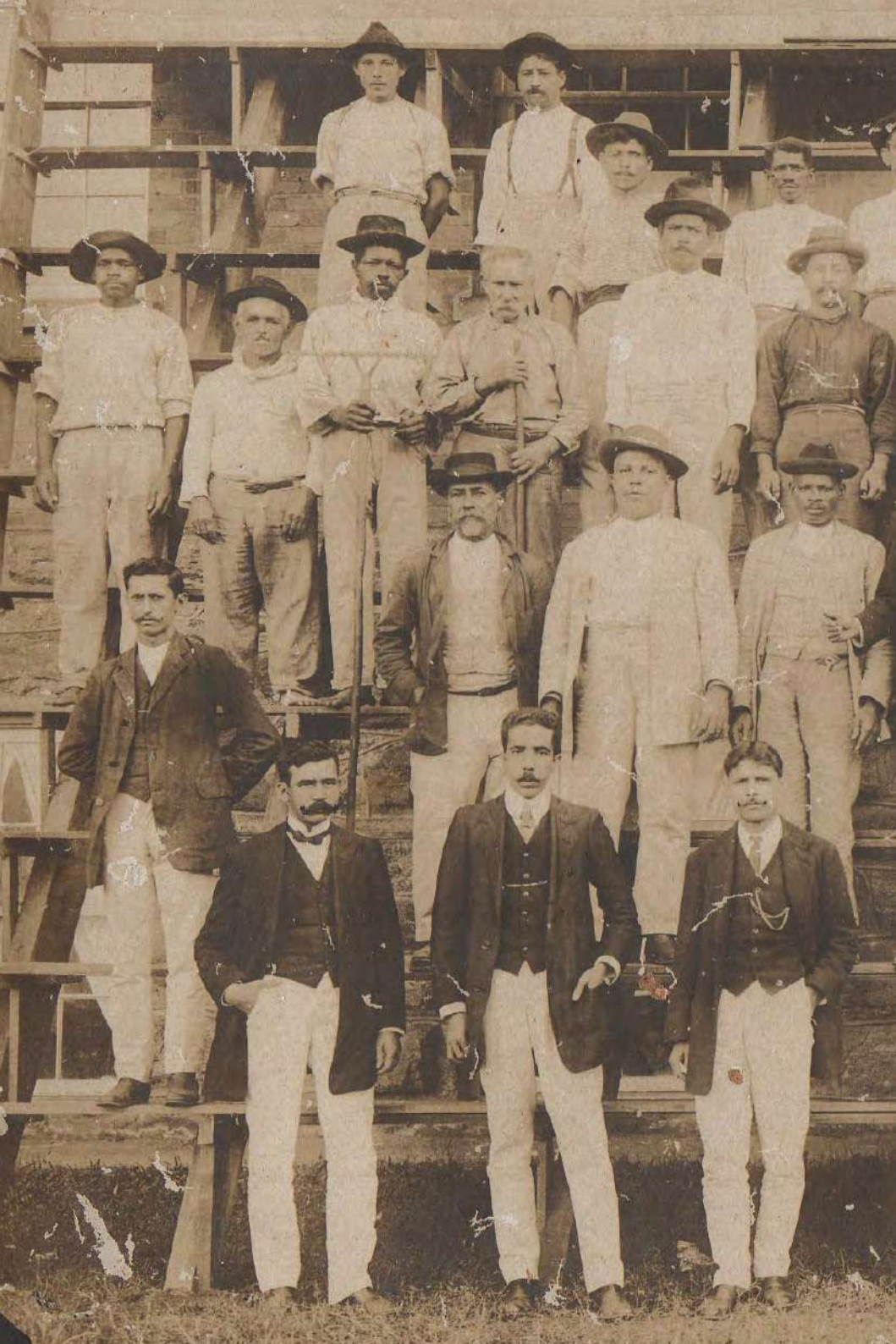
SANTOS, Joanilda M. dos. *Paracambi: Estudo de caso do processo de reconversão de uma fábrica de tecidos em “Fábrica de Conhecimento”*. Dissertação de Mestrado – Escola de Ciências Sociais da FGV / PPG em História, Política e Bens culturais. Rio de Janeiro, 2017.

SUZIGAN, W. *Indústria Brasileira, origem e desenvolvimento*. São Paulo, Brasiliense, 1986. STEIN, Stanley. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850/1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

TICCIH - The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage. *Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial*. Julho 2003.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. RJ: Paz e Terra, 1987 (Oficinas da História, Volume I – A árvore da liberdade).

WEID, Elisabeth Vonder & BASTOS, Ana Marta R. *O Fio da Meada - Estratégia de Expansão de uma Indústria Têxtil: Companhia Americana Fabril: 1878/1930*. Ri de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa e Confederação Nacional da Indústria, 1986.

**1**

O COTIDIANO E O COMPLEXO: FÁBRICA COM VILA OPERÁRIA EM PARACAMBI - RJ

Prefácio

A história e a vida dos operários têxteis da cidade de Paracambi/RJ é o tema do livro do Prof. Paulo Keller. Filho de família operária, cresceu na vila operária da fábrica Maria Cândida, sendo um apaixonado pela região onde foi criado, Keller faz um *retorno qualificado* ao passado daquele grupo social, mostrando os aspectos mais significativos do seu cotidiano e das relações sociais estabelecidas no contexto de uma situação fabril de tipo *fábrica com vila operária*.

Com o simples fato de recuperar o processo de implantação do conjunto de fábricas de tecido – Companhia Têxtil Brasil Industrial, Companhia Tecelagem Santa Luisa e a Fábrica de Tecidos Maria Cândida – transcorrido no final do século XIX, utilizando fontes históricas inéditas, o autor permite um acesso privilegiado ao período em que os arredores do Rio de Janeiro se transformaram no palco de uma experiência de industrialização significativa, principalmente no setor têxtil, com um processo produtivo que já nascia na forma de grande indústria. A partir de uma conjuntura basicamente agrária e escravocrata, o complexo fabril criado na região que hoje é Paracambi, se utilizou de uma estratégia de oferecer moradia para recrutar e alojar os operários contratados para trabalhar nas linhas de produção. Nesse contexto, foram construídas vilas operárias, em substituição aos antigos dormitórios, e criados mecanismos para “amparar” e “enquadrar” os trabalhadores e suas famílias. A leitura que o autor faz desse processo não é de forma nenhuma ingênua. Ele reconhece, e aí está um dos aspectos a se destacar nesse livro, que a rede de serviços coletiva, como parte dessa estrutura que interfere também na esfera da reprodução social dos trabalhadores, não só apresenta benefícios para os operários têxteis, mas também serve para legitimar um processo

de dominação que se constitui nas relações estabelecidas com os trabalhadores. Mas o mais interessante, diz Keller, está no fato de que estes *aparatos institucionais* são apropriados pelos operários, dando sentido e valor às relações estabelecidas nas capelas, nas escolas, nos armazéns e nos campos de futebol.

Os relatos sobre a vida nas vilas operárias e sobre as regras impostas aos seus moradores, com um controle rigoroso sobre o cotidiano familiar e comunitário dos operários, revelam aspectos importantes e paradoxais desse padrão de dominação: por um lado a invasão da disciplina fabril até mesmo nos locais de moradia; por outro lado, o reconhecimento, segundo os trabalhadores, de se poder viver “uma vida saudável e farta”.

O livro também descreve aspectos do consumo (alimentação e vestuário), da assistência social e da saúde, para mostrar como nos mínimos detalhes a ação das empresas se intrometia no cotidiano operário. Essa característica se manifestava da mesma forma com respeito à educação e formação para o trabalho. Desde seu início, por exemplo, a Brasil Industrial se preocupou com a criação de um Corpo de Aprendizes, grupo de jovens, menores de idade, que trabalhavam durante o dia na fábrica e à noite recebiam instrução elementar, no mesmo estilo utilizado na Europa da Revolução Industrial.

A questão da religião é tratada de forma elucidativa, como parte do caráter ambíguo e contraditório do padrão de dominação vigente. Através da prática religiosa (predominantemente católica), afirma Keller, a ordem estabelecida era legitimada, mas também apropriada pelos operários como uma forma de resistência e de afirmação de uma cultura operária. Os relatos sobre os festejos religiosos mostram como esses eventos serviam para reafirmar o paternalismo patronal, quando no dizer de uma operária, “era uma coisa muito bonita, (...) a família da diretoria, (...) dançava, ali junto com operários...”.

As formas de lazer são apresentadas com destaque para as “domingueiras” nos Cassinos, Clubes Sociais das fábricas. Outro aspecto se refere ao futebol, evento que marcava alternativamente as atividades dos fins-de-semana dos operários e suas famílias, e que continha elementos fortes do controle e intromissão das fábricas mesmo nos tempos livres de seus trabalhadores.

Ao final desse percurso o leitor terá com certeza um conjunto de informações que o habilitará a conhecer um pedaço importante da história da indústria do Rio de Janeiro; da cidade de Paracambi, marcada pela presença preponderante das fábricas; e do cotidiano dos operários têxteis, que mesmo submetidos aos ditames dos gerentes e empresários do dia a dia das vilas e nas formas de lazer, conseguem também transformar esse mesmo espaço, que era propriedade das fábricas, no *lar dos operários*, onde se construíam relações de amizade e ajuda mútua.

Prof. José Ricardo Ramalho

Professor Titular de Sociologia do Trabalho

PPGSA - IFCS - UFRJ

Rio de Janeiro, janeiro de 1997¹.

¹ Prefácio redigido quando da publicação do livro “Fábrica e vila operária: a vida cotidiana dos operários têxteis em Paracambi - RJ” (Paulo de Frontin - RJ: Solon, 1997) esgotado.

Introdução

*“Embora fossem propriedade dos patrões,
as vilas eram o lar dos mineiros.”*

Huw Beynon and Terry Austrin¹

Este trabalho objetiva investigar e apresentar conclusões sobre a vida cotidiana do operariado nas fábricas de tecidos da cidade de Paracambi², Estado do Rio de Janeiro, entre último quartel do século XIX e a primeira metade do século XX, período áureo das fábricas com Vila Operária³ nesta particular região fluminense.

1 Masters and Servants – Class and Patronage in the Making of a Labour Organization. Londres, Rivers Oram Press, 1994, p.38.

2 A emancipação político-administrativa da cidade de Paracambi somente ocorreu em 8 de agosto de 1960 integrando o Terceiro Distrito de Itaguaí, onde se localizavam as fábricas de tecidos e o Sétimo Distrito de Vassouras, onde estavam situados a área comercial e a antiga estação ferroviária de Macacos, construída em 1861. Apesar da Integração política-administrativa somente ocorrer em 1960, havia uma integração na região, através da partilha de duas situações industriais semelhantes, que também geravam modos de vida em comum, controladas pelo poder local de fato (o poder das fábricas). A emancipação político-administrativa está relacionada ao processo de decadência do poder local de fato.

3 Para Leite Lopes, as fábricas com Vila Operária formam um “padrão específico de relações de dominação”; são fábricas que “subordinam diretamente os seus trabalhadores para além da esfera da produção” (1988:16). Elas constituem uma “configuração de uma estrutura de relações sociais de dominação, dentre outras configurações possíveis no interior do modo de produção capitalista e no interior do conjunto de relações entre a classe operária e o patronato, do ponto de vista da reprodução do capital, (...)” (1988:18). A análise de Leite Lopes se concentra no problema do conflito de classes dentro desta “situação-tipo de industrialização”(1979:41). Minha análise do “Complexo Fábrica com Vila Operária” utiliza conceitos formulados por este autor, mas quando alguns conceitos ganham nova dimensão, procuro esclarecer de que forma se deu a passagem. Sobre o desenvolvimento da noção de complexo, ver nota número 14.

Busco investigar de que forma as partes orgânicas da cotidianidade se cruzam, conforme sugere Heller⁴, no contexto das fábricas com Vila Operária no sentido de desvendar aspectos até então não aprofundados do mundo operário. Neste sentido, a cotidianidade nas fábricas com Vila Operária contém uma ordem hierárquica específica e determinada historicamente pelo modo de produção capitalista, onde a organização do trabalho ocupa posição central dentro da heterogeneidade deste particular mundo do trabalho⁵. Os diversos aspectos do mundo operário, que formam a heterogeneidade das fábricas com Vila Operária – produção, religiosidade, formas de consumo, lazer, educação – mantêm, entre si, formas de intercâmbio, combinando-se hierarquicamente.

Leite Lopes, que estudou um caso particular de Fábrica com Vila Operária (“sistema Paulista”), demonstra a centralização na estrutura de relações, subordinando as demais atividades:

“A denominação de “Sistema Paulista”, (...) aponta para uma estrutura de relações que se estabelece, no caso da fábrica e da Vila Operária de Paulista, envolvendo sob um mesmo controle centralizado a produção fabril, o domínio da moradia e da cidade, a produção agrícola da retaguarda territorial da fábrica e a circulação mercantil dos bens de consumo dos operários sob a forma de uma feira administrada. Além disso, esta estrutura de relações sociais contém a promoção e administração de atividades médicas, religiosas, recreativas, e também uma numerosa milícia particular garantindo o “governo local de fato” da companhia sobre estas múltiplas atividades” (1988:21).

4 Para esta autora “A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividade. São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazes e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação” (1992:18).

5 A Fábrica com Vila Operária, como uma forma particular de regime despótico onde prevalece a coerção sobre o consentimento, se baseia numa “unidade” entre a reprodução da força de trabalho e o processo de produção. Para Burawoy “Apesar das grandes diferenças internas tanto aos regimes despóticos quanto aos hegemônicos, a base fundamental para a periodização permanece sendo a relação unidade/separação entre a reprodução da força de trabalho e a produção capitalista” (1990:33).

Além da heterogeneidade da vida cotidiana, Heller afirma que a sua hierarquia “*não é eterna e imutável, mas se modifica de modo específico em função das diferentes estruturas econômico-sociais*”(1992:18).

Minha investigação se concentra na forma como o operariado viveu – cotidianamente – sua “experiência”. Thompson põe um espaço entre os agentes sociais (operariado) e os condicionamentos (situação objetiva/Fábrica com Vila Operária) que é a noção de experiência. Com a noção de experiência a determinação é algo exterior ao indivíduo, há uma determinação da experiência de classe, mas não da consciência de classe (1988^a:10). Mas para Thompson, o conceito de experiência também abarca manifestações culturais da classe operária,

“as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias; no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário, etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral” (THOMPSON, 1981:189).

Se a classe operária é definida pela própria classe (auto-fazer) quando esta vive sua experiência, só podemos entender a formação social e cultural do operariado têxtil de Paracambi/RJ a partir da compreensão de sua experiência histórica no “*complexo Fábrica com Vila Operária*”.

Procuró investigar as “formas culturais”⁶ do operariado têxtil a partir de sua inserção no “*complexo Fábrica com Vila Operária*”.

6 Paul Willis argumenta que “as formas culturais não podem ser reduzidas ou vistas como mero epifenômeno de fatores estruturais básicos. Elas não são variáveis acidentais ou livremente abertas à determinação no par estrutura/cultura. Elas são partes de um círculo necessário no qual nenhum dos termos é pensável em separado. É na passagem através do nível cultural que as relações estruturais reais da sociedade são transformadas em relações conceituais e vice-versa. O cultural é parte da necessária dialética da reprodução”(1991:213).

Este “complexo” consiste:

1/ Num complexo fabril – como uma forma particular de produção capitalista onde as vilas operárias aparecem como solução para o problema habitacional da força de trabalho⁷;

2/ Num complexo social⁸ – como uma constelação de traços culturais presentes nas fábricas com Vila Operária que se configuram nos “aparatos institucionais”⁹ e se intercambiam como expressão das relações sociais que se estabelecem entre a classe operária, entre a própria classe operária e o patronato fabril, dentro do espaço da fábrica (organização da produção) e o espaço da moradia (Vila Operária). Sendo o espaço da moradia subordinado ao espaço da fábrica, na medida em que a fábrica é proprietária das casas destes operários, o operário além de ser empregado é simultaneamente inquilino do imóvel desta mesma fábrica e usuário da rede de serviços (armazém, armário, posto de saúde, farmácia, escola, clube social, capela) que funciona dentro do complexo fabril, transformando o que seria uma simples relação (patrão/empregado) num relacionamento complexo.

Esta “rede de serviços” presentes nas vilas operárias é conceituada de forma diferenciada por vários autores: Leite Lopes a chama de “aparelho institucional”, para este autor “A organização deste aparelho institucional materializa-se logo em suas realizações mais concretas e visíveis: hospital, igreja, cinema, teatro, parque de diversões”(1988:169). Rago a chama de “rede de equipamentos coletivos e comerciais” (1985:179). E Weid & Bastos de “mecanis-

7 Um conjunto de obras da década de 1950, consideradas clássicas, abordam as vilas operárias sob a “ótica do capital”, segundo Gonzaga, nestes trabalhos “a centralidade da discussão reside nas questões afetas ao processo de desenvolvimento industrial”(1992: 12).

8 A centralidade da análise do presente trabalho se concentra na noção de complexo social. Mas quando utilizar o termo complexo fabril não há contradição porque os dois termos se completam.

9 Conceito utilizado inicialmente por Leite Lopes (1988:169) para se referir aos conjuntos de organizações que visam o amparo e o enquadramento físico e moral dos trabalhadores. Neste trabalho se refere a cada elemento particular do complexo Fábrica com Vila Operária. Sendo que, em cada elemento fluem determinadas relações sociais – para Thompson “sistemas densos, complexos e elaborados”(1981:188) – que se intercambiam.

mos de controle sobre sua mão-de-obra”. Para as autoras, “Tais mecanismos foram progressivamente desenvolvidos e institucionalizados, manifestando-se de forma direta no dia a dia dos operários em diversos aspectos(...)” (1986:157). E para Stein constitui um “sistema serviços sociais destinado a assistir o trabalhador desde o berço até, literalmente, o cemitério, pois em um “lugar especial está reservado para aqueles cujos serviços já não estão disponíveis”. Stein também afirma que a concepção paternal de “grande família” estruturava esta rede de serviços, para este autor

“Um conceito básico cimentava o sistema de serviços oferecidos pela fábrica: a força de trabalho era entendida como um grupo de famílias vivendo juntas sob “a administração verdadeiramente paternal” dos gerentes e acionistas” (STEIN, 1979:69).

Mas a característica conceitual da ideia de complexo está na “*fluidez das relações*”¹⁰: a/ entre o operariado têxtil e o patronato fabril (tanto na relação pessoal como na familiar), e; b/ entre o espaço fabril e o espaço doméstico, atentando para o intercâmbio nas relações entre cada “aparato institucional”¹¹ que integra a rede de serviços do espaço doméstico, não havendo um limite rígido entre ambos, tornando as fábricas com Vila Operária um **complexo econômico e sócio-cultural**: a fábrica moderna; o trabalho assalariado – “servidão burguesa”; o paternalismo industrial com formas específicas: de educação (a escola operária), de religiosidade (as capelas com o(a) padroeiro(a) dos operários), de consumo (o armarinho e o armazém), de lazer (o clube social – “Cassino”), e o futebol de várzea.¹²

10 A fluidez (naturalidade/espontaneidade) das relações sociais dentro do complexo pode ser visto: 1/como uma forma de dissimular as relações de dominação implícitas neste regime fabril; 2/ e de dar o sentido de conjunto às relações sociais.

11 Quando me referir ao conjunto de serviços oferecidos pelas fábricas falarei em “rede serviços”. Mas ao me referir aos serviços de forma individualizada, utilizarei o conceito “aparato institucional” de Leite Lopes (1988: 169).

12 Minhas primeiras reflexões sobre a noção de “complexo Fábrica com Vila Operária” surgiram a partir da leitura de dois autores: 1/ Freyre (1989) em sua abordagem do complexo “Casa-Grande & Senzala”, para este autor “A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social e político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (es-

Há, também, uma relação entre os próprios elementos pelo simples fato da vida cotidiana do operariado nesta situação particular não encontrar limites demarcados – todos os “aparatos institucionais” estão combinados num mesmo complexo fabril-social¹³. A “fluidez das relações” fica clara quando um operário da Maria Cândida relata o seu pedido de uma casa na vila:

“Eram feitos diretamente com o gerente. Era um pedido verbal. Você chegava perto dele e falava e ele atendia. Naquele tempo não existia também carrancismo, ele era um gerente que atendia você, tanto faz dentro da fábrica como no pátio da fábrica, como aqui fora, em qualquer lugar que você encontrasse com ele, ele atendia”.

Para Brandão Lopes,

“A relação empregador-operário é muito mais ampla que uma simples relação de emprego. Como relação pessoal ela tende a ser total, especialmente numa pequena comunidade tradicional (...) A relação do operário com o industrial é total e, portanto, a sua separação, nos aspectos econômico, social e político, é artificial” (1967:70).

O estudo de Brandão Lopes me alertou para o aspecto da fluidez das relações nas fábricas com Vila Operária; abordada pelo autor como total, totalidade das relações e não total como domi-

cravidão); (...) de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao pater famílias, culto dos mortos, etc.);” (Prefácio à 1a. edição, LIII); 2/ Leite Lopes, por estar estudando o conceito “Padrão Fábrica com Vila Operária” desenvolvido pelo autor em seu trabalho sobre o “sistema Paulista”, particularmente o capítulo “A ‘Civilização’ da fábrica Paulista”, onde ele afirma que “A organização deste aparato institucional materializa-se logo em suas realizações mais concretas e visíveis: hospital, igrejas, cinema, teatro, parque de diversões” (1988:169).

13 Joyce (1992), que aborda em seu livro o “sistema social que a produção fabril fez surgir no norte (da Inglaterra) após cerca de 1850” (distritos de Lancashire e Yorkshire), também alerta para a relação entre o complexo fabril e a experiência de classe. Para o autor “Educação, religião, lazer, família, (...) não eram de fato áreas distintas da experiência, mas tinham o seu efeito mais profundo nas relações de classe na medida em que eram aspectos da cultura da fábrica”(introdução-XVI).

nação, como somatório das relações sociais presentes nos diversos “aparatos institucionais”, no pátio da fábrica, dentro das seções de trabalho e na vila operária.

A vida cotidiana do operariado têxtil deve ser abordada dentro do complexo, particularmente nas suas formas específicas (de educação – nas escolas operárias, de consumo – nos armazéns e nos armarinhos, etc.), e como o operariado se apropriou destes “aparatos institucionais”.

Nesse sentido, o cotidiano operário, 1/ não constitui parte estanque do complexo, mas é uma abordagem que desvenda e aprofunda a própria noção de complexo; 2/ assim, está inter-relacionado com a noção de complexo, não sendo possível falar em *complexo Fábrica com Vila Operária* sem investigar o cotidiano e seu significado social e cultural.

O surgimento das fábricas de tecidos em Paracambi/RJ se deu em meio a uma economia e cultura predominantemente agrária, constituindo um fator preponderante para a formação de um complexo fabril que atendesse às necessidades básicas dos trabalhadores, bem como de organização de um “aparato institucional de amparo” e de enquadramento “físico e moral” dos trabalhadores¹⁴. Com o desenvolvimento das fábricas, houve necessidade de organizar uma Vila Operária¹⁵, bem como uma rede de serviços coletivos que pudesse dar suporte aos operários e seus familiares, criando uma forma (relativamente autônoma) de organização social.

No processo de implantação da Companhia Brasil Industrial, esse problema foi sentido pelos diretores ao comentarem a escassez de operários e a disputa das empresas pelo limitado pessoal disponível:

“sendo que sobremaneira se agravam as dificuldades, quando o operário, como em nosso acaso acontece, tem de ser afastado de sua moradia para ir trabalhar em paragens destituídas de recursos”¹⁶.

14 Conf. Leite Lopes (1988:169).

15 Segundo Stein “Nos últimos anos do século houve, aparentemente, uma interrupção na tradição dos dormitórios; os industriais começaram a alojar os operários, segundo o “plano inglês”, no que ficou conhecido no país como as “vilas operárias” (1979:69).

16 Primeiro Relatório da Companhia Brasil Industrial – 1874, p.8.

A rede de serviços coletiva que integra o complexo (capela, escola, armazém, clube social, farmácia, cemitério, etc.), paradoxalmente, apresenta benefícios sociais para o operariado têxtil, bem como, constituem elementos legitimadores da dominação. Contudo, os operários se apropriam dos “aparatos institucionais”, dando sentido e valor às relações estabelecidas nas capelas, nas escolas, nos armazéns e nos campos de futebol.

Para Thompson, “*Nenhuma ideologia é inteiramente absorvida por seus partidários: na prática, ela multiplica-se de diversas maneiras, sob o julgamento dos impulsos e da experiência*” (1988b:278).

O presente trabalho procura desvendar aspectos¹⁷ até então não aprofundados da cultura operária, particularmente do operariado têxtil nas fábricas com Vila Operária em Paracambi/RJ. Sem dissimular a relação de dominação implícita nesta situação fabril, ele busca mostrar de que forma estas relações se efetivaram no cotidiano dos operários.¹⁸

As indagações que me levaram ao desenvolvimento do presente trabalho surgiram após meus estudos e pesquisas anteriores no Núcleo de Pesquisas Sindicais do Laboratório de Pesquisa Social – IFCS/UFRJ. No NUPES minha preocupação inicial era relacionar formação da categoria dos têxteis em Paracambi/RJ com essa situação industrial particular – das fábricas com Vila Operária. E finalmente, investigar os tipos de ação sindical dos trabalhadores têxteis no momento de auge e de declínio das fábricas com Vila Operária. Na preparação e durante o Mestrado, a problemática da cotidianidade do operariado têxtil foi surgindo, meus cursos no Programa foram solidificando o problema¹⁹. Inicialmente, no Mestrado, a religiosida-

17 Para Thompson, “sistemas densos, complexos e elaborados” (1981:188)

18 Joyce (1980) afirma que “Uma distinção entre o “ideológico” e o comunitário ou social ainda vai ser aparente: noções de “hegemonia ideológica”, na sua concentração no nexo de ideias definidas pelos termos “respeitabilidade” e “auto-desenvolvimento”, falham em compreender que foi no nível mais profundo da família e comunidade que a acomodação dos trabalhadores no sistema social da fábrica foi ordenado” (introdução, XVII).

19 Não posso deixar de mencionar os cursos: Padrões de dominação com os Profs. José Ricardo Ramalho e Neide Esterici, e Teoria Sociológica II/ E.P. Thomson e Pierre Bourdieu com as Profas. Marie France e Elina Pessanha.

de do operariado foi como uma “janela” que me permitiu penetrar neste novo universo teórico. Mas após discussões e conversas com a banca que aprovou meu projeto de dissertação, decide abordar, além da religiosidade, outros aspectos da cotidianidade: lazer, educação, consumo. Nesse sentido, a contribuição teórica da minha banca foi imprescindível. Devo alertar ao leitor que não encontrará um aprofundamento teórico dos aspectos do operariado têxtil em Paracambi/RJ apresentados no presente trabalho, estes aspectos são cruzados entre si (sentido da complexidade) e relacionados devidamente com outras experiências operárias.

Não poderia deixar de mencionar a contribuição fundamental de minha “experiência” singular como filho de família operária e morador da Vila Operária da fábrica Maria Cândida nas décadas de 1960/70 no lugar chamado Cascata, onde tive experiência de um “tempo que já se perdia”.

Enfim, como pesquisador, posso afirmar que sou de dentro e de fora, numa trajetória antropológica *transformando o familiar em exótico* (Velho, 1978:37). Mas, o que tenho a ressaltar é que, 1/ minha infância e juventude se passaram no ambiente das fábricas com Vila Operária nos seus últimos dias de plenitude, quando presenciei seu progressivo desmonte; 2/ meus estudos foram realizados num período particular da academia quando pude me utilizar de novas abordagens, novos conceitos e novos elementos teóricos que foram fundamentais para a conclusão deste trabalho. Nesse sentido, o presente objeto de estudo tem um recorte teórico-metodológico que emerge de um conjunto de fatores particulares e científicos.

Na primeira parte do trabalho, apresentamos as “Fábricas com Vila Operária em a Paracambi/RJ”. No capítulo 1, demonstro que foram um conjunto de fatores articulados que se somaram para o desenvolvimento da indústria têxtil nesta região Fluminense. No Capítulo 2, descrevo o processo de implantação das fábricas de tecidos. Essa primeira parte do trabalho se refere basicamente ao último quartel do século XIX e início do século XX.

Na segunda parte apresenta o cotidiano do operariado têxtil e sua relação com o complexo Fábrica com Vila Operária. No Cap. 1,

apresento as vilas operárias de ambas as fábricas, me restringindo ao aspecto da moradia e fazendo um retrospecto histórico das vilas. No Cap. 2, falo sobre as formas de controle nas vilas operárias, especificamente quando a disciplina invadia a vida cotidiana do operariado. No Cap. 3, sobre as estratégias dos operários para conseguir emprego nas fábricas. No Cap. 4, sobre as estratégias para conseguir casa nas vilas. No Cap. 5, sobre o consumo nas vilas (alimentação e vestuário) e a importância do Armazém de Mantimentos e o Armazém. No Cap. 6, sobre a educação do operariado falando sobre o Corpo de Aprendizes, as Escolas Operárias e outras Escolas do lugar. No Cap. 7, sobre a religiosidade operária e suas manifestações predominantemente católicas e sobre formas protestantes e também algumas formas afrobrasileiras e espíritas. No Cap. 8, sobre o lazer e o tempo livre do operariado, e sua relação com os Cassinos e Clubes Esportivos das fábricas. No Cap. 9, sobre as epidemias que afetaram o operariado fabril e algumas formas de assistência social: assistência médica e funerária.

PARTE 1: FÁBRICA COM VILA OPERÁRIA EM PARACAMBI (RJ)

Introdução

As fábricas de tecidos implantadas em Paracambi (Companhia Têxtil Brasil Industrial, Companhia Tecelagem Santa Luisa e S.A. Fábrica de Tecidos Maria Cândida) podem ser enquadradas dentro do “padrão das Fábricas com Vila Operária” no apogeu, desde o último quartel do século XIX (período de implantação) até a primeira metade do século XX. O auge do sistema não constitui um bloco estanque, mas uma construção histórica. O conjunto dos “aparatos institucionais” (conf. Leite Lopes, 1988:169) não surgiu de um plano estratégico imediato dos industriais têxteis, mas se formou gradualmente, algumas vezes por fatores da própria conjuntura, sendo, contudo, utilizados e manipulados como forma de dominação da classe operária. A partir da segunda metade do século XX, tem início o processo de desagregação (declínio) do complexo Fábrica com Vila Operária. Declínio é o processo de desagregação dos elementos que compunham o complexo Fábrica com Vila Operária: a rede de serviços coletivos é desmontada, alguns serviços são desativados e outros transferidos para o poder público (estadual ou municipal); as casas da fábrica são vendidas no caso da Brasil Industrial, ou estagnadas no caso da Maria Cândida, mantidas sem conservação e paralisada a construção de novas casas. O declínio do complexo está relacionado a outros processos sociais como o transbordamento das vilas operárias, o fim do “governo local de fato” e o surgimento do poder público municipal e de uma ação sindical legal²⁰.

Minha análise se concentrará na experiência dos operários no período considerado apogeu do sistema, quando as relações podem ser vistas como ideal-típicas²¹.

20 Para maior aprofundamento sobre o fim do complexo Fábrica com Vila Operária em Paracambi/RJ, ver apêndice N.1.

21 No sentido de representar uma totalidade histórica particular, conforme afirma Max Weber que “a construção de tipos ideais não interessa como fim, mas única e exclusivamente como meio de conhecimento. Qualquer exame



Nesta Parte 1, apresento um conjunto de fatores que, articulados, contribuíram para o processo de industrialização na região e de que forma se efetou a implantação das fábricas de tecidos. Essa parte procura apresentar o contexto econômico social a fim de localizar a experiência do operariado no tempo e no espaço socialmente determinados.

Capítulo 1

Fatores que se somaram para o desenvolvimento da Indústria Têxtil nesta particular região fluminense

As terras onde estão localizadas no município de Paracambi, bem como nos municípios circunvizinhos, pertenceram à Fazenda Nacional de Santa Cruz (antiga Fazenda dos Padres Jesuítas, que após sua expulsão em 1759, foi incorporada aos bens da Coroa Portuguesa).²²

A Companhia Brasil Industrial foi implantada na Fazenda do Ribeirão dos Macacos em 1870, junto à estação do mesmo nome da Estrada de Ferro Dom Pedro II. Estas terras foram desmembradas da antiga Fazenda Imperial e assegurada a posse definitiva somente em 1897, conforme o 24º Relatório da Companhia:

“Finalmente depois de 5 anos de protelação, os delegados nomeados pelo Ministério da Fazenda, concluíram a medição e demarcação das terras que pertenciam à fazenda de Santa Cruz e que estavam aforadas a Companhia Brasil Industrial, tendo sido assignada a escritura de remissão de foros no dia 5 de maio do corrente anno, entrando a Companhia daquella data em diante no pleno gozo de senhoria directa de suas terras que são

atento dos elementos conceituais da exposição histórica demonstra, no entanto, que o historiador – logo que tentar ir além da mera comprovação de relações concretas, para determinar a significação cultural de um evento individual, por mais simples que seja, isto é, para “caracterizá-lo” – trabalha e tem de trabalhar com conceitos que, via de regra, apenas podem ser determinados de modo preciso e unívoco sob a forma de tipos ideais”(1993:139).

22 Segundo a monografia de Viana, as terras da antiga Fazenda Imperial “estão hoje incluídas na zona rural de Santa Cruz, no Estado da Guanabara, e vários municípios fluminenses como: Itaguaí, Rio Claro, Nova Iguaçu, Vassouras, Paracambi, Pirai, Volta Redonda, Barra do Pirai, Mendes e Paulo de Frontin” (1974:12).

avaliadas em 13.486.250 metros quadrados, dispendendo para isso conseguir, a quantia de Rs 7.439\$168.

Esta a zona é servida por cinco estações da Estrada de Ferro Central, achando-se as de Macacos e Shide dentro das suas terras, as da Serra, Palmeira e Rodeio nas proximidades dos seus limites.

Além d'estas vantagens, contam-se diversas quedas d'água que poderão ser utilizadas para futuras indústrias”²³.

Pelo povoado de Macacos, passava a produção agrícola de Valença e de Vassouras, através da Estrada Presidente Pedreira, décadas antes da implantação das fábricas de tecidos, conforme cita Stein:

“A Presidente Pedreira cortava o rio Paraíba em Ipiranga, atravessava o município de Vassouras para descer a Serra do Mar através do afluente Ribeirão dos Macacos; por ela era transportada a produção agrícola de Valença e, mais tarde, de Vassouras, na década de 1850”²⁴.

Mas,

“Quando os trilhos da ferrovia se aproximaram da cidade de Belém, situada no sopé das montanhas costeiras, o critério do apoio financeiro provincial à Estrada de Ferro Dom Pedro II tornou-se evidente. No projeto original do traçado através das planícies até Belém haveria “estações em pontos de junção com estradas de tráfego pesado”. Mas na segunda seção da ferrovia, entre Belém e Barra do Pirai, a Presidente Pedreira podia canalizar sua carga em ponto sucessivos em vagões de carga, à medida que os trilhos subiam as montanhas costeiras seguindo o caminho tanto da ferrovia quanto da estrada principal, ou seja, o caminho do afluente Ribeirão dos Macacos. Originalmente uma estrada direta entre Minas e o porto do Rio de Janeiro, a Presidente Pedreira tornou-se agora uma linha de abastecimento para a ferrovia. Além do mais, quanto mais os trilhos

23 24º Relatório da Companhia Brasil Industrial, 1897, pág.9.

24 Ver Stanley Stein, Cap.IV-Comercialização, Abastecimento e Transporte, item 3, nota 94 (1990:136).

subiam as montanhas costeiras, mais rapidamente o tesouro provincial reduzia os programas de manutenção das partes abandonadas da Presidente Pedreira. Para evitar um trecho pantanoso da estrada, a Pedro II abriu um tronco para Macacos em 1861; imediatamente a província passou a economizar 2:526\$400 por ano, em manutenção” (Stein, 1990:137/8).

A implantação do ramal de Macacos em 1861, visando facilitar o transporte agrícola neste trecho pantanoso (entre Macacos e Belém - atual Paracambi e Japeri), foi um dos fatores que contribuíram para a implantação das fábricas de tecidos nesta região fluminense. Era preciso ligar a nascente indústria ao centro do país, foi o que conseguiu a Companhia Brasil Industrial já em 1870, conforme afirma Stein:

“Os diretores da Brasil Industrial vangloriavam-se em 1870, na publicação intitulada VANTAGENS MAIS IMPORTANTES POSSUÍDAS PELO BRASIL PARA O SUCESSO DA MANUFATURA, de que sua fábrica estava situada no terminal de um tronco da estrada da Estrada de Ferro Dom Pedro II, “a uma hora e meia de viagem” do Rio, e que a concessão do governo imperial incluía “transporte grátis de todas as máquinas”, peças das máquinas, ferramentas, etc. (...) e todos os materiais para a fábrica”²⁵.

Em relação a importância dos meios de transportes, particularmente as ferrovias, Hobsbawn afirma que:

“Em primeiro lugar, a economia industrial nos seus primórdios descobriu - graças largamente à pressão da busca de lucro da acumulação do capital - o que Marx chamou sua “suprema realização: a estrada de ferro”. Em segundo lugar - e parcialmente devido à estrada de ferro, o vapor e o telégrafo “que finalmente representaram os meios de comunicação adequados aos meios de produção”(1979:53).

25 Conf. Stein (1979:38) citando trechos do prospecto “The Industry of Brazil. Advantages of Establishing Cotton Factories at the Fazenda of Macacos”, publicando pela Cia. Brasil Industrial em 1870 no Rio de Janeiro.

E Max Weber dá às ferrovias um caráter revolucionário:

“A ferrovia constituiu o meio mais revolucionário que a história registra não apenas para o tráfego, mas também para economia. Seu desenvolvimento está vinculado ao início da chamada época do ferro; de outro modo teria sido unicamente uma espécie de brinquedo para as atenções principescas e cortesãs, destituídas, por conseguinte de ulterior importância” (1974:137/8).

No contexto da indústria têxtil fluminense, Stein afirma que:

“A construção de uma rede de estradas de ferro ligando o Rio de Janeiro a São Paulo e Minas Gerais após a década de 1860 contribuiu, finalmente, e de forma decisiva, para o deslocamento da supremacia têxtil da Bahia para a região centro-sul do Brasil” (1979:38).

Contudo, a inauguração da estação ferroviária de Macacos em 1861, estreitando ainda mais a distância do Rio de Janeiro (Centro comercial, financeiro e capital administrativa - capital do Império e, posteriormente, capital da República), deu possibilidades concretas para a instalação de fábricas no local, mas não pode ser considerado o fator único ou determinante. Constitui uma combinação de fatores, que articulados, possibilitaram o surgimento de um núcleo industrial têxtil nesta região fluminense.

Outro fator importante foi a abundância de rios e quedas d’água na região. Em prospecto publicado em 1870 pela Companhia Brasil Industrial no Rio de Janeiro, visando atrair investidores para o empreendimento, os diretores deixaram claro a importância da força dos rios, conforme cita Stein:

“Os promotores da companhia Brasil Industrial destacavam um novo elemento que passara despercebido aos propagandistas anteriores da indústria. Afirmavam que era possível superar alguns obstáculos importantes à industrialização. Em lugar do carvão, o Brasil poderia usar a força dos rios em suas províncias, como fizeram os industriais da Nova Inglaterra com o Merrimac, o Kennebec e outros rios.” (1979:33)

Tanto a Companhia Tecelagem Santa Luisa, instalada em 1891, quanto a S.A. Fábrica de Tecidos Maria Cândida, instalada em 1924, no mesmo local, se utilizaram amplamente dos recursos naturais dos rios e quedas d'água da região. A Companhia Brasil Industrial foi instalada num sopé próximo da Serra do Mar, abrangendo em suas terras as quedas d'água do Ribeirão dos Macacos, e outros rios próximos, já a Companhia Tecelagem Santa Luisa, bem como a Maria Cândida, foram instaladas a apenas 3 km acima da Brasil Industrial, subindo através de uma pequena serra, onde se depara com pequenas quedas d'água utilizadas por ambas as fábricas.

Também é significativo o fato das fábricas de tecido terem surgido entre o município de Vassouras, símbolo da cafeicultura fluminense, e o município de Itaguaí, terras então pertencentes à Fazenda de Santa Cruz. A implantação das fábricas de tecidos, já no último quartel do século XIX, representa o forjar de um novo processo produtivo dentro de uma cultura escravocrata-agrário-exportadora. Contudo, este novo processo produtivo já nasce na forma de grande indústria (conforme o caso da Companhia Brasil Industrial). Antunes (1982) entende que o processo de constituição e consolidação do capital no Brasil apresenta-se de forma contraditória e conciliatória, já que a indústria nascia simultaneamente ao lado do latifúndio.

Além do aspecto da contradição *velho-latifúndio x novo-indústria*, a industrialização brasileira tem a característica de ter nascido num processo avançado - o da grande indústria.

Antunes afirma que:

“Enquanto nas formações centrais o processo de constituição do capitalismo passa pelas formas clássicas de produção - como artesanato, a manufatura e a grande indústria - no Brasil o processo de industrialização nasce dentro de um contexto onde predomina a grande indústria, entendida aqui como o organismo de produção inteiramente objetivo que o trabalhador encontra pronto e acabado como condição material de produção, e onde a mecanização e a coletivização do trabalho substituem o trabalho manual, individualizado ou parcelar das formas anteriores” (1982:49).

O nascimento da indústria têxtil nesta região particular do Estado do Rio de Janeiro, ao lado da decadência da cafeicultura fluminense, significa que a economia fluminense não estava todo em decadência.

Levy afirma que:

“Se as alterações da estrutura industrial carioca, nestes anos, coincidiram com a decadência da atividade cafeeira no Vale do Paraíba, isto não significa que toda a economia fluminense estivesse sofrendo um processo de atrofiamento. A decadência da cafeicultura é localizada e não há qualquer dado que demonstre que esta decadência tenha se estendido para outros setores” (1989:40).

Apesar de não ter encontrado documentos que possam comprovar uma relação direta da decadência da cafeicultura fluminense com o caso particular das fábricas de tecidos em Paracambi, os fazendeiros e comerciantes fluminenses investiram na nascente indústria têxtil.

Segundo Stein:

“Alguns fazendeiros e comerciantes do Rio de Janeiro investiram em fábricas de tecidos de algodão nos anos 70 e 80, quando uma combinação de fatores - a erosão do solo, a queda dos preços do café e a escassez de mão-de-obra escrava - ameaçava estabilidade da agricultura cafeeira. O colapso do boom algodoeiro que se desenvolveu no Brasil durante a guerra civil americana representou um novo incentivo para a indústria têxtil do algodão. (...) Havia, ainda, força hidráulica em abundância perto da cidade do Rio e nas províncias de Minas e São Paulo” (1979:36/7).

Capítulo 2 As Fábricas de Tecidos: processo de implantação

O entrelaçamento²⁶ da experiência do operariado têxtil em

²⁶ Durante vários momentos do trabalho me senti “tentado” a optar pela trajetória de apenas uma das fábricas de tecidos, devido a peculiaridade de cada experiência, mas devido a esse “entrelaçamento” (impossível negar ou dar

Paracambi (RJ) é devido a dois fatores: 1/ a semelhança da experiência vivida nos complexos fabris - ambos dentro da mesma *situação-tipo de industrialização*; 2/ pela proximidade geográfica das fábricas e suas vilas operárias. Mas ambos os complexos fabris apresentam singularidades que convém explicitar.

2.1 COMPANHIA BRASIL INDUSTRIAL

A fábrica de tecidos de algodão da Companhia Têxtil Brasil Industrial foi estabelecida inicialmente em 1870 na fazenda do Ribeirão dos Macacos junto à estação do mesmo nome da Estrada de Ferro D. Pedro II, com um capital de 1.000.000\$000 (divididos em 5.000 ações de 200\$000 cada uma), cujos estatutos foram aprovados pelo Decreto n. 4552 de 23 de julho de 1870.²⁷

Esta Companhia foi instalada sob a direção dos Srs. José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho (depois Visconde de Tocantins), Barão de São Francisco Filho, Joaquim Antônio Fernandes Pinheiro, Evaristo Juliano de Sá e José Corrêa d'Aguiar. O plano adotado para a realização da empresa foi elaborado pelo Sr. William S. Ellison, antigo engenheiro da estrada de ferro D. Pedro II, conforme dados do primeiro relatório:

“Fábrica de tecidos montada com 400 teares, construindo-se para ella o competente edificio, com 500 pés de comprimento sobre 50 de largura, com 3 andares, além das lojas, com alicerces de pedra e grossas paredes de pedra rústica até o vigamento do 1.o andar; e com paredes de tijolos d'hai para cima.

Aproveitar para motor de todo o machinismo da fábrica um dos ribeiros que banham a supra- mencionada fazenda; sendo para esse fim derivadas as águas a considerável distância, e canalizadas até a cima da montanha próxima ao local do edificio para h'ai descerem para as turbinas, por um rápido declive, e de uma altura de 268 pés, em encanamento de ferro.

Utilizar as mesmas águas assim empregadas para motor do machinismo em um vasto e poderoso aparelho para extincção dos incêndios.

um “corte metodológico no objeto”) optei pela análise de ambos os complexos fabris. 27 Primeiro Relatório da Companhia Brasil Industrial, 1874, p. 5.

Construir um kilometro de via-férrea para ligar a Fábrica com a Estrada de Ferro D. Pedro II, na estação de Macacos.

Todas estas obras foram orçadas em 630:000\$000, não entrando n'este cálculo nem o preço da aquisição da fazenda, nem o custo de outras obras accessorias indispensáveis, nem as despesas de administração.

Por motivos, que não importa agora comemorar, aquella Companhia não poudé ir avante e foi dissolvida.

Mas nem por isso a Empresa morreu; e graças aos perseverantes esforços de seus iniciadores (aos quaes não se pode iludir, sem fazer especial menção do Sr. Comendador João Baptista Vianna Drummont), no correr do anno seguinte foi ella reorganizada, mediante a incorporação de outra Companhia, idêntica em tudo à primeira, excepção feita de algumas ligeiras modificações nos Estatutos”.²⁸

Os estatutos da nova Companhia, salvo ligeiras modificações, são os mesmos da outra Companhia, e foram aprovados pelo decreto n.4786 de 6 de setembro de 1871, e para o mesmo fim de estabelecer uma fábrica de tecidos de algodão na fazenda do Ribeirão dos Macacos.²⁹ A primeira diretoria eleita era composta pelos Srs. Francisco de Assis Vieira Bueno, Zeferino de Oliveira e Silva e Joaquim Dias Custódio de Oliveira, considerados os fundadores da Cia. Brasil Industrial. Dos fundadores, o Sr. Francisco de Assis Vieira Bueno renunciou o lugar de diretor em 15 de janeiro de 1876, o Sr. Zeferino de Oliveira e Silva faleceu em 24 de fevereiro de 1876, e o Sr. Joaquim Dias Custódio de Oliveira foi reeleito para a nova diretoria.³⁰

O decreto que aprovou os novos estatutos da Companhia renovou os fatores que haviam sido concedidos, pelo Decreto de 18

28 *Ibidem*, p.6/7.

29. *Ibidem*, p.15.

30. O Sr. Joaquim Dias Custódio de Oliveira foi também diretor da Companhia Petropolitana em sua refundação em 1885. No relatório da Companhia Petropolitana de 3 de junho de 1886 consta assinatura dos Srs. Joaquim de Mattos Vieira, ex-membro do Conselho Fiscal da Brasil Industrial, e dos diretores Joaquim Dias Custódio de Oliveira e João Luis Coelho. 48º Relatório da Cia. Brasil Industrial - 1871/1921, pp.3,7 e 10.

de setembro de 1867, às fábricas de tecidos de algodão o que os cidadãos norte-americanos George N. Davis e M. Pattison se tinham proposto estabelecer na mencionada fazenda.³¹ Dos favores que constam nas cláusulas anexas ao referido decreto, o mais importante, apontado pelos diretores da Companhia Brasil Industrial, dentre eles, é o “transporte gratuito na Estrada de Ferro D. Pedro II de todo o material que se destine ao estabelecimento fabril da Companhia”. Os diretores da Companhia afirmam que:

“Sem elle, pode-se dizer que a fundação desse estabelecimento na localidade escolhida teria sido impraticável, attendendo-se à descomunal quantidade de material que tem sido transportado, quer para construção do vasto edificio da Fábrica, quer pertencente ao immenso machinismo que se faz mister para o trabalho de 400 teares”.³²

Para os diretores da Companhia o local escolhido apresentava inúmeros vantagens:

“Effectivamente, a facilidade e commodidade de tráfego que proporciona a situação do local escolhido, que goza das vantagens do serviço telegráfico, e do correio diário, distando do grande mercado da capital apenas hora e meia de viagem em via-férrea; a abundância e altura pouco commum das águas aproveitáveis para moverem o machinismo; a povoação já allí existente; e finalmente, a notória salubridade, de que ali se goza, formam um conjunto de vantagens, que plenamente justificam a escolha da mencionada fazenda para sede do grande estabelecimento Industrial, que tinha em mira fundar”.³³

O “grande estabelecimento industrial” foi de grande importância na economia fluminense e se tornou a primeira grande fábrica de tecidos de algodão do Brasil. Segundo Suzigan:

“Foi só a partir de 1870, entretanto, que a indústria têxtil de algodão desenvolveu-se na cidade e província do Rio de Janeiro. Por volta de 1884, dez fábricas haviam

sido instaladas (...) Essas dez fábricas eram movidas por um total de 1156H.P.(570 H.P. de origem hidráulica e 586 H.P. a vapor), sendo que as da província eram comumente movidas por energia hidráulica e as da cidade do Rio de Janeiro por vapor. A maior era a Fábrica Brasil Industrial, instalada em 1872 em Macacos, equipada com 24.000 fusos e 400 teares, empregando 400 pessoas e movida por 350 H.P. de energia hidráulica. Essa foi a primeira grande (e até o final da década de 1880 a maior) fábrica de tecidos de algodão do Brasil. (...) Com esses investimentos, a cidade e a província do Rio de Janeiro tornaram-se o principal centro da indústria têxtil de algodão do Brasil” (1986:134)

Weid & Bastos coloca a fábrica da Cia. Brasil Industrial como a mais importante do Império:

“Em 1882, a produção integrada e completa da Fábrica Pau Grande colocava a empresa, apesar de ainda pequena, no mesmo plano das principais indústrias têxteis do país naquele momento, como a Companhia Brasil Industrial no Rio de Janeiro, a mais importante do Império, e a todos os Santos, na Bahia, a mais antiga do país” (1986:41)³⁴.

Mas devido à inadequação das previsões orçamentárias e à ocorrência de várias circunstâncias imprevistas que confundiram todos os cálculos, os diretores da Companhia concluíram no primeiro relatório que o capital incorporado havia se mostrado insuficiente. Es-

34. Fato que confirma a importância da Brasil Industrial na economia nacional durante a década de 1880 foram as visitas da família imperial. Segundo os diretores da Companhia, a 1ª visita se deu em Julho de 1879, “havia toda a Família Imperial honrado a fábrica com a sua visita, tendo o S.M. o Imperador examinado detidamente todas as secções e o trabalho da fábrica pelo que mostrou-se satisfeito”; a 2ª visita foi na reinauguração da fábrica em 3 de novembro de 1885 (após o incêndio de 21 de dezembro de 1883) quando “S.M. o Imperador e S.S.A.A. Imperiais dignaram-se honrar, com suas presenças, a festa industrial de reinauguração da fábrica; tendo S.M. o Imperador pronunciado palavras benévolas e animadores no cometimento, que serviram de estímulo para o desenvolvimento da indústria” (Conf. 48º Relatório da Cia. Brasil Industrial – 1871/1 921, pp.8 e 11). Ver também Apêndice Nº 2 com a descrição minuciosa do Edifício da Fábrica da Cia. Brasil Industrial em 1874.

31 Ibidem, p. 15.

32 Ibidem, p.16.

33 Ibidem, p.16/17.

tando o capital da companhia exausto, tornava-se indispensável obter capital complementar a fim de: 1/ concluir a fábrica, e 2/ colocar a Empresa em condições de auferir do capital empregado as vantagens esperadas.³⁵ Segundo Stein, o capital inicial da maior parte das fábricas têxteis fundadas antes de 1880, “mostrava-se, com frequência, insuficiente para manter a empresa em operação” (1979:43).

Como meio de aquisição de recursos, a diretoria não achou conveniente o aumento do capital (previstos nos Estatutos), decidindo-se pelo levantamento de um empréstimo sobre a quantia dos haveres da Companhia. Para Stein, a Companhia estava “Sem condições de lançar, com êxito, uma nova subscrição entre os seus acionistas no período imediatamente subsequente à crise financeira de 1873, a companhia negociou um empréstimo com o Banco Germânico-Brasileiro no Rio” (1979:44). Foi feito, com o Deutsche Brasilianische Bank, o contrato por um ano para o crédito até a quantia de 400:000\$000.³⁶ Mas,

“Esse banco foi liquidado em 1874, época em que os compradores de tecidos de algodão do interior evitavam a epidemia de febre amarela que grassava no Rio e a crise comercial ponha limites a qualquer negociação de crédito. Impossibilitado de vender as ações em seu poder ou a produção em andamento para obter capital de giro, e tendo o seu pedido de empréstimo recusado por outros estabelecimentos de crédito, a Brasil Industrial apelou para o governo imperial, (...)” (Stein, 1979:44).

A Petição da Companhia ao Corpo Legislativo, em 1875, solicita um empréstimo de 600:000\$000, a juros de 5% ao ano, amortizáveis por meio de prestações anuais (no prazo que se convencionar), salvando o direito de pagamento antecipado (através da emissão de novas ações ou de outra forma qualquer). Para os diretores da Companhia tratava-se de uma quantia pequena em relação aos grandes recursos do Estado. Os diretores argumentam que o estabelecimento se encontra:

35. Além do problema da insuficiência do capital, os diretores afirmaram serem “pobres de experiência”. Primeiro Relatório da Companhia Brasil Industrial. p.11.

36 48º Relatório da Companhia Brasil Industrial. p.6.

“Assentado sobre largas bases com as machinas mais aperfeiçoadas, e os processos mais adiantados e tendo como força motriz águas superabundantes; o estabelecimento da companhia suplicante está nas condições de tirar das forças mechanicas o máximo proveito, deduzindo ao mínimo o emprego do trabalho manual, cuja carestia é o escolho de nossas empresas industriaes; acrescento, que mesmo nossa parte comparativamente diminuta, com que o trabalho manual tem de contribuir; precisando-se mais de destreza, do que de força muscular, podem ser aproveitados, por modicos salários, os serviços das mulheres e meninos, como está de fato acontecendo (...)”

Em um paiz produtor de algodão, que só fabricava até agora os tecidos grosseiros que serviam para sacos e para vestuário de escravos da roça, a empreza que vem dar um passo para diante estabelecendo uma fábrica de quatrocentos teares, que produzem tecidos mais finos e de geral consumo, como são os algodões lisos de meia largura, além de ser uma empreza patriótica, como iniciadora do progresso, é ainda uma empreza praticamente fecunda em resultados benéficos, como uma grande escola de educação industrial, em que hão de formar mestres e operários adestrados para outros estabelecimentos; e onde desde já está achando emprego adequado para suas forças não pequeno número de mulheres e de menores de ambos os sexos; sendo que destes últimos todos os que estão a cargo da Companhia recebe a instrução primária em uma escola nocturna (...).³⁷

Segundo Stein, o pedido foi negado, mas “apesar desses contratempos, a Companhia conseguiu sobreviver” (1979:44).

37. Petição da Companhia Brasil Industrial ao Corpo Legislativo. 10 de junho de 1875.

Tabela 1: Custo de Instalação da Fábrica da Companhia Brasil Industrial, 1870-1874

Item	Mil-réis	Por cento
Aquisição da Fazenda de Macacos	107:186	10
Construção, prédio da fábrica	359:641	33
Máquinas:		
- Preço da Compra	368:472	
- Frete	27:104	
-Despesas portuárias	15:416	
- Armazenagem, instalação	76:416	45
Suprimento de água (canos, Frete, impostos, reservatórios)	51:885	05
Outras construções	36:529	03
Despesas gerais	34:735	03
Ramal ferroviário	10:700	01
Total	1.088:284	100

Fonte: Stein (1979:45)

Figura 1: Brazil Industrial | Fábrica de tecidos. Ramal de Macacos, RJ: 1881.



Fonte: Acervo Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

Figura 2: Balanço da Companhia Brasil Industrial - 1873.

Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional

Figura 3: Visão de conjunto da Companhia Brasil Industrial, 1908 - Paracamby.



Fonte: Trabalho de campo - Acervo do pesquisador (anônimo, s/d).

Figura 4: Fábrica de tecidos da Companhia Brasil Industrial



Fonte: Anônimo, s/d.

Figura 6: Fábrica de tecidos da Companhia Brasil Industrial



Fonte: Foto de Paulo Keller, 1993.

Figura 5: Bonde puxado à burro, que ligava a Cia. Brasil Industrial ao Ramal de Macacos.



Fonte: Grupo Paracambi Antigamente / Facebook (anônimo, 1929).

Figura 7: Fábrica de tecidos da Companhia Brasil Industrial.



Fonte: Anônimo, s/d.

Figura 8: Capa dos Estatutos da Cia. Brasil Industrial, 1870.



Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

Figura 9: Página inicial dos Estatutos da Cia. Brasil Industrial, 1870.



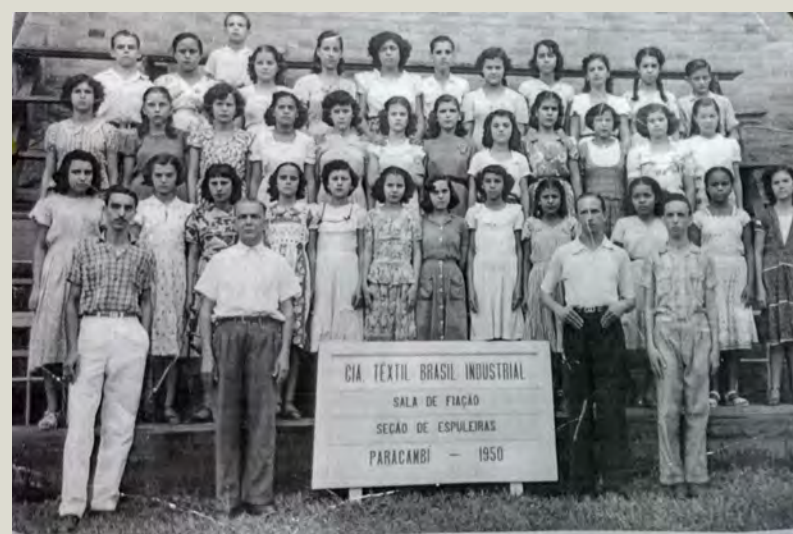
Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

Figura 10: Cia. Têxtil Brasil Industrial - Mestres, contramestres e encarregados - 1950.



Fonte: Trabalho de campo - Acervo do pesquisador (anônimo, 1950).

Figura 12: Cia. Têxtil Brasil Industrial - Operários e Operárias da sala de fiação e de espuladeiras, e encarregados - 1950.



Fonte: Grupo Paracambi Antigamente / Facebook (anônimo, 1950).
Cortesia: Marcos Alonso

Figura 11: Cia. Têxtil Brasil Industrial - Mestres e contramestres - 1950.



Fonte: Grupo Paracambi Antigamente / Facebook (anônimo, 1950).
Cortesia: Marcos Alonso

Figura 13: Cia. Têxtil Brasil Industrial - Operários e operárias da sala de tecelagem.



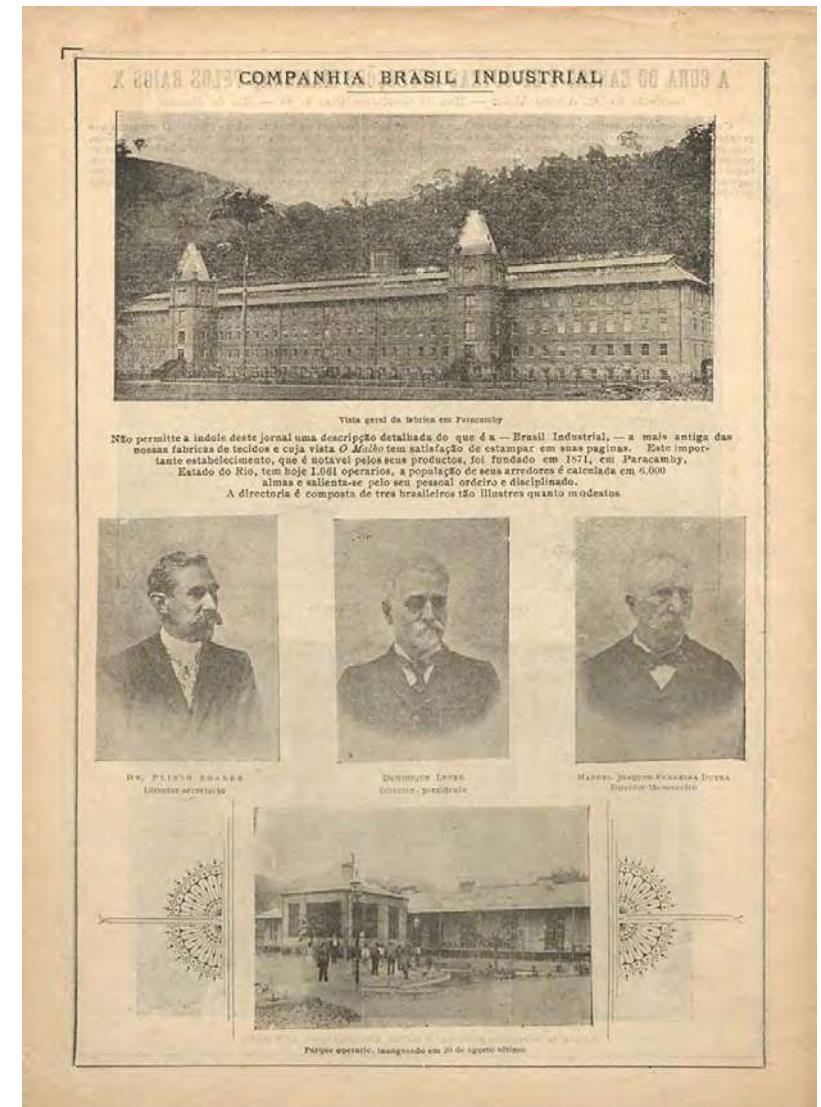
Fonte: Grupo Paracambi Antigamente / Facebook (anônimo, 1950).
Cortesia: Marcos Alonso

Figura 14: Alusão à Cia. Brasil Industrial na capa d'O Globo Ilustrado (1882).



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Figura 15: Alusão à Cia. Brasil Industrial no Jornal "O Malho" (1903).



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Figura 16: Visão geral do imponente edifício da fábrica da Cia. Têxtil Brasil Industrial.



Fonte: Danilo Machado, 1993.

Figura 17: Dados do antigo Ramal de Macacos de 1861 (atual Estação Ferroviária de Paracambi) identificada e catalogada como patrimônio Bens Culturais do Sistema (Sítio) Ferroviário (Foto de 2006).

Instituto Estadual do Patrimônio Cultural	
INEPAC	
Secretaria de Estado de Cultura - RJ	
Inventário de Identificação de Bens Culturais Imóveis do Sistema Ferroviário	
Denominação: Estação de Paracambi (Estação do Ramal de Paracambi)	
Localização: Paracambi, rua Ministro Sebastião Lacerda, Município: Paracambi s/n.	
Época de construção/ Inauguração:	
01/08/1861	
Estado de conservação: regular	
Uso original: estação de passageiros e cargas.	
Uso atual: estação de passageiros.	
Concessionário: SUPERVIA	
Componentes do Sítio Ferroviário: prédio da estação, plataformas e vias férreas.	
Foto de Ana Lucia Vieira dos Santos. Data: 19 de junho de 2006.	

Fonte: INEPAC (foto de Ana Lucia Vieira dos Santos, 2006).

2.2. COMPANHIA TECELAGEM SANTA LUÍSA

A Companhia Tecelagem Santa Luísa foi instalada no povoado da Cascata, Freguesia de São Pedro e São Paulo, então município de Itaguahy, em 1891. Em seus estatutos, a Santa Luísa deixa implícita a existência de uma fábrica anterior no mesmo povoado:

“ESTATUTOS DA COMPANHIA TECELAGEM SANTA LUISA”

Artigo 1º - Com a denominação da Companhia Tecelagem Santa Luisa, é constituída uma Sociedade Anônima seguida pelos presentes estatutos e nos casos omissos pelas leis gerais, tendo por base jurídica a cidade do Rio de Janeiro, por duração o prazo de 30 anos, que poderá ser prorrogado, e por fim:

Adquirir a fábrica de sacos de anagem³⁸ sem costura, situada no terreno denominado “CASCATA” Freguesia de São Pedro e São Paulo, Município de Itaguahy, Estado do Rio de Janeiro, com todos os seus acessórios e dependências, ativo e passivo.

Adquirir os sítios “CASCATA”, “MASCARANHAS” e “SÃO JOSÉ” com todas as suas riquezas naturais e edificações situadas na mesma localidade, e conseguir à dita fábrica e bem assumir os privilégios concedidos pelo Governo Brasileiro em 07 de julho de 1887, para a fábrica de sacos sem costura, e uso de goso de um freio automático para tecelagem dos fundos dos mesmos sacos.

Explorar e desenvolver a dita Fábrica, privilégios de outros ramos da Fiação e Tecelagem, e com afincos qualquer ramo Industrial.

Art. 2º - O capital da Companhia compõe-se de trezentos e sessenta contos de reis (R 360:000\$) dividido em 180 ações do valor de 200\$ cada uma, pago integralmente no acto da subscrição (...)

Art. 12º - Usando das finalidades legais, os abaixo assinados aprovam presente estatuto e nomeiam para Diretores, durante os primeiros três anos, os acionistas Do-

38. Segundo o Dicionário Aurélio: “Pano grosseiro sem acabamento, de juta ou de outra fibra vegetal análoga, usado para confecção de fardos; serapi-leira”; (Ed. Nova Fronteira, 1988).

minique Level, presidente, e Alexander Leslie, gerente (...). Rio de Janeiro, 02 de outubro de 1891”.³⁹

Os documentos da Companhia sugerem também uma relação com a vizinha Brasil Industrial. Seu acionista e primeiro diretor-presidente, Sr. Dominique Level, foi simultaneamente acionista e diretor da Companhia Brasil Industrial desde 1889.⁴⁰ Além do fato de que, quando da reforma dos estatutos da Tecelagem Santa Luisa, sem modificação no seu capital social, a reunião foi realizada na sede da Companhia Brasil Industrial.⁴¹ E os seus produtos (sacos de aniagem sem costura) eram expostos juntos com os da Brasil Industrial no “Cassino” (clube social) desta companhia.⁴²

A fabricação de tecidos grossos foi importante como processo de aprendizado para as primeiras indústrias têxteis.

Segundo Stein,

“o movimento progressivo da indústria foi constante graças ao tipo de tecido produzido pelas primeiras fábricas têxteis. Com efeito, elas aprovacionaram o maior mercado disponível do século XIX: roupas para os trabalhadores, escravos e livres, da cidade e do campo; para ensacar açúcar e, particularmente, o café exportado em quantidade cada vez maior. O produto não requeria trabalhadores especializados, as máquinas eram as mais simples e o mercado relativamente seguro. A fabricação de tecidos grossos de algodão serviu de aprendizado para as primeiras indústrias” (1979:38)

No início do século XX, com a organização da Companhia Nacional de Juta, sob a liderança de Jorge Street, houve a incorporação de diversas fábricas de jutas, entre elas a Companhia Tecela-

39 Estatutos da Companhia Tecelagem Santa Luisa. Arquivo Nacional, Arquivo da Junta Comercial, Livro 64, Reg. 1622, G.5.

40. O Sr. Dominique Level foi eleito diretor-presidente em 3 de setembro de 1889 em Assembleia Geral Ordinária. 48º Relatório da Companhia Brasil Industrial – 1871/1921 – de 8 de setembro de 1921, p.12.

41. Companhia Tecelagem Santa Luisa, 1898. Arquivo Nacional. Arquivo da Junta Comercial, Livro 83, Reg. 2516, G.5.

42. Exposição Industrial. Jornal do Commercio, 04 de dezembro de 1895.

gem Santa Luísa⁴³, formando um conglomerado dos principais produtores de sacaria do país, a fim de romper com a produção baseada na importação de fios de juta e assim produzir seus próprios fios importando apenas a juta bruta.⁴⁴

Segundo Teixeira,

“A expansão da atividade empresarial de Jorge Street enquadra-se perfeitamente na fase de expansão da indústria têxtil, principalmente a de algodão, quando as importações de maquinaria têxtil para o Brasil aumentavam em mais de 100%” (1990:22).

Para a conclusão do projeto de desenvolvimento industrial de Jorge Street em São Paulo (o projeto teria completado com a construção de uma Vila Operária modelo no Brasil - Vila Maria Zélia), e,

“em garantia dos empréstimos e dos juros, a CNTJ oferecia por fiança todo seu ativo e abonava especialmente a hipoteca de seus bens: (...) Fábrica Santa Luísa, situada em Cascata, Freguesia de São Pedro São Paulo, município e comarca de Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro, e seus terrenos; (...)” (Teixeira, 1990:23).

Segundo Teixeira,

“A Companhia Tecelagem Santa Luisa, localizada em Paracambi, município de Itaguaí, cuja a fábrica ocupava a área de 3.600 m² com mais de 32 casas de operários e quinze ranchos de sapé, formava uma superfície edificada de 6.118,91 m². A Santa Luisa era a vizinha da propriedade da Companhia Brasil Industrial, evidenciando o caráter industrial daquela região. Em 1912, a CNTJ arrendou a Fábrica Santa Luísa pelo prazo de dez anos, pelo preço de 1.500\$000 (um conto e quinhentos mil réis) ao mês, a Cabral Belchior e Cia., que possivelmente exercia atividade de produção de papel (...).

Em 1915, a CNTJ faz novo arrendamento do edifício e instalação da Companhia Santa Luísa a outros locadores, nas mesmas condições de contrato. Nesse local funcionava a Fábrica de Papel Paracambi. Uma das cláusulas impedia o locatário de

43.. Segundo Teixeira (1990:22), a Companhia Tecelagem Santa Luísa foi incorporada em 1911.

44.. Conforme Suzigan (1986:159).

dedicar-se a qualquer ramo da fiação ou tecelagem de juta, denotando-se claramente o espírito de concorrência” (1990:24).

Com a crise do café, e a consequente redução da demanda por sacaria, a indústria experimentou um período de declínio.⁴⁵

Segundo Teixeira,

“Jorge Street, provavelmente atingido de imediato pela política recessiva do governo Bernardes, iniciou negociações para venda da Fábrica Santa Luísa, realizada em abril de 1923 por 60.000:000\$000 (sessenta mil contos de réis), sendo 30.000:000\$000 no ato da venda e 15.000:000\$000 respectivamente em 30.10.1923 e 30.4.1924” (1990:29).

Figura 18: Fábrica Santa Luísa - 1893.



**Fonte: Grupo Paracambi Antigamente / Facebook (anônimo, s/d).
Cortesia: Marcos Alonso**

45 Ibidem (1986:160).

2.3 S/A Fábrica de Tecidos Maria Cândida

A Fábrica de Tecidos Maria Cândida foi constituída em 03 e 04 de outubro de 1924⁴⁶, tendo seu estabelecimento fabril no lugar denominado Cascata, em Paracambi, Terceiro Distrito de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro, onde anteriormente funcionou a Fábrica Santa Luísa, incorporando os bens desta. Os bens foram adquiridos do comerciante Sr. José Barreiro Guedes (comerciante domiciliado em Paracambi), então proprietário⁴⁷, que transferindo seus bens para a nova indústria (no valor de 250:000\$000), passou a ter 1.250 ações (25%).

Resumidamente, os bens transferidos foram, além das terras: 1/ uma represa com encanamento e turbina com força de 80 HP e uma caldeira com força de 60 HP; 2/ o edifício da antiga fábrica; 3/ a casa da gerência; 4/ a casa dos transformadores; 5/ um depósito; 6/ um barracão; 7/ um barracão-cachoeira; 8/ 32 casas de operários; 9/ 15 ranchos de sapê.⁴⁸

O restante das ações (3.750 ações - 75%) foram subscritas pelos acionistas da sociedade SOTTO MAIOR & CIA. (sociedade que tinha por finalidade a compra e venda de fazendas por atacado⁴⁹) sendo os principais acionistas os Srs. Zeferino de Oliveira (625 ações), Cândido da Cunha Sotto Maior (500 ações) e José Antônio de Souza (500 ações).⁵⁰

46 Conf. Escripura inicial de Constituição da S/A F.T.Maria Cândida. Diário No.1. Arquivo da Fábrica Maria Cândida.

47 Segundo a Escripura Inicial da Fábrica Maria Cândida, o Sr. José Barreiro Guedes adquiriu o patrimônio da antiga fábrica de juta (edifícios e terrenos) por compra da Companhia Nacional de Tecidos de Juta (CNTJ) em 30 de abril de 1923.

48 Conf. Escripura Inicial da Fábrica Maria Cândida. Diário No.1. Arquivo da Fábrica.

49 Sotto Maior & Cia. Arquivo Nacional. Arquivo da Junta Comercial. Livro 80, Reg. 18.944. Gr.6, 1878.

50 Os demais acionistas são: Evaristo Maria de Moraes (250 ações), Jayme Lino da Cunha Sotto Mayor (250 ações), Henrique Faria de Moraes (250 ações), Manoel da Rocha Mello (250 ações), Joaquim Duarte de Oliveira (250 ações), Cândido Sotto Maior Teixeira (100 ações), Augusto Faria Carneiro Pacheco (100 ações), Alberto Alves Ferreira Cardoso (200 ações), Carlos Alves Ferreira Cardoso (250 ações), Manoel Ribeiro Teixeira (100 ações), Sotto

A Fábrica Maria Cândida foi constituída com capital de mil contos de réis divididos em cinco mil ações do valor de duzentos mil réis cada uma. Sendo a primeira diretoria composta pelos Srs.: Antão Adelino Mendes, diretor-presidente, residente no Rio de Janeiro; José Barreiro Guedes, diretor-gerente, residente em Paracambi, Estado do Rio de Janeiro; Conselho Fiscal: Evaristo Maria de Novaes, Cândido Sotto Maior Teixeira, Manoel Ribeiro Teixeira Neves; suplentes: Alfredo Pinto Osório, José Ferreira Sopas e Raul Augusto Ferreira (“todos portugueses” residentes no Rio de Janeiro).⁵¹

Figura 19: Antigo prédio da Tecelagem da Fábrica Maria Cândida

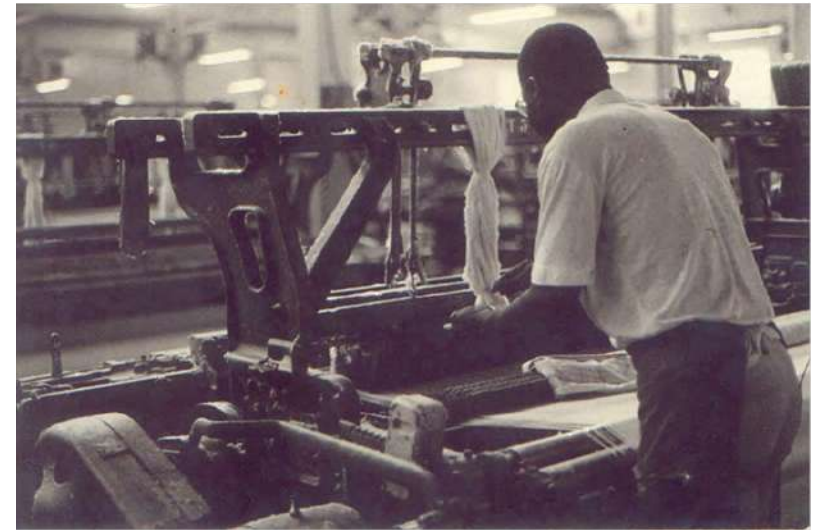


Fonte: Paulo Keller, 1992.

Maiores & Cia. (representada pelo seu sócio José Antônio de Souza - 20 ações), Alfredo de Carvalho Pinto Osório (20 ações), João Alves Ceppas (20 ações), José Ferreira Sopas (20 ações), Antão Adelino Mendes (20 ações), Raul Augusto Ferreira (25 ações), todos residentes e domiciliados na Cidade do Rio de Janeiro com exceção do Sr. José Barreiro Guedes, residente em Paracambi, Estado do Rio de Janeiro. Conf. Escripura Inicial da S/A F.T. Maria Cândida. Diário No.1. Arquivo da Fábrica Maria Cândida.

⁵¹ Ibidem.

Figura 20: Tecelão da Fábrica Maria Cândida



Fonte: Paulo Keller, 1992.

PARTE 2: O COTIDIANO E O COMPLEXO

Introdução

A vida cotidiana do operariado é apresentada em relação aos “aparatos institucionais” (como elementos do complexo) e conforme os tempos administrativos das fábricas (Fábrica Paracambi, da Cia. Brasil Industrial e Fábrica Cascata, da Fábrica de tecidos Maria Cândida), procurando dar uma visão sequencial para melhor compreensão do trabalho. Tive maior facilidade em organizar estes tempos no caso da Cia. Brasil Industrial pelo maior número de informações obtidas. Estes tempos seguem não apenas uma ordem administrativa, mas de que forma estes tempos e suas políticas foram incorporadas pela memória dos operários. Em relação à Fábrica Paracambi, trabalhei com relatórios da Companhia e entrevistas com operários e, em relação à Fábrica Cascata, trabalhei apenas com entrevistas dos operários. As administrações das fábricas passaram por várias gestões, sendo que, apresento apenas aqueles períodos que marcaram profundamente as relações sociais no complexo Fábrica com Vila Operária. Nos capítulos posteriores não trabalhei com referência a todos os tempos fabris (de ambas as fábricas) devido à dificuldade em confrontar dados das entrevistas com esses tempos determinados.

- CIA. BRASIL INDUSTRIAL (FABRICA PARACAMBI)

1. Tempo do Sr. Coronel Dominique Level⁵² - Foi eleito diretor-presidente em 3 de setembro de 1889, administrou a Companhia até sua morte em 11 de março de 1917.⁵³ A direção técnica da fábrica ficava a cargo do diretor-secretário Dr. Plínio Soares⁵⁴, que foi no-

⁵² Os antigos operários se referem ao Diretor Dominique Level como “Seu” Level ou Coronel Level. O fundador da Companhia Sr. Joaquim Dias Custódio de Oliveira foi diretor até setembro de 1889, não havia presença deste na memória dos operários.

⁵³ 48º Relatório da Cia. Brasil Industrial: 1871/1921; pp.12 e 20.

⁵⁴ Assumiu o cargo interinamente no lugar do gerente Dr. Joaquim Ribeiro de Veiga em 1884. Dr Plínio Soares foi considerado “um dos brasileiros mais competentes e mais conhecedores da indústria do algodão”, segundo o Jornal



meado gerente efetivo em fevereiro de 1885 até sua morte em 23 de maio de 1904. Em seguida, em setembro de 1904, assumiu o lugar de diretor-secretário o Dr. Joaquim Guedes de Moraes Sarmiento.

Após a morte do Sr. Dominique Level em 1917, o diretor-presidente passa a ser o Dr. Antonio Cândido de Azambuja, exercendo o cargo por 28 meses até sua morte em 13 de julho de 1919. Foi nomeado Superintendente o diretor-tesoureiro Sr. Antônio de Andrade Botelho⁵⁵, residindo na fábrica desde janeiro de 1919.⁵⁶ Em 25 de Setembro de 1919 foi eleito diretor-presidente o Sr. Victor Augusto de Azambuja, diretor-secretário Sr. Luis Brandão Moraes Sarmiento e diretor-tesoureiro Sr. Antônio de Andrade Botelho.

2. Tempo do Dr. Antônio Botelho Junqueira⁵⁷. Desde 1928, Dr. Junqueira foi diretor-industrial⁵⁸, quando Dr. Luis Brandão Moraes Sarmiento⁵⁹ era diretor-presidente da Companhia, até a venda para o grupo Othon Bezerra de Mello, em 1955.

3. Tempo dos Othons - Conforme a argumenta Aguiar,

“a própria colocação no plural e não referida a um integrante específico do grupo ou de um representante, indica a distância existente entre a direção da fábrica e o operariado. Cremos que isto se deve ao próprio desmantelamento do Sistema de Fábrica - Vila Operária” (1994:122).

do Commercio, RJ, dia 4/12/1895, coluna “Exposição Industrial”; e exerceu o cargo de Presidente do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão, segundo o 48º Relatório da Cia. Brasil Industrial, 1871-1921, p.16.

55 Dr. Antônio de Andrade Botelho foi diretor-tesoureiro quando Victor Augusto de Azambuja foi diretor-presidente, e diretor-comercial quando Luiz Brandão Moraes Sarmiento foi diretor-presidente, e vem a ser tio do Dr. Antônio Botelho Junqueira, diretor-industrial. Arquivo de Sócios-CIFT/RJ.

56 48º Relatório da Cia. Brasil Industrial - 1871/1921, p.22.

57 Dr. Junqueira chegou na Companhia inicialmente para executar trabalhos de engenharia. (Ver também Aguiar, 1994: 121/122).

58 O termo diretor-industrial para o administrador da fábrica aparece no Arquivo de Sócio do Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro.

59 Dr. Luiz Brandão Moraes Sarmiento foi diretor-secretário quando Vitor Augusto de Azambuja era diretor-presidente, e vem a ser sobrinho do diretor-secretário (eleito em 1904) e gerente da fábrica Dr. Joaquim Guedes de Moraes Sarmiento. Arquivo de sócios - CIFT/RJ e 48º Relatório da Cia. Brasil Industrial - 1871/1921, p.17.

A nova diretoria⁶⁰ era composta por Luis Britto Bezerra de Mello, Dr. Othon Lynch Bezerra de Mello, e Arthur Britto Bezerra de Mello (Presidente). A administração dos “Othons” implementa uma série de mudanças no processo produtivo e a desestruturação do sistema assistencialista numa fase de declínio do complexo Fábrica com Vila Operária (declínio de um modelo de industrialização e um tipo de relações entre o operariado e o patronato fabril).⁶¹ A administração dos Othons vai até a venda da fábrica para a Cia. São Pedro de Alcântara (Petrópolis/RJ) em 1980.

A fase áurea do “complexo Fábrica com Vila Operária”, em Paracambi/RJ, se refere, essencialmente, ao período do Coronel Level e do Dr. Junqueira. E o período dos Othons, ao início do processo de declínio do complexo⁶².

- FÁBRICA DE TECIDOS MARIA CÂNDIDA (FÁBRICA CASCATA):

Devido ao pouco material disponível, basicamente relato de operários sem confronto com relatórios fabris, pude apenas destacar os gerentes frequentemente mencionados pelos operários:

1. Período de apogeu - Os operários falam no “Seu” Castro, “Seu” Silva e Dr. Coutinho (gerentes fabris), entre as décadas de 1940/60.

60 A antiga diretoria renunciou em 10 de janeiro de 1956; Arquivo de sócios - CIFT/RJ.

61 Segundo Aguiar, com o desmantelamento do sistema Fábrica - Vila Operária não se observa mais o aspecto das relações de trabalho pautadas pelo paternalismo, e citando Perrot, apresenta os três elementos essenciais dos regimes paternalistas: “1 - presença física do patrão nos locais de produção, e mesmo moradia patronal; 2 - linguagem prática de tipo familiar entre patrões e operários; 3 - adesão dos trabalhadores a esse modo de organização” (1994:122/3).

62 Esse processo se constitui com a quebra (aparente, segundo Burawoy, 1990) da unidade entre a reprodução da força de trabalho e o processo produtivo, mas deve ser compreendido de forma ampla como um múltiplo processo envolvendo transformações: 1/no campo fabril - as mudanças no processo produtivo; 2/ no campo doméstico - as mudanças que se efetuam com o transbordamento das vilas operárias e a desestruturação da rede de serviços coletivos; 3/ no campo sindical - as mudanças com o surgimento de uma ação sindical legal.

2. Período de declínio - o período entre a década de 1970/80, quando ocorrem mudanças no complexo fabril da Maria Cândida, bem como transformações peculiares em sua Vila Operária.

Capítulo 1 Moradia – As vilas operárias

A/ BRASIL INDUSTRIAL - FÁBRICA PARACAMBI

Na época da aquisição da Fazenda dos Macacos, os diretores da Companhia eram otimistas em relação a escolha do lugar de implantação da fábrica, que apresentava a facilidade e comodidade de tráfego, serviço telegráfico e correio diário (distante hora e meia por via-férrea), além da povoação já existente.

O povoado se aglomerava ao redor da estação de Macacos, um ramal da estrada de ferro D. Pedro II fundado em 1861, onde já existia uma escola pública, e os diretores da companhia pretendiam fundar uma igreja com o intuito de “*facilitar a venda dos terrenos adjacentes, para reembolso do preço de aquisição da fazenda, com reserva da área precisa para o serviço da fábrica*”⁶³.

Das casas pertencentes à antiga fazenda, as mais próximas foram consertadas e adequadas para residência e serviço da administração fabril, e as mais afastadas, onde também se fizeram reparos, foram alugadas para residência e comércio. As casas pertencentes à companhia incluídas na compra da fazenda foram:

- “N.1 - Grande casa de sobrado com 5 braços de frente, paredes de pedra e cal, e de pau a pique; construída de maneira de lei. Antiga casa da fazenda, ultimamente reconstruída para morada de 100 e menores operários;
N.1A - Grande galpão sobre pilares de pedra, com madeiramento de lei, coberto de telha. Foi demolido, construindo-se sobre seus alicerces um edifício para morada de operários; aproveitando-se parte do material;
N.2 - Casa assombrada com paredes de pau-a-pique em muito mau estado, porém com madeiramento de lei e

coberta de palha. Foi reconstruída para servir como residência e escritório da gerência;

N.3 - Pequena casa com paredes de pau a pique, coberta de telha, servindo de depósito de materiais para as construções;

N.4 - Casa assombrada sobre fortes pilares de pedra, construída de madeiras de lei, coberta de telhas: estando em parte ocupada pela fábrica de tijolos, e em parte servindo para moradia de operários;

N.5 - Armazém e senzalas junto à olaria, construídas de parede de pau a pique, e cobertos de telha; ocupados pela olaria, ferraria e moradia de operários;

N. 6 - Casa com parede de pau a pique, coberta de telha ocupada por uma casa de negócio, e alugada depois de consertada por 50\$000 mensais.

N.7 - Casa com paredes de pau a pique, coberta de telha, em muito mau estado. Foi em parte demolida para aproveitar-se o material;

N.8 - Casa com paredes de pau a pique, coberta de telha. Foi consertada e está alugada por 30\$000 mensais.

N.9 - Grande casa assombrada, com espaçoso armazém, construída de paredes de pedra e de pau a pique, com madeiramento de lei, coberta de telha, estando em parte ocupada por casa de negócio e moradia, e parte em conserto para morada de operários. A parte ocupada pela casa de negócios está alugada por 60\$000 mensais, tendo o inquilino feito obras importantes à sua custa;

N.10 - Casa com parede de pau a pique, coberta de telha, ocupada por um arrendatário;

N.11 - Pequena casa com paredes de pau a pique, coberta de telha, ocupada por um arrendatário;

N.12 - Grande casa assombrada construída de parede de pau a pique, com madeiramento de lei, coberta de telha. Depois de consertada foi alugada por 60\$000 mensais;”⁶⁴

Anterior à construção das vilas operárias, num primeiro momento de instalação da fábrica, os 100 meninos operários residiram

63 Primeiro Relatório da Cia. Brasil Industrial – 1874, pp.17/18.

64 Idem, pp.37/38.

numa “grande casa de sobrado”, e os operários num “grande galpão”, numa “casa assombrada” onde dividiam moradia com a fábrica de tijolos, e no “armazém e senzalas” (anexo à fábrica de tijolos) junto com a olaria e ferraria. Já no nascimento desta indústria têxtil, se configura na moradia operária uma forma de “servidão burguesa”⁶⁵, estabelecendo uma espécie de “continuum” entre o regime escravo e a nova forma de dominação, numa espécie de cruzamento hierárquico entre a estrutura de poder da fazenda e a da fábrica.

A falta de uma Vila Operária estruturada gerava dificuldades para superar a escassez de operários, e a consequente alta do preço dos salários, segundo os diretores da companhia:

*“tendo por causa o grande número de empresas, que, porfiando na oferta de maiores vantagens, disputam entre si o limitado pessoal disponível; sendo que sobre maneira se agravam as dificuldades, quando o operário, como em nosso caso acontece, tem de ser afastado de sua moradia, para ir trabalhar em paragens destituídos de recursos”*⁶⁶.

Em 1886, a companhia já havia providenciado casas para os operários junto a Fábrica Paracambi, e construído “*uma caixa para água potável com uma rede de distribuição*” à fábrica e as casas de

65 Leite Lopes fórmula essa *expressão paradoxal* “a partir de uma série de problemáticas que poderiam ser agrupadas como referidas a: (1) a proletarianização do campesinato e a formação de um operariado de origem rural (...); (2) a concentração de poderes inerentes à situação fábrica-Vila Operária, reunindo nas mesmas mãos o poder do capitalista industrial e do proprietário territorial em oposição aos operários (...); (3) “o governo local de fato” na Fábrica com Vila Operária sobrepondo-se autoridade pública da unidade administrativa da localidade (...); (4) a trajetória da Fábrica - Vila Operária, resultando no seu “transbordamento” em um bairro ou cidade industrial maior, ou inversamente na sua “desindustrialização” (...) (1988:18/19). Comparando o servo com o operário, Engels afirmou que “O dono do servo era um bárbaro, considerava o seu criado como um animal; o dono do operário é civilizado e considera-o como uma máquina. Em resumo, há em quase todas as coisas uma equivalência entre eles, e se um deles está em desvantagem, é o operário livre. Ambos são escravos, enquanto a escravidão de um é confessa, pública, honesta; a do outro é disfarçada, fingida, dissimulada, a seus olhos e aos de outros, *servidão hipócrita*, pior que a antiga” (1986:207).

66 Primeiro Relatório da Cia. Brasil Industrial – 1874, pp.8/9.

operários”.⁶⁷ Para Stein, “a superlotação dos antigos dormitórios obrigaram os industriais a construir habitações em propriedades adjacentes à fábrica” (1979:70)⁶⁸.

E, em 1888, foram concluídas as “*obras do saneamento da localidade*”.⁶⁹ A iluminação elétrica da vila ocorreu em 1919, segundo os diretores:

“A iluminação externa da fábrica assim como da nossa villa operária era feita d’antes com lampeões de kerozene e mais tarde foi de acetylene; porém em julho de 1919, foi contratada com a Rio de Janeiro Light and Power Company Limited estabelecer ali uma linha de distribuição para nosso uso, pagando a Companhia o consumo exterior e o pessoal os seus particulares”.⁷⁰

Em relação à expansão da Vila Operária, encontrei dados somente no relatório da diretoria de 1925, segundo os diretores: “Foi providenciado a construção de mais 43 casas com 103 quartos (deverão estar concluídas no decorrer do semestre)”.⁷¹ A Avenida dos Operários, a central da vila, formou-se ao largo da antiga via férrea da Companhia, por onde passava um bonde puxado a burro⁷². Um ex-operário da fábrica conta que:

“Depois que eu comecei a trabalhar foi que a fábrica fez essa avenida. Já foi no tempo do Dr. Junqueira. Aí ele fez essa avenida até aqui nessa ponte. Fez essas casas aqui e fez as casas do lado de lá. Lá fez de grupos de duas em duas e aqui fez em grupos de cinco em cinco. Plantou essas árvores”.

67 48º Relatório da Cia. Brasil Industrial – 1871/1921, pp.12.

68 O paternalismo industrial surge da impossibilidade - da nova ordem - de tratar o trabalhador como uma “simples mercadoria”, para Joyce “o paternalismo refletia a necessidade de comunidade, de restituição da sociedade; necessidades desconhecidas e negadas pela lógica estrita do individualismo” (1982:153).

69 Idem, p.12; e Jornal do Commercio, RJ, 04/12/1985, coluna “Exposição Industrial”.

70 48º Relatório da Cia. Brasil Industrial – 1871/1921, p.22.

71 52º Relatório da Cia. Brasil Industrial – 1925, p.8.

72 Existiu um bonde puxado a burro que conduzia pequenas encomendas ou algum diretor da fábrica entre o ramal dos Macacos e o edifício da fábrica, atravessando a avenida dos operários.

A construção das casas, em geral geminadas, da Avenida dos Operários, bem como das ruas adjacentes, deram a Vila Operária um plano mais arrojado e moderno⁷³. Eram diversas ruas transversais e paralelas. O portão da fábrica separava o edifício da fábrica, que ficava distante cerca de 500 m, da vila; bem próximo do portão havia um outeiro onde ficava a capela de Nossa Senhora da Conceição e casa gerencial, conhecida como casarão, que guarda semelhança simbólica com a figura da casa grande no antigo sistema. Ainda dentro desse espaço ficavam algumas casas de administradores fabris. Fora do portão ficava um largo com o “Cassino” (local de bailes e festas), um sobrado com a escola operária, o armarinho, o açougue e a leiteria; ao lado, um edifício de três pavimentos de moradia de operários (apartamentos). E logo após a Avenida dos Operários, havia um portão que separava a Vila Operária do comércio de Paracambi e o povoado que cresceu ao redor da antiga estação⁷⁴.

Em 1955, segundo relatório fiscal da Prefeitura de Itaguaí, havia 341 prédios de propriedade da fábrica incluindo as casas da Vila Operária e as casas dos funcionários superiores. Nessa inspeção ficaram isentos da cobrança de impostos: os prédios onde funcionavam a creche, os dois clubes, o SAPs, o xadrez e a casa do vigia das águas. Somente na segunda parte do referido relatório o fiscal refere-se ao corpo da fábrica.⁷⁵

73 Esse plano mais arrojado e moderno se configurou na gestão do Dr. Junqueira. N'A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra, Engels apresenta o distrito de Ashton-under-Lyne como “um dos centros industriais mais recentes da região” (algumas milhas a nordeste de Stockport que faz parte do distrito industrial de Manchester) apresentando semelhanças com o complexo da fábrica Brasil Industrial. Ashton-under-Lyne está “situada na vertente da colina, em cujo sopé correm o canal e o rio Tame (...) construída segundo um plano moderno e mais regular” (1986:55).

74 Os antigos chamavam lado do comércio de “particular”. Uma antiga funcionária da Brasil conta sobre a rivalidade entre os dois lados: “Isso é coisa de anos, ainda era menina, sempre teve isso. Sabe, de dizer que lá era a parte maior, o comércio era maior, e aqui a parte dos operários, mais inferior, ... Não era dizer que brigavam não. Havia aquele respeito; assim que lá era filho de comerciantes e aqui era tudo pobre, mas então dizíamos: mal deles se não éramos nós, porque a força é maior sempre foi aqui... mas isso passava.”

75 Relatório dos Trabalhos de Atualização da Cobrança do Imposto Predial da Cia. Têxtil Brasil Industrial. Prefeitura Municipal de Itaguaí/RJ, 30 de março de 1955.

Figura 21: Praça da Fábrica, Brasil Industrial, 1907.



Fonte: Grupo Paracambi Antigamente / Facebook (anônimo, 1907).

Cortesia: Marcos Alonso

B/ MARIA CÂNDIDA - FÁBRICA CASCATA⁷⁶

A Vila Operária da Maria Cândida teve sua origem nas 32 casas para operários, 15 rancho de sapé e uma casa para residência do gerente, originados da antiga fábrica de tecidos de juta.⁷⁷ Diferentemente da Brasil Industrial que vendeu as casas de sua vila operária para seus próprios operários na década de 1970, a Maria Cândida ainda manteve as casas de sua vila até o fechamento da empresa no início do século XXI (fechou em 2009).⁷⁸

76 Apesar da Vila Operária da Maria Cândida ainda existir numa fase de declínio, falarei sobre a Vila Operária, no seu período de auge, no pretérito. Ver Apêndice 1.

77 O complexo fabril da Santa Luisa passou por vários arrendamentos antes de ser vendido e ter se tornado a Fábrica de tecidos Maria Cândida. Ver Cap.2, item 2.

78 A Maria Cândida manteve as casas, mas a rede de serviços coletivos foi desmontada, e atualmente os operários residentes na vila compunham uma parcela pequena da força de trabalho utilizada no processo produtivo.

Sendo a Maria Cândida uma indústria de pequeno porte⁷⁹, sua Vila Operária se concentrava num largo próximo do portão principal e duas ruas principais com outras casas espalhadas pelos arredores. A fábrica tinha dois portões: um era para acesso dos diretores e ficava próximo da estrada⁸⁰ que separa o centro de Paracambi do bairro da Cascata. Próximo ao primeiro portão, havia algumas casas soltas na beira da estrada, um armazém particular (cedido e explorado por terceiros que podiam descontar em folha os gastos dos operários) e um campo de futebol. Seguindo a estrada, a menos de um quilômetro, chegava-se no largo onde existia o segundo portão da fábrica por onde entravam os operários e veículos de carga. Próximo ao portão, no pequeno lago, ficava a Capela São José Operário e o Posto de Saúde. Seguindo a rua Vicente Cicarino (principal da vila), onde se concentravam as melhores casas e sua maioria; localizavam-se, no início, o armazém (ou cooperativa), depois a escola operária (uma casa com uma sala e uma bandeira na frente), mais na frente o clube social onde se realizavam os bailes, domingueiras de jogos de bilhar. Na próxima rua transversal, que conduzia para a cachoeira local, havia, além de outras casas para operários, um dormitório com quatro quartos para operários solteiros (“os quartos”)⁸¹.

79 Tendo por base as dezenove indústrias têxteis de algodão do Brasil em 1943, enquanto os maiores indústrias (Nacional de Estamparia, América Fabril, Progresso Industrial e Nova América) tinham capital entre 40 e 50 mil contos, a Brasil Industrial tinha capital de 15 mil contos e a Maria Cândida, capital de 4,5 mil contos, sendo a última da lista das dezenove indústrias. Jornal do Commercio, RJ, 18 de novembro de 1951.

80 Na estrada, após subir a pequena serra, existe o açude da Brasil Industrial. Em seguida, antes do primeiro portão da Maria Cândida, a divisão das terras das fábricas.

81 Segundo relatório preparado a partir da pesquisa das fichas de controle das casas da Vila Operária da Maria Cândida, havia 96 casas na vila em agosto de 1991, cuja maioria se encontrava em péssimo estado de conservação.

Capítulo 2

Sobre o controle nas vilas

I

Na época do Dr. Junqueira no conjunto da Cia. Têxtil Brasil Industrial, havia um controle rigoroso sobre o cotidiano familiar e comunitário dos operários, mas nem sempre esse controle era visto como algo negativo, um ex-operário da fábrica Brasil Industrial relata que:

“Eu pelo menos trabalhei o tempo todo, nunca chegou quem dissesse uma palavra pesada. Esse pessoal da fábrica, era Antônio Botelho Junqueira, ele era um senhor tão direito que ele passava dentro daquele bonde, ele via dentro da casa da gente um homem sem camisa ele mandava parar o bonde, ia lá e pedia para botar a camisa. Nós não podíamos trabalhar com vestido decotado, de alça, vestido acima do joelho. Não era permitido, se a gente fosse, chegava no portão o guarda fazia a gente voltar e botar uma roupa”.

Durante o dia, os guardas da vila da Brasil Industrial controlavam coisas pequenas como crianças que se banhavam nos rios (os pais eram comunicados), e durante a noite continuava o controle com os guardas por toda a vila até o portão que separava a vila do comércio. Observavam o último trem chegar para ver se penetrava algum estranho, porque conheciam todos os moradores. Depois das 22h nenhum operário poderia ficar com sua casa aberta, nem andar na rua, nem namorar. O mesmo ex-operário relata:

“Era ordem, tinha ordem. Então, toda a rua tinha guarda, de meia em meia hora eles apitavam. Se tivesse uma casa aberta, assim 10 horas, o guarda batia e perguntava por que a casa estava aberta. Ai a gente dizia: Ah... está com um doente em casa. O guarda ficava ali a noite toda, tomasse a ordem para ir na rua se precisasse, para ir numa farmácia.”

O operariado considerava o Dr. Junqueira um homem bom, sem desconhecer o fato de que *“ele tinha guardas em tudo que era lugar para saber o que se passava dentro da casa da gente”*, conforme relatou um ex-operário. A bondade do Dr. Junqueira era avaliada em função da rede coletiva de serviços oferecidos pela fábrica e pelo modo de vida na Vila Operária: *“Então a gente vivia uma vida saudável e farta”*. Outro ex-operário conta que o controle era rigoroso até mesmo sobre aparelhos eletrônicos:

“se você tivesse um rádio ou um aparelho eletrônico qualquer, principalmente rádio, aparelho de difusão, você não era assim muito bem visto, por que era sinal de que você estava panhando informações, você estava sendo informado”.

Como inquilino de casa de fábrica da Brasil, o operário tinha suas normas a seguir, uma delas era não modificar nada na casa, nem a cor dos cômodos ou das janelas, trocar torneiras (apenas trocar lâmpadas); uma forma de controle da sua vida cotidiana. Em compensação, a companhia tinha sua turma de manutenção; bastava o operário solicitar o reparo. Houve o caso de um operário que modificou sua casa, conforme relata um antigo morador da vila:

“Mais ou menos em 59 ou 60, um inquilino pintou a casa de cor por dentro, cor diferente, se não me engano até azul claro, quando as casas eram branco por dentro, os cômodos eram brancos, pintou de azul claro, bem clarinho e ele foi intimado a recolocar a cor e advertido de que não deveria mais proceder dessa maneira”.

A dominação sobre os operários nas Fábricas com Vila Operária, invadia sua vida privada decidindo, inclusive, a cor dos cômodos de suas casas, num processo de extensão da disciplina fabril até os recantos de seus lares.

II

Na vila da Maria Cândida também existiam guardas noturnos depois das 22h. Eram três guardas: um ficava no portão de entrada

dos operários, perto da vila; outro no portão de entrada dos diretores - perto da estrada de acesso ao vilarejo; e o último, chamado de “ronda”, ficava circulando por toda a vila. O meio de comunicação entre os guardas era o apito. Caso o “ronda”, ou qualquer outro guarda, encontrasse algo que desobedecesse as regras da vila e resolvesse pedir ajuda, ele utilizava o apito. Os casais de namorados que fossem encontrados na rua depois das 22h, eram encaminhados para suas casas pelos guardas. Na vila da Fábrica Maria Cândida se repetiam as normas disciplinares que incluíam o controle da vida cotidiana, segundo a vontade do patronato.

Capítulo 3 O acesso ao Emprego

I

O próprio Dr. Junqueira, da Cia. Têxtil Brasil Industrial, decidia a admissão: observava-se primeiramente a família a qual pertencia o operário (se era filho de operário local), sua origem (se havia trabalhado em alguma outra fábrica) e profissão. Dava-se prioridade:

1/ Aos filhos das famílias operárias da própria vila – *“prata da casa”*. Prata da casa são os operários, filhos de famílias operárias locais criados na vila e formados no ambiente da própria fábrica. Uma antiga funcionária conta que Dr. Junqueira

“seleccionava quem ele conhecia, os velhos que não tinha muita dedicação com a fábrica, os filhos então ele já reservava aquilo..., achava que se os pais não gostavam os filhos também não iam gostar; não deveriam de gostar ou entravam só pra aprender um bocadinho e saiam logo, ele não gostava muito desse negócio de aprender e ir embora não, ele gostava da “prata da casa”, ficar ali, criar mesmo certo, porque aí ele já conhecia melhor...”.

2/ Aos menores de 14 anos que soubessem ler e escrever – *“para aprender tudo ali”*. No caso de menores, mandava-se uma folha documento para a professora da escola operária para dizer se o menor sabia as quatro operações, ler e escrever. Caso não soubesse,

era obrigado a frequentar a escola noturna, saindo da escola após passar nos testes ou então após os 18 anos.

3/ E às famílias grandes, para que pudessem empregar todos na fábrica. As famílias grandes vinham por intermédio de outras famílias operárias empregadas na fábrica que, em sua chegada, sempre se hospedavam na casa de familiares na vila.⁸²

Decidindo empregar o operário ou a operária, mandava-se um comunicado para o Posto Médico para uma revisão médica. Com o exame, fazia-se um comunicado de admissão para a seção de destino. Se fosse menor de 14 anos, geralmente iria para a fiacção. Após, o operário(a) dirigia-se ao escritório para preencher sua ficha de empregado. Nesse período, já se havia instituído as carteiras profissionais. Antes, os operários eram apenas fichados sem registro no Ministério do Trabalho. As carteiras profissionais eram feitas na própria fábrica. Uma vez por ano, vinha um fiscal do Ministério que ficava uma semana despachando. No escritório da fábrica se tirava retratos e tomavam-se todas as providências por conta da companhia, que descontava as despesas posteriormente no salário do operário⁸³.

Para as famílias que vinham de fora, o acesso ao emprego na fábrica significava também acesso aos benefícios da rede de serviços coletivos. Um antigo morador local relata que:

“Já vinha com emprego garantido, com casa para morar, com colégio, porque a fábrica tinha, médico, tinha ambulatório, tinha farmácia, comprava para pagar por mês, tinha cooperativa, tinha leite, tinha açúcar, tudo dela. Até nós compramos muito leite lá. Tinha armário que vendia fazenda, vendia retalho. Tinha o clube dançante, tinha o futebol, porque a fábrica também dava o campo, dava a sede. Pegava um operário para limpar

82 Sobre a Companhia de Tecidos Paulista, Alvim afirma que “O recrutamento de trabalhadores efetivado pela CTP nos anos 30 e 40, que operacionalizou-se na vinda de grande número de famílias, contou com regras próprias que se expressavam nas condições de pagamento dos agentes recrutadores: pagamento mediante vinda de famílias e famílias numerosas, compostas por um grande número de filhos aptos para o trabalho fabril” (1985:37).

83 O fiscal vinha sempre que havia acumulado um bom número de empregados sem carteira. Essa prática durou até o final da década de 1940.

o campo, um zelador para pintar, para limpar. Todos de operários também. Admitia a gente porque... não tinha outra coisa aqui... pagava uma taxa. O Cassiano lá tinha dança, teatrinho, tinha aqueles bailes, domingueiras, essas coisas, também feito por ela. Praticamente a fábrica era a que fazia a vida toda da cidade. Limpava a rua, podava as árvores. A limpeza da rua, eram as carroças, eram tudo dela. A prefeitura não tinha nada. Nada, nada, nada, nada. Tudo da fábrica. A rua era ela que botava..., ela é que tirava a areia, consertava a ponte que a enchente carregava, ela botava outra. Tudo era a fábrica.”

A administração da rede de serviços de toda a Vila Operária da Brasil Industrial, conseqüentemente a administração da vida coletiva dos operários, efetivava o “governo local de fato” da fábrica sobre o lugar.

II

Na Maria Cândida o acesso ao emprego também era feito de forma direta com o gerente da fábrica. A personalidade nas relações, tanto quanto a fluidez, são fatores fundamentais por alicerçar o paternalismo dissimulando a relação de dominação⁸⁴. O patrão quase sempre era bom; era ele quem dava o emprego e a casa. Essa relação fica evidente no depoimento de um antigo operário da Maria Cândida, quando relata como teve acesso ao trabalho, na década de 1930: “Conseguí emprego através do gerente que era o seu Silva, era um homem muito bom. Eu pedi a ele e ele me deu o serviço. Pedi diretamente à ele”.

84 A personalidade e a fluidez caracterizam as relações sociais no complexo, já que esse trato pessoal do patrão com o operário poderia se dar em qualquer um dos espaços (fabril ou doméstico).

Figura 22: Ficha de Registro de Operário - Tecelão.

Nome JOSE LAURINDO DE OLIVEIRA
 Data da admissão 8 de 6 de 1933
 Nascido a 25 de 7 de 1910
 Lugar do nascimento Mina Gerais
 Filho de Agenor Laurindo de Oliveira
 e de Julietta de Oliveira
 Estado civil Solteiro
 Natureza do cargo ou serviço Tecelão
 Ordenado mensal
 Diária Empreitada
 Vencimentos ou gratificações
 Percentagens
 Residência Paracambi
 Assinatura do empregado Jose Laurindo de Oliveira
 Observações Petição em 13/6/34
foram em 1/8/35
foram em 24/11/35

Fonte: Arquivo morto da antiga F.T.M.C. - Trabalho de campo, 1994.

Figura 23: Ficha de Registro de Operário - Feitor.

28 da CART. de estrangeiros - 67.404 S.A.F.T.M.C.
REGISTRO DE EMPREGADOS
 No. de Cartão 158356 No. da Carteira Profissional 15.280
 Nome José Avelino Pipo
 Filiação Francisco Pipo e Reginista Pipo
 Idade 34 anos Data de Nascimento 6.4.1898
 Nacionalidade Portuguesa Lugar do nascimento Portugal
 Residência Caserta Data de admissão ao serviço 19.11.1929
 Categoria e ocupação habitual Feitor Salário 400.000
 Forma de pagamento Mensal Nome dos beneficiários Ana de Silva Pipo
 Assinatura do empregado Jose Avelino Pipo

Fonte: Arquivo morto da antiga F.T.M.C. - Trabalho de campo, 1994.

Capítulo 4

O acesso às casas

I

Solicitar casa da Vila Operária também era uma tarefa do irmão ou irmã mais velhos; nem sempre era o pai de família o solicitante. Nestes casos, o pai havia ficado no trabalho da lavoura, cuidando dos pertences da família, ou devido à idade, preso ao seu modo de vida⁸⁵. Uma ex-funcionária da Brasil Industrial relata a chegada da família de seu marido na época do Dr. Junqueira, quando se empregaram todos os irmãos. O pai ficou sem emprego algum tempo, deixando assim, o irmão mais velho como “chefe da casa”:

“... então como o pai já tinha uma certa idade, 43 anos, parecia que era mais, muito idoso, mas não era, ele (Dr. Junqueira) ficou assim na dúvida, não sabia se botava, esperando uma vaga, porque de acordo com a idade, porque também ele não botava uma criança para fazer serviço de adulto, nem adulto para fazer serviço de criança... dependia da idade, ele sabia que podia aprender, e tal, ele tinha bastante experiência sobre isso, né. Então, ficou ele (irmão mais velho) como chefe da casa e ganhou a casa em nome dele, tá entendendo, ficou com o dono da casa,... então a família que já estava morando com o tio passou a morar na casa, nessa altura do campeonato, o pai foi trabalhar, os irmãos também já estavam trabalhando, mas a casa continuou no nome do meu marido.”

II

Na Maria Cândida acontecia processo semelhante: uma ex-operária relata a chegada de sua família na vila, morando por dois meses na casa de um tio até conseguir sua casa:

⁸⁵ Muitos pais não acompanhavam a família para o trabalho fabril, sentiam-se humilhados devido à idade.

“Não foi difícil porque meu tio disse que ia se mudar, então nós morávamos com ele, então ele e Antonieta (irmã) foi na fábrica falar com o gerente que era o seu Castro,... seu Castro disse que assim que ele mudasse então poderia ficar com a casa, então nós ficamos com a casa.”

Outro antigo operário da Maria Cândida relata seu pedido de casa na vila, onde fica claro a fluidez nas relações pessoais: *“A primeira casa, eu cheguei perto do gerente e pedi à ele, que eu ia me casar e tava precisando que ele arrumasse uma casa pra mim.”*

E comentando essa forma de pedido, o operário relata que:

“Eram feitos diretamente com o gerente. Era um pedido verbal. Você chegava perto dele e falava e ele atendia. Naquele tempo não existia carrancismo, ele era um gerente que atendia você, tanto faz dentro da fábrica como no pátio da fábrica, como aqui fora, em qualquer lugar que você encontrasse com ele, ele atendia”.

Fica claro, em seu relato, a fluidez das relações ressaltando a unidade dos espaços: tanto faz falar com o gerente na fábrica ou na vila.

Na Maria Cândida, na época do “Seu” Castro, havendo mais de quatro operários trabalhando na fábrica e morando na casa (membros da família), a família ficava isenta da taxa de aluguel. Se fossem apenas dois operários trabalhando na casa, pagava-se metade do aluguel. Sobre os critérios para fornecer casa ao operário, tanto na Maria Cândida como na Brasil, contava o desempenho profissional e a disciplina do operário.

III

Na Brasil Industrial, a partir do momento que o operário deixasse de trabalhar na fábrica e continuasse a morar na vila, o “chefe da casa” em que residia o operário era obrigado a pagar a “taxa cabeça”. A “taxa cabeça” era um valor adicional que se somava ao aluguel das casas, se aplicava tanto aos filhos de operários (maiores) que não

queriam mais trabalhar na fábrica, quanto aos parentes que temporariamente se hospedavam na Vila Operária. Uma forma de controle sobre a vida familiar do operariado coagindo-os ao trabalho fabril. Um ex-operário da Brasil relata que:

“... se você recebesse uma visita, se essa visita fosse demorar em sua casa aí 4 dias, 5 dias, a partir daí você deveria comunicar na administração da Vila Operária que você estava com a visita e quantos dias a visita deveria demorar, isso mesmo na época do Othon. Porque se demorasse mais de 30 dias você pagava a chamada “cabeça”, uma pessoa de fora, um homem principalmente em sua casa você pagaria meio aluguel,... quer dizer que você pagaria seu aluguel mais a metade, 50% pela cabeça. A cabeça não sei se era um apelido ou não sei o que era, sei que na época nós tratávamos assim, pagava por cabeça, era assim você tinha sua família constituída, você, tua mulher, teus filhos e um agregado da sua casa, vamos dizer, um cunhado viesse morar na sua casa, então a tua mulher e os teus filhos seriam tua família e o teu cunhado era o que chamavam cabeça. Então foi essa moradia do teu cunhado que você pagaria mais 50% do aluguel.”

Esse ex-operário argumenta que havia uma vantagem no “cabeça”, um agregado da família, porque o agregado não era obrigado a trabalhar na fábrica, como era o membro da família, já que o “cabeça” tinha uma autonomia em relação ao trabalho fabril.

Na época dos Othons se conseguia casa na vila através do chefe imediato. Cabia ao operário averiguar se havia casa disponível. Nessa situação, o operário comunicava ao seu chefe para que ele solicitasse ao administrador das casas. O administrador avaliava o comportamento do solicitante (desempenho profissional e disciplina fabril). Não havendo impedimento, era comunicado ao chefe do solicitante a concessão da casa.

Nessa época os critérios para ganhar casa eram:

- 1/ o desempenho profissional do operário - o que ele representava em termos produtivos para a companhia;
- 2/ o número de operários que somava a família solicitante.

IV

Morar na vila proporcionava uma vida estável na medida em que o trabalho era próximo da moradia, assim como do abastecimento de gêneros alimentícios, do lazer, da reza, da prática de esportes, enfim, uma série de serviços e atividades que estabilizavam a vida do operário. E sair da vila era uma preocupação das famílias operárias. Na Brasil Industrial, na década de 1970 as casas foram vendidas prioritariamente para os operários residentes nas casas e construiu-se um Conjunto Habitacional do Banco Nacional da Habitação em terras da Companhia em outro bairro próximo da vila operária.

Já na Maria Cândida, onde as casas não foram vendidas, inúmeros operários aposentados não tinham condições de comprar ou alugar casa fora da vila, e foram despejados de suas casas após anos de processo judicial. Uma ex-operária da Maria Cândida conta como as economias familiares foram acumuladas durante o tempo de trabalho na fábrica, possibilitando a aquisição da sua casa própria:

“Eu demorei muito porque sempre eu ganhei o mínimo né, e o mínimo uma dificuldade muito grande para a gente fazer, então consegui economia foi com o 13º, o PIS, o Fundo de Garantia, quando aposentei... Mudamos assim que aposentamos. Porque também não pode ficar na casa depois que aposenta né, tem de desocupar; então nós mudamos assim que aposentamos”.

Figura 24: Casa geminada na Vila Operária da Cia. Brasil Industrial.



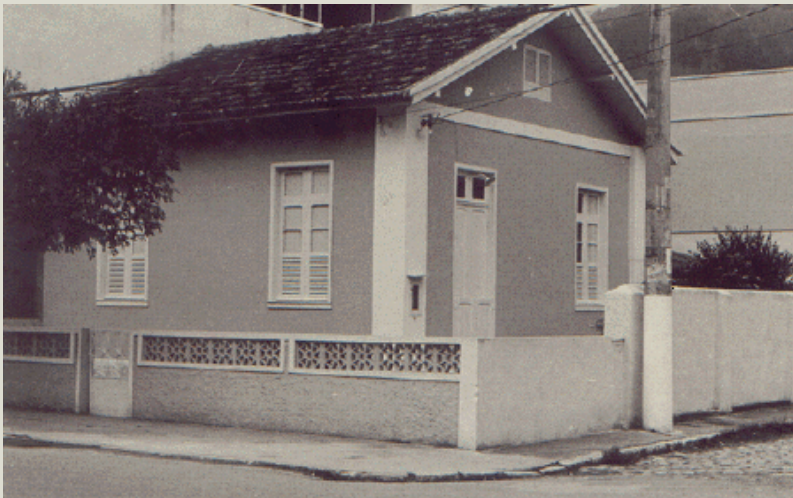
Fonte: Grupo Paracambi Antigamente / Facebook (anônimo, s/d).
Cortesia: Marcos Alonso

Figura 25: Casa geminada na Vila Operária da Cia. Têxtil Brasil Industrial.



Fonte: Paulo Keller, 1993.

Figura 26: Casa na Avenida dos operários da extinta Cia. Têxtil Brasil Industrial.



Fonte: Paulo Keller, 1992.

Figura 27: Casas geminadas na Vila Operária da antiga Fábrica de Tecidos Maria Cândida.



Fonte: Paulo Keller, 1996.

Capítulo 5 Consumo – alimentação e vestuário

I

Na organização deste capítulo me foi útil a reflexão da obra de Thompson, onde o autor afirma que: “A controvérsia a respeito do padrão de vida durante a Revolução Industrial adquiriu, talvez, grande significado, quando se abandonou a tentativa um tanto irreal de determinar o salário do trabalhador hipoteticamente “médio”, dirigindo-se a atenção para os artigos de consumo (alimentação, vestuário, habitação) e, por outro lado, a saúde e a mortalidade” (THOMPSON, 1987b:179). Neste Capítulo 5, “Padrões e Experiência” Thompson diz que são pontos complexos e que se trata de uma discussão que ainda se desenvolve (1987b: 179).

O consumo dos operários e suas famílias na vila operária da fábrica Brasil Industrial se efetuava da seguinte forma:

1/ alimentação: os gêneros alimentícios provinham basicamente do armazém de mantimentos da companhia⁸⁶ e das “vendas” do povoado local⁸⁷. Havia ainda um açougue administrado por terceiros que funcionava num dos prédios da companhia e uma leiteria, onde o leite era oriundo da Fazenda Retiro, de propriedade da companhia;

2/ vestuário e outros itens: o armarinho (loja de miudezas) de propriedade da companhia, fornecia tecidos da própria fábrica, aviamentos, atavios femininos, roupas, calçados e material escolar (cadernos e lápis), entre outras variedades.

⁸⁶ Engels afirma que na Inglaterra uma das instituições que contribuem para colocar os operários sob a dependência do industrial é o *Trucksystem*. Engels diz que “A palavra Truck, entre os operários, serve para designar o pagamento do salário em gêneros, forma de pagamento que antes estava muito generalizado na Inglaterra”. Em 1845 Engels afirmava: “Evidentemente que este sistema já não é praticado atualmente de modo tão aberto; na maioria das vezes, o operário é pago em dinheiro, mas não faltam meios ao industrial para obrigá-lo a comprar no seu próprio armazém e não em outro local” (1986:203/204).

⁸⁷ Povoado local aqui se refere ao núcleo formado por comerciantes e moradores próximo ao ramal de Macacos ligado à Estrada de Ferro D. Pedro II.

A origem do armazém de mantimentos da Cia. Brasil Industrial está relacionada ao incêndio que ocorreu no edifício da fábrica, segundo os diretores:

“À 21 de dezembro de 1883, às 5 horas da tarde, durante forte tempestade caiu uma faísca eléctrica n’uma das extremidades da fábrica e percorrendo as machinas foi queimando todo o algodão em processo e tomando conta n’um momento de todo o edificio; os prejuizos foram enormes.”⁸⁸

O número de operários na ocasião era de aproximadamente 600 e, em sua maior parte, compunham famílias. Visando socorrer às famílias operárias:

“A directoria teve de ir em seu auxílio, abrindo em um dos prédios da Companhia um armazém de mantimentos de primeira necessidade que lhes fornecesse os meios de esperarem pelos trabalhos da reinstalação da fábrica, nos quais foram de preferência empregados.”⁸⁹

Segundo dados da “Exposição Industrial - Jornal do Commercio”, em 1895 a Companhia:

“Por meio de armazém devidamente sortidos fornece aos operários generes de primeira qualidade, apenas 5% mais caros do que os preços de primeira mão da capital.”⁹⁰

E segundo dados do relatório da companhia, em 1897, a diretoria conservava o armazém de mantimentos, pensando essencialmente na sua funcionalidade na reprodução de sua força de trabalho:

“Com bastante trabalho a directoria tomou o encargo de conservar por conta da companhia, o Armazém de Mantimentos, não como fonte de renda, mas, principalmente

88 48º Relatório da Cia. Brasil Industrial – 1871/1921, p.9. Os antigos operários contam que neste ano a companhia não realizou a festa para a sua padroeira Nossa Senhora da Conceição, como de costume. Para muitos esta seria a causa do incidente. Verdade ou não, nos anos seguintes a companhia promoveu anualmente a festa da padroeira, da fábrica e dos operários, no dia 8 de dezembro, se tornando a maior festa da região.

89 48º Relatório da Cia. Brasil Industrial, 1871/1911, p.9.

90 Jornal do Commercio, RJ, 04 de dezembro de 1895.

para proteger os seus operários concorrendo deste modo para que se alimentem convenientemente a fim de que seus serviços possam ser utilizados na fábrica.”⁹¹

No relatório da Companhia de 1906, os diretores afirmam que *“... metade dos lucros líquidos desse estabelecimento reverte em benefício dos próprios operários, a título de bonificação.”⁹²*

Ou seja, a Companhia através da administração do armazém de mantimentos conseguia:, tanto

1/ promover a reprodução de sua força de trabalho, quanto

2/ promover outras formas de paternalismo, além do próprio armazém de mantimentos, como a bonificação, sem prejuízo nenhum de seu capital.

Durante a greve dos operários da fábrica em 1918, quando a fábrica parou por 18 dias úteis no mês de março e 36 dias úteis no mês de junho⁹³, a Companhia fechou o seu armazém de mantimentos. O operariado local foi orientado pelos líderes da União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT) a não comprar na “venda” onde eles tinham crédito. Segundo os líderes, os donos eram membros da burguesia. Eles deviam comprar na venda do seu Manoel Teixeira, um membro da classe operária.

Nem todos os operários seguiam a orientação dos líderes da União, chamados de delegados. Uma antiga operária, filha de uma família que desobedeceu às ordens, conta que:

“Mas... o pessoal não comprava, mas a minha mãe, como eu já disse, foi sempre uma mulher compreensiva e uma mulher de muita coragem. Graças à Deus. Ela dizia assim pro meu pai: ‘Você fica aí. Eu vou com as crianças fazer compra. É lá que eu tenho crédito.’ E ia com a gente. Passava!...”

91 24º Relatório da Cia. Brasil Industrial, 1897, p.11.

92 33º Relatório da Cia. Brasil Industrial, 1906, p.6.

93 Os dados referentes ao nº de dias parados durante a greve constam no 48º Relatório da Cia. Brasil Industrial – 1871/1921, p.21. Alguns operários contam que a greve durou 90 dias. Sobre o conflito nas fábricas com Vila Operária em Paracambi/RJ, ver Keller (1994).

Seguindo orientação dos líderes da União, os operários passaram a comprar “fiado” na venda do Seu Manoel Teixeira, um ex-operário que montou sua vendinha com as economias acumuladas enquanto trabalhou no armazém da fábrica, segundo a memória da antiga operária, Dona Francisca. Os líderes da União haviam combinado com Seu Manoel para que ele cedesse alimentos aos operários que eles pagariam após a greve. No entanto, com a perseguição e repressão policial aos líderes da União, nem tudo correu conforme combinado. A mesma operária conta que:

“Então eles mandavam, os delegados mandavam que todo mundo fosse comprar na venda do Manoel Teixeira, que eles pagavam. Foram, o pessoal foram comprar, acabaram com a venda do homem. E, a União faliu, acabou a greve... E o Manoel Teixeira, coitado, ficou a ver navios! Ficou doente, ele e a esposa dele. Foram morrer no hospital, lá embaixo no Rio porque não tinha meios. Ele ficou muito apaixonado com aquilo. Ele e a esposa, ficou doente, a esposa também, levaram para Santa Casa da Misericórdia lá no Rio. Foram morrer lá.”

Em 1919, os diretores da Companhia fizeram um balanço sobre o armazém de mantimentos, colocando suas vantagens para o operariado local, mas acharam conveniente fechar o mesmo. Em seu relatório eles afirmam:

“Estabelecido em 1882⁹⁴ quando, por ocasião do incêndio da fábrica, a Directoria se preocupou em socorrer seus operários privados instantaneamente de meios de subsistência, continuou o armazém de mantimentos a prestar relevantes serviços ao pessoal, que aliás não era obrigado a nelle comprar, mantendo-se como regulador dos preços correntes n'aquellas imediações: prestava, assim, bom serviço aos operários que delle não se utilizavam e aos que nelle se surtiavam, distribuía semestralmente uma bonificação proporcional às suas despesas.

94 Neste trecho do 48º Relatório da Cia. Brasil Industrial, os diretores afirmam que o armazém de mantimentos foi estabelecido em 1882, mas o incêndio da fábrica ocorreu em 1883, segundo este mesmo relatório.

Por ocasião das seccas que em 1914 e 1915 tanto sacrificaram o trabalho da fábrica e reduziram os salários, foi ainda o armazém de mantimentos um grande auxiliar, que com suprimentos, sommando importância não pequena, manteve o pessoal em ocasião tão crítica. *Entretanto as circunstâncias da ocasião tornavam esta instituição mais um campo de controvérsias, e para isso evitar, foi suprimida em julho de 1919.*”⁹⁵

Provavelmente, o armazém de mantimentos foi reaberto, talvez administrado por terceiros, já que ele aparece nos depoimentos dos operários que viveram as décadas posteriores. Uma ex-funcionária do Dr. Junqueira relata que:

“Tinha o armazém de fazenda (armarinho), onde os operários ali compravam, tinha turco de fora também, ficava aberto diariamente, né. E, funcionava, tinha uma cooperativa (armazém de mantimentos), uma cooperativa fábrica operária, era descontado em folha de pagamento, conforme, tinha a farmácia da fábrica, comprava o que quisesse, né, descontando tudo em folha de pagamento,... E tinha uma leiteria, funcionava ali embaixo do armazém de fazenda, onde hoje é o ginásio né, embaixo, ali era cooperativa e mais adiante uma leiteria onde essas vacas pertenciam a companhia, vinha lá do Retiro que tinha leite muito bom pra servir os operários, mas tudo depois descontado em folha de pagamento.”

Um operário, que trabalhou na época dos Othons, relata o funcionamento do armazém de mantimentos, da leiteria, do açougue e do armarinho (armazém de fazenda que funcionava junto a leiteria e do açougue):

“Na época que eu comecei a trabalhar na Vila Operária a firma oferecia a escola, escola operária, oferecia o barracão, um armazém como queiram chamar, um barracão onde você tirava suas compras de cereais todo mês, esse barracão você tirava as compras, entregava sua lista de compras dia 1º ou dia 30,... dia 1º e os empregados lá despachavam e depois você passava pra

95 48º Relatório da Cia. Brasil Industrial – 1871/1921, p.22.

pegar todo dia 2, dia 3 você passava pra pegar, isso era descontado geralmente em folha, tinha também uma leiteria onde se vendia leite, esse leite era uma prioridade às crianças até dois anos e a partir daí o que houvesse sobra, então você teria direito a um litro de leite por criança, direito não, você compraria um litro por criança que você tivesse de idade inferior a dois anos, e a partir de dois anos você compraria também desde que tivesse sobra, a prioridade primeiro era pras crianças até dois anos, e depois daí se tivesse sobra. Esse leite também era descontado em folha, você tinha o armarinho onde você comprava tecidos da própria firma, tecidos fabricados na firma e você comprava esses tecidos e poderia ser pago até em 5 vezes, você assinava os vales, fazia suas compras depois assinava os vales, só tinha uma coisa, enquanto você estivesse devendo você não poderia fazer outra compra. E tinha ah, um açougue ao lado que era particular, esse açougue existe até hoje, só que quem era operário normalmente tinha crédito, e não só crédito como tolerância nos pagamentos, se não pudesse liquidar, então havia uma certa tolerância do dono do açougue.”

Na época do Dominique Level, o armarinho da Brasil Industrial mantinha uma costureira⁹⁶ em seu recinto para confeccionar roupas para consumo do operariado local. Em determinadas ocasiões (como o mês de maio, festa de Nossa Senhora da Conceição e Natal) era grande o movimento no armarinho. Uma antiga operária, filha da costureira do armarinho, relata que:

“... minha mãe trabalhava na costura. O armarinho da fábrica que, tratava de armarinho onde vendia roupas feitas, fazenda e tudo, ela era costureira de lá pela fábrica né, ela ganhava muito bem. Quando chega esse mês de maio eu me lembro, mês de maio ia pra lá pra casa aquelas peças casimira, aquelas fazendas grossas pra fazer aqueles mantos grandes, que as donas vestiam

96 A costureira do armarinho era empregada da fábrica, eventualmente também confeccionava roupas “para fora”. As roupas confeccionadas no horário de trabalho eram vendidas no armarinho, como vestidos para senhoras e camisas para homens.

aquilo cumprido; fazia muita roupa de casimira, terno de casimira. Tinha festa, a festa de Nossa Senhora era no fim do mês de maio, no fim do mês de maio. Então ela costurava, mas costurava mesmo, fazia ternos inteiros para os homens, calça, paletó e colete, naquele tempo todo mundo usava colete. Então ela fazia ternos e mais ternos pro pessoal. Ela ganhava muito dinheiro aqui, aqui no, trabalhando como costureira da Cia, graças à Deus.”

Também na ocasião das festas de Nossa Senhora da Conceição, no mês de dezembro, era a costureira do armarinho, bem como as demais costureiras da vila, que confeccionavam as roupas do operariado local. A filha da costureira nos relata que:

“Ah, todo mundo tinha seus, os homens todo mundo tinha seus ternos, calça, paletó, colete, colarinho e gravata, ninguém ia à festa, a não ser de colarinho e gravata, e colete, todos os homens, e as donas, cada qual fazia seus vestidos, procurava a moda pelo figurino, procurava as costureiras, minha mãe foi costureira, costurava muito, né, e vinha aqueles figurinos, por conta da companhia, e mandava os figurinos lá para casa, pras donas ir lá escolher os modelos dos vestidos, então via o vestido que tava na moda, aquele que estava na moda pra fazer, aqueles vestidos muito, com o corpo muito bem coberto, né, muito bonito mesmo, não era exagerado não, era umas roupas decente né, era assim, a diferença era que o vestido das moças era mais curto e das senhoras casadas que era mais compridos, das moças solteiras já não era um vestido tão comprido, assim tampando o joelho, era sempre tampando o joelho, agora as donas casadas já era vestido sobre os pés mesmo, era assim, casou botava saia lá embaixo nos pés. Ah, tinha a sombrinha, quando a festa era do tempo frio, todas tinham o echarpe, né, um echarpe para pôr na cabeça, assim, bonito, de seda, com aquelas franjas, as vestimentas muito bonitas, as moças tinham um diadema para colocar no cabelo, todas botava assim um diadema no cabelo, umas coisas muito bonita, hoje em dia não tem mais isso não... as operárias usava, comprado, vinha pro armarinho da fábrica, a diretoria

mandava trazer pro armarinho da fábrica, com antecedência, pras pessoas irem comprar, comprava depois descontava nos pagamentos, uma vez ou duas, conforme fosse, conforme a pessoa pudesse pagar, eles facilitavam tudo, tudo para o operário ter uma festa que, uma festa que satisfizesse as pessoas, tudo por tudo, entendeu, era assim.”

E no Natal, em função dos batizados que eram realizados na capela, também havia muito trabalho para costureira, sua filha relata que:

“... agora nesse mês de Natal, se aproximando o Natal, quanta costura. Iam peças e peças de fazenda para nossa casa para desmanchar e fazer roupas para senhoras, camisas para homens. Viu? Enxoval de batizado, porque havia muito batizado na noite de Natal. Ela fazia muito enxoval de batizado. Era trabalho dela.”

II

Próximo da Vila Operária da Fábrica Maria Cândida, existiu um armazém de mantimentos, particular, perto do campo de futebol e do antigo portão da fábrica do lado direito da estrada. Era esse armazém que distribuía pães para a Vila Operária. Um antigo operário da fábrica que trabalhou anteriormente no armazém, relata seu trabalho:

“Morava no próprio corpo do armazém. Mas só que a gente levantava (...) ia pra apanhar o pão em Paracambi pra distribuir na Vila Operária. O pão era entregue pelo armazém. Então a gente ia apanhar o pão 3h da manhã. Chegava lá embaixo apanhava o pão quando chegava aqui 4h ia distribuindo na Vila Operária que o operário ia trabalhar às 5h...Quando terminava de distribuir o pão mais ou menos entre...beirando 6h ia pro armazém, tomava café... junto com o dono do armazém, que era seu Manoel Alves de Souza, e ficava trabalhando ali no armazém o dia todo até 8, 9h da noite, 10h, não tinha hora não.”⁹⁷

97 O relato deste operário refere-se ao início da década de 1930.

E havia um armazém de mantimentos de propriedade da fábrica Maria Cândida que ficava dentro da Vila Operária. O abastecimento da vila era feito basicamente por este armazém, sendo que a Maria Cândida não tinha, como sua vizinha Brasil Industrial, açougue e leiteria⁹⁸. A Maria Cândida também possui um pequeno armarinho onde se vendiam tecidos, da própria fábrica, para os operários.

O armazém de mantimentos desta fábrica passou por várias fases:

1^a/ a fábrica construiu um armazém e deu a administração para o irmão do gerente, que veio de Portugal;

2^a/ a fábrica transformou o armazém numa espécie de cooperativa - em meados da década de 1950. Administrada por ela, comprava e vendia direito para os operários e as compras eram descontadas pela fábrica, diretamente na folha de pagamento;

3^a/ a fábrica entregou a administração do armazém para o SESI - em meados da década de 1960, permanecendo o desconto das despesas dos operários na folha de pagamento;

4^a/ a fábrica passou a arrendar o armazém para terceiros, dando todas as garantias (através do sistema de vales que eram descontados em folha) até o fechamento, no final década de 1980.

Este pequeno resumo do funcionamento do armazém se baseia em relatos dos antigos operários da Maria Cândida. A garantia que a fábrica dava consistia em efetuar o desconto das despesas (“fiado”) dos operários no salário dos mesmos. As compras à crédito do operariado local eram anotadas em “vales” que eram remetidas mensalmente para o departamento pessoal da fábrica.

98 Era comum os operários desta Vila terem suas criações domésticas (principalmente porcos e galinhas), além de hortas em seus quintais, para sua alimentação rotineira ou para dias especiais (casamentos, batizados, aniversários, etc). Constituía uma estratégia “caseira” de manter relativa autonomia em relação ao armazém de mantimentos.

Capítulo 6 Educação

I

Na visão dos primeiros diretores na Petição da Cia. Brasil Industrial ao Corpo Legislativo (1875) a empresa era patriótica e fecunda em benefícios como uma “grande escola de educação industrial”. Segundo Stein,

“Os proprietários das fábricas precisavam de técnicos competentes e estavam dispostos a contratar homens e mulheres no exterior para manejar as suas máquinas e treinar operários brasileiros de ambos os sexos (...) Acreditava-se na época que essa mão-de-obra especializada, complementando o emprego de rapazes e moças do campo que recebiam salários mais baixos, e a criação de escolas de ofício iria possibilitar a formação de operários, mecânicos e “manufaturas inteiramente nacionais” (STEIN, 1979:64).

Após a implantação da fábrica Brasil Industrial em 1874, foi criado o Corpo de Aprendizes, “assim se chamava um grupo de menores que eram mantidos pela Companhia em edifício especial, com regime colegial, frequentando de dia a fábrica e de noite aulas de instrução elementar”.⁹⁹

A criação do Corpo de Aprendizes se fez necessária, viável e lucrativa para os diretores:

“A concorrência de meninos, que espontaneamente tem afluido das vizinhanças, para serem empregados no serviço da limpa do machinismo, é um bom prenúncio da facilidade com que, por módica retribuição, poderemos obter trabalhadores de ambos os sexos, apropriados para serviços que mais demandam destreza, do que força física”.¹⁰⁰

99 48º Relatório da Cia. Brasil Industrial – 1871/1921, p.6.

100 Primeiro Relatório da Cia. Brasil Industrial – 1874, p.27.

Os 100 menores/operários, uma forma de trabalho fabril infantil, alojados provisoriamente numa antiga casa da antiga fazenda, tiveram em 1878 suas acomodações reformadas:

“Na casa dos aprendizes melhoraram-se as acomodações do dormitório, e abriu-se comunicação interna entre o dormitório, refeitório e aula, por meio de huma escada convenientemente collocada”

Em 1878, havia trabalhando na fábrica 343 operários, sendo 146 homens, 31 mulheres, 132 meninos e 34 meninas. Dos 132 meninos-operários, 72 eram aprendizes que frequentavam a aula noturna (instrução primária). Alguns alunos pertenciam à banda de música organizada pelos operários. Para os diretores da Companhia: *“Este benefício, que a Companhia faz à aquellos jovens, preparando-os para serem cidadãos úteis do paiz, dá-nos o direito de esperar, que os poderes públicos prestem razoável protecção à este nosso grande commettimento industrial, sem igual, segundo afirmam, nos paizes mais adiantados nesta espécie de indústria.”¹⁰¹*

Em 1881, quando havia um núcleo de famílias operárias que possibilitavam o processo de reprodução da força de trabalho, o Corpo de Aprendizes foi dissolvido:

“Havendo já número regular de operários com filhos ou parentes menores, em quantidade sufficiente para o trabalho da fábrica, foi dissolvido o Corpo de Aprendizes que tão bons serviços opportunamente havia prestado, continuando porém, a funcionar a escola nocturna que lhe pertencia, regido pelo professor da Escola Pública de Macacos, mediante o pagamento de uma mensalidade”.¹⁰²

Em 1882, a Escola Noturna¹⁰³ continuava a funcionar com o mesmo professor de Macacos, havendo nela matriculados 67 alunos com uma frequência diária de 45 alunos. Neste caso, a Companhia

101 Idem, p.8.

102 48º Relatório da Cia. Brasil Industrial – 1871/1921, p.8.

103 As aulas noturnas eram dirigidas exclusivamente aos meninos-operários.

instalou duas novas turmas na casa da gerência: 1/ uma turma para meninas dirigida pela professora D. Bernarda do Nascimento Azevedo - frequentada por 30 meninas das 42 que se matricularam; 2/ outra turma para estudo de desenho linear, dirigido pelo gerente Dr. Joaquim Ribeiro da Veiga - frequentada por 10 meninos.¹⁰⁴

Em 1888, após a instalação da nova enfermaria, o antigo baracão de madeira foi transformado em Escola Noturna pela administração da fábrica. Foram matriculados 240 alunos, de ambos os sexos, com uma frequência de 180 entre adultos e menores.¹⁰⁵

Em 1890, a Companhia requereu ao Estado do Rio de Janeiro uma subvenção anual de 3.000\$000 para aplicar na “*manutenção de uma escola para cerca de 400 crianças, entre as empregadas nos serviços da fábrica e as dos moradores das circunvizinhanças.*” Como o requerimento não havia sido despachado até 1891, continuava a funcionar a Escola Noturna “*só de primeiras letras dirigido por um dos operários; deste curso aufere alguns resultados a parte do pessoal da fábrica, que os frequenta.*”¹⁰⁶

Após a morte do Diretor-Presidente Sr. Coronel Dominique Level, na Assembleia de 18 de setembro de 1917, os herdeiros, por intermédio do Sr. Napoleão Level, fizeram proposta de que a quantia de 500\$000 restante de honorários não recebidos pelo ex-diretor “*ficasse em sua memória destinado a ser distribuído durante dez anos, annualmente em dois prêmios de duas cadernetas da Caixa Econômica com 25\$000 cada uma, ao alumno e à alumna que mais se distinguirem.*” Aprovada a proposta, ficou instituído o “Prêmio Dominique Level”. A diretoria comunicou à Assembleia que “*concorreria pessoalmente com o que fosse necessário para a aquisição de uma Apólice da Dívida Pública, cujo juro perpetuará aquella disposição.*”¹⁰⁷

Em alguns relatórios da Companhia é mencionado os nomes dos ganhadores do Prêmio Dominique Level. Em 1918 foram os alunos Almira Teixeira e Ezequias Corrêa de Ávila; em 1919,

Nair Rodrigues Ferreira e Manoel José Gomes; em 1920, Valentinna da Silva e Antônio Alves Côrtes; em 1925, Nicanor Alimandro e Thereza Maria da Conceição; em 1926, Francisco de Freitas e Hilda Armondi Ramalho; em 1927, Antônio de Freitas e Mathilde de Oliveira; em 1928, Astrogildo Silva Cruz e Iracema Sant’anna; em 1929, Nelson Gonçalves Machado e Elvira Fernandes Netto; em 1937, Maurício Teixeira dos Santos e Laudelino Vieira da Paz. Conf. 48º, 52º, 53º, 54º, 55º, 56º e 64º Relatórios da Cia. Brasil Industrial – 1921/25/26/27/28/29/37.

Verificando não haver frequência na Escola Noturna, a Companhia promoveu mudanças:

*“em 1918 foram empregados na fábrica todos os menores de ambos os sexos dependendo economicamente dos operários contando pelo menos 10 annos de idade; foram esses menores divididos em quatro turmas, duas de cada sexo que frequentavam a fábrica e a escola em dias alternados. Os menores de dez annos frequentam as Escolas Públicas do Estado, para o que a Companhia fornece gratuitamente duas casas adequadas àquelle fim.”*¹⁰⁸

Assim, ficou instituída a “Escola Operária Mista”, que funcionava com turnos alternados¹⁰⁹. Sobre a escola, uma ex-operária da Brasil Industrial conta que:

108 Idem, p.21.

109 Na Inglaterra ocorreu processo semelhante, Karl Marx (1975), no Livro 1 d’O Capital, Cap.XIII, item 9, nota 297, afirma que: “Segundo a lei fabril inglesa, os pais não podem mandar seus filhos com menos de 14 anos para as fábricas subordinadas a essa lei, sem coloca-los ao mesmo tempo na escola primária. O fabricante é responsável pela observância da lei. “O ensino às crianças empregadas nas fábricas é obrigatório e é uma das condições para o trabalho” (“Reports of Insp. of Fact. 31st Oct. 1865, p.111)” (p.553). Para o autor, “Apesar da aparência mesquinha que apresentam em seu conjunto, as disposições da lei fabril relativas à educação fizeram da instrução primária condição indispensável para o emprego de crianças. Seu sucesso demonstrou, antes de tudo, a possibilidade de conjugar educação e ginástica com trabalho manual, e conseqüentemente o trabalho manual com educação e ginástica. Os inspetores de fábrica logo descobriam, através dos depoimentos dos mestres-escolas, que as crianças empregadas nas fábricas, embora só tivessem meia frequência escolar, aprendiam tanto e muitas vezes mais que os alunos regulares que tinham a frequência diária integral” (p.553).

104 9º Relatório da Cia. Brasil Industrial – 1882, pp.8/9.

105 48º Relatório da Cia. Brasil Industrial – 1871/1921, p.12.

106 18º Relatório da Cia. Brasil Industrial – 1891, p.7.

107 48º Relatório da Cia. Brasil Industrial – 1871/1921, pp.20/21.

“Então, eu comecei... eu comecei o trabalho no Brasil Industrial no ano de 1918. Era assim: eles pediram operários para a seção de fiação, mas todos menores, menores de 14 anos. De forma que trabalhava muitas crianças, mas era... alternava, 2 turmas, porque além da gente trabalhar, estudava também. Então, uma turma trabalhava hoje, a outra turma estava no colégio, estudando. Amanhã a turma que trabalhou hoje ia para o colégio e a que terminou o colégio, hoje, trabalhava novamente no dia seguinte. Então, quer dizer que era assim alternado. Quer dizer que a gente estudava... trabalhava 15 dias e estudava 15 dias. Porque naquele tempo a lei, não tinha lei, trabalhava-se de segunda a domingo e de domingo a segunda. A gente trabalhava nos domingos também... Agora, as crianças, como era duas turmas, uma turma trabalhava das 6 às 10 e a outra das 11 às 16h. Era assim.”¹¹⁰

Em 1925 já funcionavam as duas escolas públicas nas imediações da fábrica, provavelmente com as subvenções estaduais solicitados anteriormente, e continuava a funcionar a Escola Operária Mista com turnos alternados, conforme relatam os diretores da companhia:

“Estão cedidos gratuitamente duas casas, uma no Município de Vassouras e outra no de Itaguahy em que o Estado do Rio mantém duas Escolas Públicas e continuam, como de costume, a funcionar as nossas escolas, uma para cada sexo que são frequentadas pelos jovens operários que diariamente alternam a sua frequência com o trabalho na fábrica”.¹¹¹

A casa onde funcionava a escola pública do lado de Itaguaí, chamava-se Colégio Público; ficava em frente ao Cassino da fábrica. A casa onde funcionava a escola pública, do lado de Vassouras, chamava-se Colégio Paroquial. Nesta casa também funcionava a Igreja Católica local e a casa e a sala de aula ficava numa sala dos fundos.

¹¹⁰ Segundo depoimento desta antiga operária que estudou na escola da fábrica, os turnos alternados eram aplicados aos operários de 10 aos 14 anos. Os operários acima de 14 anos frequentavam a escola noturna.

¹¹¹ 52º Relatório da Cia. Brasil Industrial – 1925, p.8/9.

Segundo Aguiar¹¹², somente “No início dos anos quarenta a Escola Operária passa a funcionar no antigo prédio, anteriormente ocupado pelo armazém da fábrica (...)” (1995:170). Afirma ainda que a escola operária da Brasil Industrial no tempo do Dr. Junqueira funcionou em dois locais: “até o final da década de trinta em duas casas adaptadas na Avenida dos Operários e a partir do início dos anos quarenta no prédio onde funcionava o Armazém da Fábrica” (p.172).

Em relação aos alunos já com 12 anos de idade, em 1927, os diretores afirmavam que:

“Chegados aos 12 anos de idade, os que frequentam estas escolas, sendo filhos de nossos operários ou menores que necessariamente viviam da economia destes, são removidos para nossa Escola Operária Mista, fundada em 1918, em que divididos em duas turmas alternam diariamente a frequência da escola com a fábrica”.¹¹³

Já se percebe uma alteração na idade mínima de acesso à escola operária, que funcionava com turnos alternados entre escola e trabalho na fábrica. Quando de sua fundação em 1918, foram empregados todos os menores (de ambos os sexos) que contassem no mínimo 10 anos de idade (em 1927, a idade mínima era de 12 anos). Assim, as duas Escolas Públicas Mistas eram dirigidas aos menores de 12 anos de idade, e a Escola Operária Mista, aos maiores de 12 anos de idade.

Segundo Aguiar o Código de Menores de 1927, através dos artigos 102 e 103, levaram indiretamente os industriais a manterem escolas caso empregassem menores entre 12 e 14 anos. A autora afirma que “estes artigos permitiam, em casos excepcionais, o trabalho a menores de 12 a 14 anos apenas mediante apresentação de certificado de conclusão do curso elementar ou frequência escolar paralela ao trabalho” (1994:210).

¹¹² Aguiar (1995) realizou pesquisa de campo em Paracambi/RJ colhendo dados da Escola Operária da Cia. Têxtil Brasil Industrial para sua dissertação de mestrado (IFCS/UFRJ) sobre a “educação na infância operária em escolas de Fábrica com Vila Operária e o papel destas escolas na política assistencialista das empresas que as mantêm”. Para um aprofundamento maior da vida cotidiana na escola operária da Brasil Industrial ver “Cap.V da II Parte - O Cotidiano de Escola de Fábrica com Vila Operária”.

¹¹³ 54º Relatório da Cia. Brasil Industrial – 1927, p.14.

Em 1928 havia 75 alunos matriculados na Escola Operária, sendo que a alternância entre a escola e a fábrica era feita semanalmente. 55º Relatório da Cia. Brasil Industrial – 1928, p.8.

Em 1937, a Escola Operária Mista mantinha dois turnos: diurno e noturno. O diurno era dirigido aos filhos de operários que não frequentavam a fábrica; e o noturno aos operários menores analfabetos “conforme exigido pela legislação em vigor (Art. 2, parágrafo 2º do Decreto n. 22.042 de 3 de novembro de 1932)” e aos que, não sendo analfabetos, desejam melhorar sua instrução.¹¹⁴

A aprovação dos operários-menores na escola operária e seu posterior acesso ao trabalho fabril, exigia um mínimo de aprendizagem. Uma ex-operária relata os critérios de aprovação na época do Dr. Level:

“Porque na fábrica era assim: sabia as quatro operações, sabia escrever, sabia ler, fazia lá um ditadozinho. Pronto. Então passava a trabalhar diariamente. Antes era alternado como eu já falei. Eram duas turmas, depois daí passava diariamente.”

O Diretor Dr. Junqueira valorizava os operários-menores que soubessem ler e escrever. Uma ex-funcionária relata que:

“Se era filho de operário ele dava muita atenção, então com 14 anos ele gostava muito, né, aprender tudo ali, gostava muito de lhe dar com as pessoas daqui, então se menino de 14 anos, se sabia ler e escrever e se interessa também, bem, tinha escola operária, aí, também quando vinha da farmácia que passava pro setor de pessoal e fazia a ficha ali perguntava se criança sabia ler e escrever e mandava um talãozinho pra professora, que tinha uma escola operária, a professora que ia dizer se sabia as quatro operações, se não soubesse era obrigado a frequentar as aulas até, que soubesse, ou então saía ali depois de 18 anos, não tinha aquela obrigação”.

114 A Companhia também cedia gratuitamente ao Estado do Rio edifício para a 4ª Escola Isolada do Município de Itaguahy, situada próximo à fábrica. 64º Relatório da Cia. Brasil Industrial – 1937, p.10.

A certificação dos alunos da escola operária era uma ficha onde constava o nome do aluno aprovado. Essa ficha era remetida para o escritório da fábrica e o aluno não recebia nenhum documento que comprovasse sua passagem pela escola. Apenas era comunicado oralmente de sua aprovação. As fichas de aprovação ficavam expostas num quadro no escritório da fábrica. Os alunos interessados poderiam ir confirmar sua aprovação observando o quadro. Essa prática não se perpetuou com a administração dos Othons. O material escolar era comprado no armário da fábrica. Uma operária relata que:

“A fábrica só dava o ensino, mas o material era tudo a gente que comprava. Só dava a tinta pra escrever. Dava a tinta. Dentro daquelas carteiras que tinham aqueles buracos, aqueles tinteiros.”

Não existia tarefa de casa, tudo era feito na escola. Apenas as meninas levavam para casa o trabalho manual que aprendiam na escola, como crochê e bordado.

Aguiar argumenta que o encerramento das atividades da Escola Operária da Brasil Industrial ocorre, progressivamente,

“com a redução do número de professores, de turmas e finalmente restando apenas duas turmas mistas, uma no curso diurno e outra no curso noturno (...) No “tempo do Seu Level” os professores titulares possuíam professores adjuntos contratados pela empresa e, além de ensinar a ler, escrever e contar, montavam, periodicamente, com os alunos espetáculos teatrais. Já no “tempo do Dr. Junqueira” um casal de professores titulares contavam, para lecionar, somente com a ajuda voluntária de suas filhas, desenvolvendo atividades culturais com os alunos meramente por iniciativa própria. E, no final, no “tempo dos Othons” a Escola Operária possui uma única professora que leciona para duas turmas mistas de alunos que pouco compareciam às aulas” (1994:164/5).

No processo de desmonte da rede de serviços coletivos da vila e de transferência do encargo destes serviços para a responsabilidade do Estado, Aguiar afirma que a Brasil Industrial no início da “dé-

cada de 50, cede um terreno onde é construído o primeiro grupo escolar de Paracambi” (1994:165) que inicia suas atividades em 1954.

II

Na vila da fábrica Maria Cândida, o funcionamento da escola operária era adequado ao horário de trabalho da fábrica. Os operários trabalhavam em duas turmas¹¹⁵:

1ª turma: das 5h às 9h e das 13h às 17h (intervalo das 9h às 13h);

2ª turma: das 9h às 13h e das 17h às 21h (intervalo das 13h às 17h).

Na escola havia duas turmas¹¹⁶: a turma da manhã, das 10h às 12h30, e a turma da tarde, das 14h às 16h30. Os operários-alunos da primeira turma almoçavam geralmente às 9h30. Uma ex-operária relata que: *“A gente almoçava 9h30 porque quando voltava do colégio a gente não podia mais almoçar. Então 9h minha mãe tinha que estar com almoço pronto”*.

No final da década de 1940, a professora da escola era Dona Isabel Leal de Mendonça, uma missionária da Ordem Terceira de São Francisco, membro do Apostolado da Oração, zeladora da Capela de São José Operário e catequista local. Dona Izabel residia na própria casa onde funcionava a escola, perto do Cassino (clube social) da fábrica. Durante a manhã e a tarde, lecionava na escola e, à noite, catequizava na capela.

Na década de 1960, sem precisar exatamente o ano, com a morte da Dona Izabel, as atividades da catequese e educação primária continuaram, mas assumidas por pessoas diferentes. A catequese passa a ser ministrada pela Maria José, com auxílio de sua irmã Antonieta, também operária da Maria Cândida e ex alunas de Dona

¹¹⁵ Os operários chamavam esse horário de “picado”. Trabalhava-se 4h, com 4h de intervalo, e novamente mais 4h de trabalho, sempre intercalando com outra turma. Os depoimentos dos operários sobre o funcionamento da escola referem-se às décadas de 1940/50 e 60.

¹¹⁶ Segundo depoimento de uma ex-operária e aluna, havia nesse período cerca de 60 alunos na escola.

Izabel. As aulas na escola operária foram ministradas pela Dona Narcisa, esposa do gerente Dr. Coutinho.

As aulas de educação primária, ministradas pela esposa do gerente, demonstra o entrosamento entre a família gerencial e as famílias operárias no atendimento aos serviços básicos da vila e na própria convivência interna. Uma ex-operária relata que:

“Dr. Coutinho era gerente católico, Dona Narcisa também se interessava muito e veio ser professora no lugar de Dona Izabel. Então Dona Narcisa começou a dar aula, se entrosar com os operários, com a Vila Operária, com as mulheres, com as crianças, cá fora, e o gerente lá dentro também, era o Dr. Coutinho, começou novamente naquela intimidade, entrosamento com eles, ela também participava dos terços, todo sábado e domingo, dependendo do catecismo a gente rezava terço, mesmo não sendo missa, todo sábado e domingo, meio de semana, tudo a gente rezava o terço”.

Posteriormente, as aulas passaram a ser ministradas por professoras contratadas pelo poder público municipal (Itaguaí e, depois de 1960, Paracambi) continuando a lecionar no prédio da fábrica na vila. Essa fase de cooperação com poder público municipal, vigorou até 1966, quando foi construída uma escola pública estadual em terreno doado pela direção da fábrica, dentro da vila, ficando a antiga escola operária totalmente desativada.

III

Pude perceber, nos depoimentos dos operários, uma junção entre a educação e a catequese. Algumas professoras das escolas operárias eram simultaneamente catequistas, outras eram ativistas de movimentos católicos. Na Escola Operária da Brasil Industrial, Dona Judith Barros, professora na década de 1910, era também catequista na capela N. Sr^a. da Conceição. Dona Emília, professora em décadas posteriores, era “Filha de Maria”. Dona Aparecida Cugliana, última professora da Escola Operária, era católica e casou-se com o irmão do pároco local. Na Escola Operária da Maria Cândida, Dona

Isabel Leal de Mendonça era professora e catequista na capela de São José Operário, além de ser missionária da Ordem Terceira de São Francisco.

Esta observação nos leva a crer que a atividade de ensino, além de fornecer uma educação elementar aos filhos de operários, segundo Aguiar, “*se constituía em um dos pontos fortes de sua política paternalista, fundamentais para que a empresa exercesse um controle sobre a formação e reprodução de sua mão-de-obra*” (AGUIAR, 1995:167).

Capítulo 7 Religiosidade

Apresento a religiosidade do operariado o têxtil e do patronato fabril, suas relações dentro do complexo e os sentidos e efeitos que a prática religiosa assume em relação ao padrão de dominação vigente, particularmente seu aspecto ambíguo e contraditório, na medida que legitima a ordem estabelecida, como também é apropriada pelos operários, se tornando forma de resistência e expressão do sentimento e da cultura operária, não sendo desta forma um simples instrumento de imposição unilateral dos dominadores.

As formas religiosas, presentes na experiência do operariado fabril em Paracambi/RJ, no momento de sua formação¹¹⁷ foram:

1/ catolicismo - Há uma relação profunda entre o catolicismo e a ordem vigente, como uma forma de “véu nebuloso” sobre as contradições submersas no complexo fabril, uma relação entre a forma católica e o paternalismo industrial, embasando e legitimando as relações paternas (através do catolicismo oficial do patronato e a maneira como ele era internalizado pelo operariado).

O catolicismo legitimava e era legitimado pelo poder patronal, numa relação recíproca. Para o antropólogo Roger Bastide, “o capitalista moderno manda rezar missas em sua fábrica do mesmo

117 O “auge” das fábricas com Vila Operária é o momento de formação do operariado têxtil nesta região fluminense.

modo que o senhor dos tempos coloniais mandava celebrá-las na capela de seu engenho” (BASTIDE, 1975:10). Contudo, as formas católicas apresentam uma diversidade de práticas, onde o operariado se apropria de algumas delas, dando-lhes sentido próprio.¹¹⁸

2/ protestantismo - Há uma especificidade na formação do operariado têxtil, onde a prática protestante é marginalizada e tratada como subversiva dentro do nascente mundo fabril. A Igreja Evangélica Congregacional é o grupo protestante presente na experiência do operariado fabril em Paracambi/RJ desde o início do século XX. Era minoritário e, apesar de ser uma forma cristã, não era legitimado pelo poder patronal.

As práticas religiosas do operariado têxtil não se restringiram a essas duas formas, mas incluíam as práticas das rezadeiras e rezadores – que professavam a fé cristã – e de cultos afrobrasileiros, nem sempre tolerado na disciplina patronal.¹¹⁹

I

Tanto no complexo Brasil Industrial, como no complexo Maria Cândida, as capelas ficavam próximas do portão principal das fábricas. Na Maria Cândida, a capela de São José ficava na vila operária do lado de fora do espaço fabril, mas próximo do portão e de um peque-

118 Para Max Weber (1991) não se pode deduzir o sentido das ações dos agentes sociais pela simples leitura das condições objetivas. Nesse sentido, a compreensão dos sentidos e efeitos da religiosidade do operariado têxtil no complexo Fábrica - Vila Operária não se efetua como uma simples equação: catolicismo=legitimador. A complexidade da análise deve assim entrar nas formas católicas, desvendando de que forma elas eram apropriadas pelos operários.

119 No trabalho de campo, tomei conhecimento que eram comuns os rezadores na vila da Maria Cândida. Essa prática religiosa era realizada nos próprios lares dos rezadores. Alguns dos rezadores professavam publicamente a fé católica, outros professavam o espiritismo. Nesta vila também funcionava o terreiro de Umbanda do Seu Celso do Rego desde a década de 1940, e foi legalizado em 1976 com o nome de Tenda Espírita Cabocla Jurema. Na Vila da Brasil Industrial não obtive dados preciso sobre os rezadores e os cultos afro-brasileiros, mas ambas as práticas eram comuns nos arredores das vilas como o terreiro do seu Aquilles em São José, e o do Sebastião Carvoeiro no Saudoso. Apesar da hegemonia e do formalismo católico, era comum as famílias operárias recorrerem aos rezadores e aos terreiros de “macumba”.

no largo. E na Brasil Industrial, a capela de N. Sra. da Conceição ficava em um pequeno outeiro ao lado da Casa Grande Gerencial, simbolizando a estreita relação entre o catolicismo e o patronato fabril.

No complexo Brasil Industrial, a capela de N. Sra. da Conceição foi construída no final do século XIX por uma iniciativa conjunta,

“Tendo o Gerente da fábrica, empregados e operários promovido uma subscrição entre si e procurado donativos para construção de uma pequena capella, a Directoria concedeu a área do terreno necessária, para tão justo fim; no dia 1º de Novembro foi lançada a pedra fundamental inaugurada a 6 de Maio de 1880, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição.”¹²⁰

Um antigo morador local relatou que a construção da capela foi feita *“Com a colaboração dos escravos. E... o padre era o padre que vinha de Mendes, de Vassouras. Era o mesmo que celebrava, dava extrema-unção, as coisas daquela época...”*.

Em 1895 havia missa duas vezes por mês na “elegante capella”¹²¹. No dia 27 de novembro de 1896 nasceu, na Vila Operária da Brasil Industrial, Adelina Frambach, sendo batizada posteriormente, em 27 de dezembro de 1896, na capela desta fábrica. Adelina (já como Irmã Beatriz) veio a ser a Fundadora da Congregação Religiosa das Irmãs Sacramentinas de Nossa Senhora.

Em 16 de janeiro de 1897, o Bispo de Niterói Dom Francisco do Rêgo Maia autorizou a instalação de uma pia batismal na capela de N. Sr^a. da Conceição a pedido do operário Manoel Lopes da Cruz Dias, Operário da Fábrica Brasil Industrial, em Macacos, Freguesia de São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages¹²². A instalação da pia batismal foi de grande valor para a comunidade operária, nestes tempos quando não havia registro civil no local. Apenas o batistério, que tinha o mesmo valor.

120 48º Relatório da Cia. Brasil Industrial – 1871/1921, p.7.

121 Exposição Industrial – Jornal do Commercio, 04 de dezembro de 1895.

122A autorização eclesiástica foi lavrada pelo Pe. Pedro Hermes Monteiro, escrivão, e encontrava-se na sacristia da capela de N. Sr^a. da Conceição (caderno de campo).

As festas de N. Sra. da Conceição, na época do Seu Level, são lembradas pelos operários como muitas saudades. Um deles conta do bônus que era entregue pela companhia antes da festa:

“Festa na fábrica, de véspera da festa, ele mandava nas sala, nas seção, de máquina em máquina entregá dinheiro para o pessoal comprá doce na festa. Entendeu? E segunda-feira, no tempo dele dava segunda-feira. Tinha as festas no domingo e as festas ia até duas horas da madrugada, 3 hora da madrugada, que queimava o quadro, que saía o especial que vinha do Rio. Então ele dava o dia de segunda-feira, quer dizer que no dia de segunda-feira o pessoal não trabalhava, mas ganhava. No tempo dele era assim. O pessoal gostava muito dele. Ihh! O pessoal falava! O pessoal que ficaram aí falavam: Ihh! O Dominique Level era assim. Era seu Level, não falavam Level não. Seu Level era bom, seu Level era isso.”

Segundo Wanda Carlos Amorim, filha dos antigos professores da Escla Operária Mário Carlos e Virgínia Carlos, que lembra detalhes da festa:

“Então, a festa aí da fábrica Brasil, papai é que sempre dirigia a festa ali em 8 de dezembro. Era a festa da padroeira dali. Aí Seu Level mandava... para que os filhos, papai ensaiava aqueles cânticos todos, porque papai também tocava flauta, tocava na banda ali e ele, então ensaiava aqueles cânticos. Porque não tinha padre no lugar, vinha só de vez em quando. Aqueles cânticos todos, aí ele mandava pano para fazer as faixas todas... Da Nossa Senhora eles iam todos de faixa azul, de São Sebastião todas de faixa vermelha. Cantava os hinos todos, tudo copiado a mão porque não tinha máquina. Tudo copiado a mão, porque os cânticos ensaiava na Escola.”

Apesar de tradicional, os festejos em louvor à padroeira da fábrica e dos operários foram interrompidos com a greve dos operários em 1918. Somente alguns anos após foi retomada. Uma operária relatou que:

“Já tinha passado esse tempo de greve, as coisas já tava tudo mudado, entendeu, já tava mudado, a diretoria (da

fábrica) não se envolvia mais, teve um tempo passou uns dois anos, três anos sem festa, depois o saudoso seu Alberto Cardoso, falou gente vamos fazer uma festa pra Nossa Senhora, não é possível é tantos operários, a gente protegido aqui por Nossa Senhora, aí resolveu em vez de fazer a festa em maio e dezembro, fazer a festa em agosto, dia 15 de agosto, fez uma festa de Nossa Senhora da Glória, dia 15 de agosto, foi aí que começou o pessoal a se animar outra vez e fazer as festas...”

No período do Dr. Junqueira era o próprio quem conduzia a festa da padroeira e era comunicado dos detalhes da organização da festa através da comissão organizadora. Sua ex-secretária relatou que ele desejava que fosse

“tudo pela fábrica, não tinha, não gostava que saísse lista pro operário assinar, era tudo pela companhia, ele achava que a padroeira era Nossa Senhora, que achava que tinha por obrigação fazer uma festa pra ela, isso ouvia muito ele dizer, não queria lista. A única coisa que ele pedia era uma prenda, que ele achava que o operário devia dar um voto pra Nossa Senhora, então dar uma prenda que quiser.”¹²³

A comissão organizadora da festa era composta por seções da fábrica (fiação, tecelagem, escritório etc.) que se alternavam anualmente. Mas o Dr. Junqueira tomava parte na comissão e patrocinava todos os custos da festa (fogos, banda de música etc.), já que o lucro da festa, angariado nas barracas, não pagava as despesas.

Havia um quadro na sacristia da capela de N. Sra. da Conceição com uma foto do altar da capela (decorado com flores e rendas brancas) na comemoração do dia da padroeira em 8 de dezembro

¹²³ A preocupação do Dr. Junqueira em patrocinar os festejos da padroeira não significava que ele fosse um católico fervoroso, ao contrário, foi ateu e não gostava que o Padre João Musch celebrasse missa de madrugada na capela (porque o sino incomodava - a capela ficava ao lado da casa-grande gerencial). Segundo uma operária, o antigo padre João disse: “não precisa tocar o sino, todo mundo já sabe que tem missa, o pessoal ia do mesmo jeito”. Mas quando Dr. Junqueira mandou tirar a luz da capela, imediatamente o Pe. João conseguia vela e o povo participava normalmente.

de 1950 com os nomes dos membros da Comissão Organizadora – Presidente: Oscar Leal de Azevedo; Tesoureiro: Alceu Maciel; Secretário: Neuracy Ribeiro da Silva; e, Dalila Fernandes; Sylvia Fernandes; Ottilia Alonso; João Ventura Torres; Antônio Baptista Nunes; ambos da comissão organizadora.

Nove dias antes era realizado a novena, rezavam o terço e ladainhas na capela de Nossa Senhora da Conceição. No fim, geralmente num domingo, era realizada a grande festa. A missa solene era celebrada sempre às 10h. Além do operariado local e da família gerencial, participavam muitas pessoas de fora. Algumas vezes vinha pregador de outra localidade, mas a secretária do Dr. Junqueira conta que “a maior parte era Pe. Antônio mesmo, e nós gostávamos do Pe. Antonio”¹²⁴. Mas como o Pe. Antônio Cugliana chegou na localidade apenas em 1940, é provável que anteriormente tenha sido comum a vinda de pregador de fora. Havia coro na missa solene, organizado pelo músico e tabelião Américo Rodrigues Ferreira. Após a missa, começavam os festejos na rua (barraquinhas, leilões etc). Na parte da tarde era organizada a procissão, formada principalmente por moças e crianças. Uma ex-operária da Brasil Industrial e católica fervorosa, relata com detalhes uma fase áurea da procissão de Nossa Senhora:

“À frente da procissão sempre três moças vestidas de virgem, uma carregando a cruz, e duas, uma de cada lado carregando as tochas; após as moças de branco, de véu, cobertas de véu e capelinha na prancha entendeu, com vestimenta de primeira comunhão ou de casamento, e após logo as moças, essas três moças, começava então as crianças, começava as crianças, aquela fila, duas filas de criança, todas as crianças, todas vestidas de branco, com uma faixa verde-amarelo, com lencinho branco no cabelo, e carregando uma bandeirinha, cada qual carregava uma bandeirinha, formado de um estandarte que tinha sempre um símbolo no meio, umas

¹²⁴ Padre Antônio Cugliana, um italiano de Fonzaso, foi empossado pároco da Igreja de São Pedro e São Paulo, na Vila Paracamy/Vassouras, em 26 de agosto de 1940 pelo Mons. João Musch, que já havia prestado assistência religiosa à localidade.

tinha a cruz, outras tinha o cálice, tinha a hóstia, outras tinha a estampa de uma imagem, era assim as bandeirinhas, muito bonitinhas, era a parte das crianças. Mais de cem, duzentas crianças formavam. Logo após as crianças vinha, começava as moças que carregavam os andores, vinha o primeiro andor na frente, o primeiro andor que vinha era o andor de Nossa Senhora da Conceição, era o andor de frente, que eles botavam o andor da frente, as moças que carregavam andor de Nossa Senhora iam todas vestidas de branco com uma faixa azul-claro, os pares, também duas filhas, então após Nossa Senhora e essas que carregavam Nossa Senhora, (...) ia também fila atrás, após essas moças vinha o Sagrado Coração de Jesus, com o andor do Sagrado Coração de Jesus, então as moças todas de branco com uma faixa vermelha, e as outras que acompanhavam também, as que carregavam o andor e as outras que acompanhavam para no meio da viagem divisar entendeu, após esse grupo, que participava o Sagrado Coração de Jesus, vinha São José, a imagem São José, então a imagem São José, as moças vinham todas com faixa amarela, vestidos brancos e faixa amarela, entendeu, é que formava sempre a procissão, naquele tempo ainda não tinha imagem de Santa Terezinha e nem a imagem de Nosso Senhor dos Passos, (...) daí passou a sair também na procissão em imagem de Santa Terezinha, com as moças vestidas de branco, com a faixa cor-de-rosa, saía também as moças vestidas de branco, e as faixas roxas, era o último, o último andor, e logo atrás, do último andor, logo atrás vinha a banda de música, banda de música atrás, e o povo em massa acompanhando, tá entendendo, o povo todo em massa acompanhando. Mas aquilo ficava uma coisa muito bonita, ah, tinha também os homens da comissão que era bem da irmandade, da irmandade que tinha dos homens, de Nossa Senhora e do Sagrado Coração de Jesus, então ele ia com, os homens tinham roupa com aquelas capinhas vermelhas e os outros com aquelas capinhas azuis, isso pertencia ao Sagrado Coração de Jesus. São Sebastião, ah me esqueci de São Sebastião, as capinhas vermelhas, e tinha os outros com as capinhas azuis, era os dois que visava,

as duas irmandades, era as duas partes que visava na procissão, e a banda de música e o povo em massa. E aí passa, aí ia a procissão, a procissão descia da capela, fazia a volta lá pela fábrica, entrava no portão da fábrica, lá de cima, passava beirando as paredes da fábrica e saía no primeiro portão frontal, descia a rua, passava, descia de avenida abaixo, passava, onde é a casa de máquina hoje em dia está fechada, lá embaixo, e subia por aquela rua, que vinha direto e passava pelo quilombo, é que vinha pra terminar subindo a igreja, tá vendo, fazia essa volta toda, passava Paracambi em peso, e terminava procissão com a ladainha, cânticos muito bonitos, terminava a parte religiosa.”¹²⁵

A participação das crianças da escola operária exercia influência nas outras crianças. Esta ex-operária católica contou:

“Ah, quando eu era pequena eu vi a procissão, via aquela criança toda com aquelas bandeirinhas, com aquelas faixinhas, cantando, ah meu Deus, que vontade, mas era só a criança do colégio só que saía na procissão, aí quando se deu a oportunidade eu já entrei na fábrica para poder estudar nesse colégio que pertencia à fábrica (...)”.

A atração que a procissão causou nesta criança, atraindo-a para a escola operária e, simultaneamente, para o trabalho fabril é uma explicação para a memorização destas experiências. Demonstra, também, o intercâmbio entre os aspectos educacional e religioso no complexo. A atração e o desejo desta criança de participar da procissão de Nossa Senhora da Conceição era sentimento e fé católica impulsionando-a simultaneamente para o trabalho fabril, para a escola operária e para a catequese, que conseqüentemente lhe proporcionaria acesso aos rituais católicos.

Após a procissão, os festejos continuavam com o leilão, que tinha de tudo: gado, porco, galinha. Havia dois coretos: um era para

¹²⁵ Segundo depoimento desta operária, as grandes festas e procissões ocorreram na época do Seu Level e ainda podiam ser vistas até o final da década de 1930. Quando chegou o pároco de Paracambi, em 1940, as procissões não possuíam a organização descrita.

o leilão e o outro, para a banda de música. A banda de música tocava para o operariado dançar, no largo, em frente ao edifício da fábrica. Havia também uma grande tela cinematográfica na descida da capela, que ficava num outeiro, onde exibiam filmes, geralmente de Charles Chaplin, no momento em que a banda de música parava de tocar. Assim era intercalado: leilão, filmes e a banda de música. Esse era um momento de confraternização entre o operariado, a família gerencial e os diretores¹²⁶. Esse sentido de unidade é proporcionado simbolicamente pela procissão católica, percorrendo o espaço fabril e o espaço doméstico num só momento, e pelos festejos religiosos, integrando o operariado e o industrial. Se Burawoy (1990) ressaltou a unidade econômica - produção e reprodução da força de trabalho - nas fábricas com Vila Operária, é importante pensar a sua unidade sócio-cultural.

A mesma operária católica diz que:

“era uma coisa muito bonita, muito respeitada, a família, como diz, a família da casa-grande, a família da diretoria tudo dançava, ali junto com os operários, entendeu, eles dançavam também ali no largo, junto com os operários que dançavam ali, era muito bonito, (...) e os que vinham de fora, tinha um diretor que ele era assim muito expansivo, então ele trazia muitas pessoas de fora, do Rio, para passear, apreciar a festa, viu, então levava essas pessoas para o leilão, para participar do leilão, para participar da parte dançante tudo isso, tudo para agradar o povo, fazia aquilo tudo para agradar o povo (...)”

O operariado ficava assistindo filmes de Chaplin ou dançando, enquanto esperava o final da festa. No final, apresentavam o quadro da Imaculada Conceição com fogos de artifício, uma espécie de imagem flamejante, e a banda de música tocava o hino nacional¹²⁷.

126 Para Freyre (1977), a procissão e a festa de igreja constitui um “momento de confraternização” entre os extremos sociais: “Só aos poucos é que se definem, não tanto zonas, como momentos de confraternização entre aqueles extremos sociais: a procissão, a festa da igreja, o entrudo, o carnaval” (Prefácio à Primeira Edição, XLII).

127 Gonzaga apresenta a anual Festa do Pano como o período áureo da gestão dos Bezerra de Mello no sistema de Fábrica com Vila Operária em Santo Aleixo, “quando algumas famílias de operários eram agraciadas pelos donos da fábrica com cortes de tecidos” (1992:5).

Em geral, as esposas dos diretores eram católicas. A esposa do Dr. Antônio de Andrade Botelho (tio do Dr. Junqueira), Dona Manuela, era católica e quando residiu na Casa-Grande Gerencial, colocou seus filhos para estudar catecismo na capela junto com os filhos de operários.

Dona Mariná Moraes Sarmento, esposa do diretor-presidente Dr. Luis B. de Moraes Sarmento, era católica fervorosa, e mesmo não residindo na gerência, acompanhava e conduzia várias atividades religiosas no meio operário. Quando de sua visita ao Vaticano no ano de 1950, trouxe uma benção do Beatíssimo Padre aos administradores da fábrica e seus operários.¹²⁸

Por ocasião das missões pregadas pelo Revmo. Pe. José Angert, na capela da Imaculada Conceição, de 09 a 28 de maio de 1953, por “divina inspiração” de Dona Mariná Moraes Sarmento, teve início uma peregrinação que durou até 15 de novembro de 1954. A peregrinação conduziu a imagem de Nossa Senhora Aparecida aos lares dos trabalhadores da fábrica Brasil Industrial, e moradores dos arredores: Vila Nova, Cascata, Taireté, Vila de Lages e Vila Nova do Sabugo.¹²⁹

A esposa do Dr. Junqueira também era católica e colocou seus filhos em colégios católicos¹³⁰. Ela comungava escondido do marido na capela junto ao Pe. João Musch¹³¹. Uma de suas

128 O quadro com a “benção” do Beatíssimo Padre se encontra na sacristia da capela de Nossa Senhora da Conceição, data de 20 de junho de 1950, em Roma.

129 Conforme Livro de Registro feito pessoalmente por Dona Marina. O livro se encontra guardado na sacristia da capela da fábrica.

130 A religiosidade da esposa do Dr. Junqueira tem semelhança com a de D. Dondon, personagem de José Lins do Rego em seu livro “Usina”, na devoção à N. Sr^a. da Conceição, e na relação com a Igreja.

131 Pe. João Musch foi o primeiro pároco a dar assistência religiosa para a igreja católica em Paracamby, sem fixar residência no local porque atendia outras igrejas, até o Pe. Antônio Cugliana ser empossado pároco definitivo em 1940 pelo próprio, já Monsenhor, João Musch em Nova Iguaçu. Uma operária católica relatou que “na primeira sexta-feira do mês a missa era 4h da madrugada, (...) chuva estava batendo, o pessoal de guarda-chuva em punho caminhando para a igreja, você chegava lá a igreja estava cheinha, a missa era 4h porque o pessoal era tudo da fábrica então acabava missa às 5h dava tempo da gente pegar às 6h lá na fábrica, até quando Pe. Antônio chegou (...)”. Essa missa não era na capela da fábrica Brasil Industrial, era na Igreja de São Pedro e São Paulo que funcionava

filhas também era católica fervorosa. Quando estava de férias do colégio, frequentava as missas da capela e se integrava com o operariado, chegando a fundar a “Ação Católica” na localidade, com apenas 15 anos. Uma operária que foi amiga da filha do Dr. Junqueira relata que:

“quando ela saiu do colégio, Morou uns tempos aqui, então ela fundou a Ação Católica, aí a gente tinha entrada lá na gerência, ela cozinhava, ela fazia doce, aprendeu todo o serviço lá com as irmãs, às vezes ela marcava pra gente ir lá pruma reunião, a gente chegava lá, ih, tô ocupada agora, vocês espera um pouquinho, tô fazendo um doce - tava lá na cozinha fazendo um doce, tinha doce que já tinha feito tinha botado pra esfriar, quando acabava a reunião levava a gente lá nos fundos da gerência pra comer os doces (...)”.

Os operários da Brasil Industrial também realizavam anualmente a Festa do 1º de Maio. Diferentemente da festa da Padroeira da fábrica, que era patrocinado pelo patronato, a festa do 1º de maio era organizada essencialmente pelos operários. Seu organizador era o operário Jayme Barboza, conhecido como “Seu Dengo”, membro da Liga Católica¹³². A festa consistia numa missa na capela da fábrica, a procissão, e uma festa, em seguida, no Cassino.

Uma operária relatou que:

“a festa do 1º de Maio era ele que organizava, fazia até missa, dia dos operários, ele fazia a missa dos operários, no dia 1º de maio, tinha missa na capela, depois saía a procissão, de manhã cedo, na parte da manhã, depois ele fazia sorteio, antes dava um santinho a cada um, numerado, e arranjava prêmios, e quando acabava, aquela procissão, aí ia fazer sorteios, a gente ficava com os santinhos pra ver quem tinha tirado, muita gente tirou muita coisa lá (...)”.

numa antiga Casa na vila Paracamby, do lado de Vassouras.

132 Sr. Jayme Barboza foi um dos primeiros operários a participar da fundação da Liga Católica pelo pároco local, Pe. Antônio Cugliana.

Os operários que festejavam o 1º de maio proclamaram São Jorge o padroeiro dos operários da Cia. Brasil Industrial, no dia 1º de maio de 1945. No interior da capela de Nossa Senhora da Conceição, nos fundos atrás da escada que conduz ao coral, encontra-se a imagem de São Jorge utilizada nas festas do 1º de maio. Nesta imagem existe uma placa com a seguinte inscrição: “Homenagem ao São Jorge, padroeiro dos operários da Cia. Brasil Industrial”; organizada em 1º maio de 1945 por Jayme Barboza.

Assim, na procissão do 1º de maio, os operários conduziam seu santo padroeiro¹³³. A procissão tinha bastante participação masculina; os homens carregavam a cruz, as tochas e o andor de São Jorge¹³⁴. Diferentemente da festa de N. Srª. da Conceição, a procissão do 1º de maio não tinha as moças vestidas de branco (“virgens”). Era roupa comum mas possuía a participação de movimentos católicos (Liga Católica, Pia União das Filhas de Maria, Apostolado da Oração) que sempre saíam uniformizados. Segundo uma operária católica “já não era conforme a festa de Nossa Senhora da Conceição”. Na festa, em seguida, não havia barracas e todos comemoravam no Cassino, onde havia danças e “comes e bebes”.

O que deve ser ressaltado é o fato da festa do 1º de maio não ter uma participação ativa da diretoria da Companhia Brasil Industrial. Era uma forma religiosa, relativamente autônoma, em relação ao poder patronal. Ao mesmo tempo que a religião era uma forma de consolidação da ordem legítima¹³⁵, implícita no complexo, ela

133 Somente no 1º de maio de 1955 São José foi proclamado Padroeiro dos Operários Universais pelo Papa Pio XII, para dar um protetor aos trabalhadores e um sentido cristão à festa do trabalho. É provável que a partir deste ano as festas católicas tenham introduzido o andor de São José Operário (que tem sua data tradicional dia 19 de março). (Ver Documentos Pontifícios nº 232 - Exortação Apostólica “Redemptoris Custos” do Papa João Paulo II, Vozes, 1989, p.32, nota 35. Sobre este caso, a Profª. Regina Novaes (ISER) alerta para o processo de romantização do mundo).

134 Um operário que era muito devoto de São Jorge e de Nossa Senhora, era Nelson Coutinho. Trabalhou na sala do pano da Cia. Brasil Industrial, tinha imagem de São Jorge em sua própria casa e sempre colaborava nas festas ornamentando a capela.

135 Para Max Weber “A disposição de uma ou várias pessoas de se submeter à imposição de uma ordem (...) pressupõe a crença na autoridade em algum sentido legítima (...)” (1991:23).

também foi ressignificada, pelo próprio operariado têxtil, sendo assim apropriada e assumindo papel ativo na expressão do sentimento e da cultura operária.

Para Thompson, a religião Metodista adquiriu um sentido de ambiguidade e contradição na medida em que obteve êxito em servir simultaneamente tanto à burguesia industrial como aos amplos setores do proletariado. Para o autor, “se em termos de classe, o Metodismo era hermafrodita, em termos doutrinários, eram produto híbrido” (1988b:240). Para o autor, “dispersos pela Bíblia, havia textos aplicáveis a quase todos os contextos, que podiam provavelmente simbolizar tanto o contexto da luta de classes, quanto o da peregrinação espiritual” (1988b:278/9). E para Genovese “A ideologia religiosa é sempre ambígua politicamente” (1988:282).

Estudando o “sistema Paulista”, Leite Lopes afirma que a religião católica aparece como um “aparato institucional” de “amparo” e de “enquadramento” físico e moral dos trabalhadores, a Igreja Católica representando a materialização desse aparato institucional (1988:169). Para este autor, a moral católica adquiriu uma importância fundamental na “formação de uma moral e de uma disciplina” do operariado de Paulista (1988:175). Mas Leite Lopes alerta que

“Essa formação, embora estimulada e subvencionada materialmente pela Companhia de Tecidos Paulista (CTP), passa pela especificidade e campo de autonomia relativa das associações católicas” (LEITE LOPES, 1988:175).

Figura 28: Procissão de N. Sra. da Conceição em frente à fábrica. À frente, a comissão organizadora da festa. Cia. Brasil Industrial - década de 1950.



Fonte: Acervo do pesquisador. Trabalho de campo (Anônimo, s/d).

Figura 29: Procissão de N. Sra. da Conceição em frente à fábrica. Cia. Brasil Industrial - década de 1950.



Fonte: Grupo Pacacambi Antigamente / Facebook. (Anônimo, s/d).
Cortesia: Marcos Alonso

Figura 30: Procissão de N. Sra. da Conceição, na vila operária. Cia. Brasil Industrial - década de 1950.



Fonte: Grupo Pacacambi Antigamente / Facebook. (Anônimo, 1956).
Cortesia: Marcos Alonso

Figuras 31 e 32: Altar da Capela de N. Sra. da Conceição em dias de festejos da padroeira dos operários da Cia. Brasil Industrial.



Fonte 31: Trabalho de campo. Foto de quadro do acervo da antiga capela - 05 de dezembro de 1950 (fotógrafo anônimo).

Fonte 32: Grupo Paracambi Antigamente - Facebook. Cortesia: Marcos Alonso.

Figura 33: Antiga Capela da fábrica Cia. Brasil Industrial.



Fonte: Foto de Paulo Keller, 2015.

Figura 34: Imagem de São Jorge que ficava na Capela de N.S. da Conceição, venerado pela comunidade operária da antiga Cia. Têxtil Brasil Industrial.



Fonte: Foto de Paulo Keller, 1996.

II

No complexo Maria Cândida, as atividades na capela de São José Operário¹³⁶ eram frequentes. Havia missa uma vez por mês, no 3º domingo, celebrada pelo Pároco Pe. Antônio Cugliana. Todos os sábados, os operários católicos se reuniam para rezar o terço. Como estas comunidades não tinham assistência sacerdotal permanente, e, como uma ex-catequista, falou “a gente naquela época não fazia celebração”, a reza (do terço e de ladainhas) era a prática mais comum nas capelas. Geralmente, no sábado anterior ao domingo que haveria missa, após o terço, a comunidade era comunicada e se faziam os preparativos.

A catequista e zeladora da capela de São José, durante muitas décadas, foi Dona Isabel Leal de Mendonça¹³⁷. Durante o dia, Dona Isabel lecionava para os operários e filhos de operários na escola, em dois turnos (manhã e tarde) e à noite, era catequista. Maria José da Silva, uma então operária, de família também operária residente na vila, passa a colaborar, aos 15 anos, com a Dona Isabel na catequese no ano de 1955 e, após o recolhimento de Dona Isabel para sua Ordem, Maria José passa a ser também zeladora da capela.

A capela de São José era um pouco menor que a capela de N. Sra. da Conceição e ficava próxima do portão da fábrica, mas do lado de fora, perto da Vila Operária¹³⁸. Possuía um altar oval com São José no alto, ao centro. Abaixo, do lado esquerdo, ficava N. Srª. de Fátima e do lado direito N. Srª. da Conceição, além de Santo Antônio e Santa Teresinha, que ficavam um de cada lado, perto das portas laterais, que conduziam para a sacristia.

136 Os depoimentos dos operários da Maria Cândida remetem às atividades religiosas da capela e da década de 1940 em diante. E, não encontrei documentos que fornecessem dados sobre a construção da capela de São José.

137 Não há informação sobre a data da chegada da missionária na vila, mas a informante principal afirma que ela já estava trabalhando na década de 1940, e apenas deixou o trabalho ao adoecer no início da década de 1960 quando havia completado 76 anos de idade. Dona Isabel era missionária da Ordem Terceira de São Francisco e ao deixar a vila se recolheu num retiro da ordem em Cascadura-RJ.

138 Diferente da capela de N. Srª. da Conceição que ficava do lado de dentro do portão da fábrica e ao lado da casa-grande gerencial.

O dia de São José é 19 de março, mas não se fazia festa neste dia por ser “tempo fechado”, tempo de quaresma. Ex-operários relataram que a comemoração era realizada no mês de maio, por São José ter sido proclamado Padroeiro dos Operários Universais pelo Papa Pio XII em 1955. A festa de São José Operário¹³⁹, na Vila Maria Cândida, tinha bastante participação do operariado local que, em sua maioria, professavam a fé católica, além do operariado da vizinha Brasil Industrial, que subia a pequena serra a pé, e dos comerciantes da Vila Paracambi. A festa era sempre realizada num domingo após o pagamento dos operários (esse item era acertado com a diretoria da fábrica).

Essa data era combinada entre a comissão da festa e a diretoria da fábrica. Da comissão festeira, participavam pessoas religiosas, em geral membros dos movimentos católicos, e o líder político local¹⁴⁰. Após os preparativos, a comissão levava o programa para a diretoria¹⁴¹, mas, segundo uma operária católica, membro da comissão, “*eles eram católicos, né, então eles concordavam com a gente fazer a festa*”. Cabia à diretoria, em geral, aprovar o programa elaborado pela comissão e custear os músicos da banda, os fogos de artifício e outras despesas.

Os preparativos religiosos se concentravam na capela com a novena de São José, a reza do terço, e o ensaio dos cânticos. Também preparavam-se brincadeiras com as crianças do catecismo para o dia da festa “*não ficar vazio, pra ter atividades o dia todo*”.

O dia da festa era iniciado com uma alvorada pelas ruas da Vila, às 5h e uma salva de vinte e um tiros em seguida. Antes da

139 Os relatos dos operários da fábrica Maria Cândida referem-se à festa e seu padroeiro nas décadas de 1950 e 1960. Segundo uma operária católica a vila ficou sem a festa de São José Operário entre o final da década de 1940 e o início de 1960.

140 Sr. Jarbas Cid Magalhães, o líder político local, era operário da fábrica Maria Cândida e foi vereador pelo Partido Social Democrático-PSD de Itaguai na legislatura de 1954/1958. Mas houve outros operários que exerceram mandato legislativo em Itaguai, representando o 3º distrito. Primeiro foi o Sr. Décio Costa Cortes, pelo PSD, no período de 1946/1950, e em seguida o Sr. José de Abreu, no período de 1950/1954.

141 Os operários citam o nome do Dr. Bruno Augusto, diretor da fábrica, que segundo eles, “*dava muita atenção a gente nesse assunto*”.

missa solene, que se iniciava às 8h, havia um café da manhã para banda de música¹⁴². A missa, em latim, era celebrada pelo Pe. Antônio Cugliana. A participação dos fiéis se dava apenas nos cânticos. Uma operária católica relatou que:

“Era tudo com o padre, ele que fazia as leituras, ele, tudo, tudo... A gente não tinha essa participação que a gente temos hoje, de fazer leitura, essa abertura, não tinha, tudo era ele. Então, mas os cantos tinha alguém que já, a comissão já tinha visto alguém que puxava os cantos, a gente ensaiava, a banda também tocava, né, na hora da consagração por exemplo, a banda executava, então a gente, a missa era bem participada, com cantos, com tudo isso.”

Em seguida, dava-se início às brincadeiras com as crianças do catecismo; era “corrida com ovo na colher, corrida dentro do saco”, também havia música no coreto para quem quisesse dançar.

A procissão¹⁴³ saía da capela às 16h, percorrendo as ruas da Vila Operária e entrando, em seguida, no pátio da fábrica pelo portão dos operários e saindo pelo portão da diretoria, retornando para a capela. Na frente da procissão, saía um homem levando uma cruz e com outros dois homens, um de cada lado, cada um levando um castiçal. Em seguida vinha o pároco local na frente do andor de São José Operário, carregado por homens (diretores da fábrica¹⁴⁴ e políticos locais), acompanhado da banda de música. Após, vinha um aluno do catecismo carregando uma flâmula branca com uma foto de São José com o menino Jesus no colo. Após, vinham os andores de Santa Terezinha e de Nossa Senhora de Fátima, ambos carregados por mulheres. Uma operária católica relatou que “*Geralmente as se-*

142 A banda de música vinha de Paracamby e era presidida pelo Sr. Américo Ferreira.

143 A descrição da procissão de São José baseia-se em fotografias tiradas em 1943 e doadas pela professora da escola operária Dona Nair, e em relatos da catequista e ex-operária Maria José.

144 Os diretores chegavam cedo no dia da festa do padroeiro, participavam da missa solene e voltavam à tarde para a procissão. Uma operária católica conta que Dr. Bruno Augusto, diretor, “ajudava a carregar o andor, estava sempre lá no coreto, lá em cima é junto da banda, então sempre incentivando também”.

nhoras casadas carregavam o andor de N. Srª de Fátima, e as moças geralmente carregavam o de Santa Terezinha”.

Durante o percurso, os organizadores da festa soltavam fogos periodicamente enquanto a banda executava hinos religiosos. No retorno para a capela, realizava-se a benção do Santíssimo, com a reza da ladainha cantada em latim e o uso do incenso.

Após a procissão, recomeçavam as brincadeiras e se dava início o leilão. No leilão, os comerciantes e políticos locais tinham bastante participação. A mesma operária católica relatou que:

“aqueles grandes homens de Paracamby tudo participava da festa. Era eles que rematava muita coisa no leilão, como as leitoas assadas. Geralmente as leitoas do leilão minha mãe assava tudo pra colocar assado já no leilão que era melhor né. Eles arrematavam como o Moracir Franco, Mucio Franco, pessoal Apecuitá, eles arrematavam muito os assados que tinha na festa, frango, leitoa, eles arrematavam muito”.

Além da festa de São José, o mês de maio era muito importante para comunidade operária da Vila Maria Cândida. Durante todo mês rezava-se o terço e ao final realizava-se a coroação de Nossa Senhora da Conceição pelas crianças do catecismo (apenas as meninas) vestidas de anjos. A coroação era preparada pelas catequistas e pelas mães. Segundo a catequista da capela,

“A gente fazia aquela roupa toda de cetim, aquelas camisolas, de branco, dependendo do lugar que o anjo ia ocupar, tinha Gabriel, tinha querubins, então aqueles tinha roupa de outra cor né, então a gente pegava... o que que é aquilo simbolizava, Miguel por exemplo tinha uma lancinha na mão, o arcanjo tinha parece que um livro, o outro Gabriel já leva mensagem, então a gente colocava tudo aquilo né”.

No altar, o arcanjo Miguel ficava à direita, Rafael à esquerda e Gabriel ficava acima da santa, para coroá-la. Todos os outros anjos ficavam distribuídos ao lado e abaixo. Após a coroação as catequistas, as crianças e seus familiares se confraternizavam no clube da fábrica. A festa do padroeiro e a coroação de Nossa Senhora eram

as festas católicas mais importantes da Vila Operária Maria Cândida.

Também nesta Vila Operária, o relacionamento entre a família gerencial e as famílias operárias era, na maioria das gestões, de convivência harmoniosa. O gerente Dr. Coutinho e sua esposa Dona Narcisa, na década de 1950, foram constantemente lembrados pelos operários. Dr. Coutinho era considerado o...

“gerente católico, Dona Narcisa também se interessava muito veio ser professora no lugar de Dona Isabel, então Dona Narcisa começou a dar aula, se entrosava com os operários, com a Vila Operária, com as mulheres, com as crianças, cá fora, e o gerente lá dentro também, era o Dr. Coutinho, começou novamente aquela intimidade, entrosando com eles, ela também participava dos terços, todo sábado e domingo tinha terço”.

Figura 35: Dia de Primeira Comunhão na Capela de São José Operário. Fábrica Maria Cândida.



Fonte: Acervo do pesquisador. Trabalho de campo, 1995. (anônimo, s/d).

Figuras 36-39: Procissão de São José Operário - Vila Operária da Fábrica Maria Cândida.



Fonte: Acervo do pesquisador. Trabalho de campo, 1995. (anônimo, 1943).

Figuras 40: Dia de Primeira Comunhão na Capela de São José Operário. Fábrica Maria Cândida.



Fonte: Acervo do pesquisador. Trabalho de campo, 1995. (anônimo, s/d).

Figuras 41: Dona Izabel e catequizandos na Capela de São José Operário da Fábrica Maria Cândida.



Fonte: Acervo do pesquisador. Trabalho de campo, 1995. (anônimo, s/d).

III

O grupo protestante mais importante no meio operário em Paracambi foi o Congregacional. Eles tiveram uma atuação inicial na Vila Operária da Tecelagem Santa Luisa, na Cascata. Segundo o livreto “O Evangelho em Marcha - Histórico das Igrejas das Regiões Fluminenses e Vale do São Francisco” da União das Igrejas Evangélicas Congregacionais Cristãs do Brasil organizada pelo Rev. Ismael da Silva Júnior, novembro de 1955, 1ª edição, Niterói-RJ¹⁴⁵.

“Em 1900 na nossa era, no lugar denominado CASCATTA, em casa dos irmãos José e Casimiro Fontes, cunhados de Waldomiro Ramalho, pregavam o evangelho os Irmãos Unidos Stuart E. Mc Nair e Jorge Howes, com pequena assistência dado o medo que tinham da religião dos “Bíblias”.

*Com a mudança da fábrica da Cascata, para S. Paulo e o afastamento daqueles irmãos, os quais eram mestres de teares, o trabalho terminou por completo, nessa localidade”.*¹⁴⁶

Em 1905, após a dissolução do grupo inicial na Cascata, os “Bíblias”, como eram chamados, organizaram o “*ponto de pregação na Cachoeira do Açude do Engenho da Serra, sob a orientação da Igreja Fluminense*”. Mesmo após o desenvolvimento do trabalho, e a vinda de várias famílias protestantes de Cacaria, Arrozal e S. João Marcos, acharam o ponto de pregação distante e “*resolveram arranjar na Cascata uma casa, o que conseguiram*”.

Após o retorno à Vila Operária da Cascata, os “Bíblias” encontraram a perseguição dos moradores da localidade e descaso dos diretores. Segundo relato de uma antiga operária

“arrombaram a casa, derramaram pixe e graxa sobre os bancos, cadeiras, etc., e ficaram espiando como continuariam sem esses móveis, porém ficaram decepcionados quando viram as senhoras presentes assentadas, e os

¹⁴⁵ As informações sobre a Igreja Congregacional em Paracambi foram reunidas com apoio do Reverendo Myron Pinto da Costa, ordenado e empossado pastor desta igreja em 8 de março de 1953. As citações a seguir referem-se a este trabalho.

homens de pé. Isto foi possível porque eles se esqueceram de pixar os bancos por baixo, e os crentes colocaram os bancos uns sobre os outros”.

Mas não ficando satisfeitos com o ocorrido, os moradores do local resolveram esperar os crentes perto do Açude da Brasil Industrial, que fica na estrada que leva à Cascata, “onde diziam que dariam um banho neles, todavia se contentaram em jogar algumas pedras nos irmãos Rozino Viana e Belmiro de Ávila”. Após serem expulsos da vila, os crentes foram para Paracambi, onde se alojaram temporariamente num barracão de zinco até ser organizada a Igreja. Segundo o documento citado, a Igreja foi organizada em 29 de setembro de 1912, no pastorado do Rev. Francisco Antônio de Souza.

O que deve ser ressaltado na perseguição dos protestantes congregacionais, dentro do meio operário - onde os católicos eram legítimos e legitimavam a ordem estabelecida - é a especificidade da formação da classe operária (local e brasileira) onde a prática religiosa protestante é discriminada e tratada como subversiva, dentro do nascente mundo fabril.¹⁴⁷ A prática protestante ameaçava a unidade do complexo, alicerçada na moral católica.

Na década de 1910 houve um conflito entre os crentes congregacionais (as práticas e ideais cristãos dos congregacionais) e a fábrica Brasil Industrial, quando esse grupo protestante buscava a guarda do domingo¹⁴⁸, num período em que não havia descanso dominical

147 Sobre nossa formação cultural, Gilberto Freyre afirmou que “Temia-se no adventício acatólico o inimigo político capaz de quebrar ou de enfrentar aquela solidariedade que em Portugal se desenvolvera junto com a religião católica. (...) Daí ser tão difícil, na verdade, separar o brasileiro do católico: o catolicismo foi realmente o cimento da nossa unidade” (1989:29/30).

148 Gilberto Freyre afirma que no Brasil Colonial “a doutrina da Igreja e os interesses dos senhores de escravos por algum tempo andaram em conflito: em relação à guarda do domingo nos engenhos de cana. Loreto Couto dedica ao assunto um capítulo inteiro do seu livro, *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*, concluindo por não achar “culpa mortal trabalharem nos domingos e dias Santos os officiaes de açúcar, e escravos dos senhores de Engenho do Brasil” isto devido ao fato, alegado por todo o plantador de cana e fabricante de açúcar, da moagem depender do tempo de verão: “porque entrando o inverno com as suas chuvas ou peção nos Engenhos, e ficam as cannas no campo, ou essas cannas faltam com o rendimento por ficarem

para os operários.

O trabalho aos domingos somente terminou após a greve dos operários em 1918¹⁴⁹. Segundo uma operária da Brasil Industrial,

“Ah, isso foi lá pra 1907, por aí, a minha tia contava, eles contavam em casa, que aconteceu isso, que as pessoas se pertenciam a Congregacional, eles falavam os “bíblias”, aqueles “bíblias” não foram trabalhar porque trabalhou a fábrica domingo, então não foram trabalhar, quando foi segunda-feira foram mandados embora da fábrica, isso foi lá pelo ano de 1907, 1908, (...) eles diziam que domingo é proibido trabalhar, quando foi segunda-feira foram dispensados do trabalho”.

Leite Lopes também aponta para a intolerância da direção da Companhia de Tecidos Paulista em relação aos protestantes (“crentes”). Para este autor, os “senhores feudais” de Paulista “...preferem construir o espírito adequado à sua concepção de capitalismo com a contribuição moral, organizativa e disciplinar das associações católicas”. (1988:179/80).

Capítulo 8 Lazer e Tempo Livre

I

Falar sobre lazer e tempo livre do operariado têxtil parece paradoxal pela extensa jornada de trabalho a que era submetido no período de uma formação no final do século XIX e início do século XX. Thompson afirma que “No início da Revolução Industrial, o

aquosas, e insulsas, porque de maduras as tornam verdes, são por onde se sente claramente a falta de rendimento”. Para Freyre a defesa dos senhores de engenho feita por Dom Domingos é explicável, “os frades da Ordem a que pertenceu Dom Domingos - a de São Bento - e também do Carmo, foram no Brasil grandes proprietários de terras e de escravos.” (1989:439).

149 Até a greve dos operários em 1918, liderados pela União dos Operários em Fábricas de Tecido - UOFT, o operariado da Brasil Industrial trabalhava aos domingos das 6h às 16h com 1h de almoço.

ano de um trabalhador ainda se compunha de ciclos de grande fadiga e provisões escassas, intercaladas por dias de festa, em que a bebida e a carne eram mais abundantes, as crianças ganhavam laranjas e fitas, e as danças, o namoro, as visitas sociais e os esportes envolviam o povo” (1988b:294).

Na Companhia Brasil Industrial este reduzido tempo livre é um dos motivos pelo qual os operários-alunos da escola operária abandonavam as aulas noturnas, não suportando duas formas de disciplina tão rígidas, além das férias que na prática não existiam. Uma antiga operária da fábrica Brasil Industrial contou que:

“No fim do ano a fábrica parava uma semana para balanço, era justamente quando eles diziam que eram as férias da gente. (...) Ai eles diziam que gozou férias... justamente no papel eles diziam que gozou de férias naquela época. Mas era uma semana e eles pagavam as férias tudo em dia, se você não tivesse nenhuma falta. Se tivesse falta descontava o dia. Entendeu? Ah... era tudo à moda deles. Mas era um serviço gostoso e todo mundo concordava, porque todo mundo vivia ali em paz. Era um cantinho onde todo mundo vivia, assim em família.”

Mas o grande lazer anual do operariado da Brasil Industrial era a festa da sua padroeira que se festejava no largo em frente ao edifício da fábrica ou no próprio Cassino.

As operárias que se dedicavam ao trabalho doméstico, em geral, preparavam a janta e também o almoço do dia seguinte.

As operárias também se dedicavam ao crochê. Uma operária da Brasil Industrial contou que:

“Crochê eu aprendi em casa com a minha mãe. Com a professora eu aprendi marcar pontinho de cruz, bordar à mão, crivo, que a Dona Judith também ensinava (...) A horazinha de folga em casa eu fazia isso.”

O Cassino, que também foi local de exposição dos produtos fabris, era o clube social da Fábrica Brasil Industrial. No cassino, o operariado se encontrava e se divertia, segundo uma operária, no tempo do Seu Level:

“... a pessoa fazia aniversário, convidava para o anivers-

sário, tinha lá um arrasta pezinho. Tinha um café com uns biscoitinhos, uns bolos, lá, e dançava. Tinha sempre uma orquestrazinha que chamava retional: cavaquinho, violão, pandeiro, aquela coisa toda. Dançava-se à vontade. Às vezes aquelas casas faziam aniversário, juntavam dois, três para cantar banda de música. Era colega ia tocar para a gente dançar. Tinha casamento. Os casamentos todos tinham baile. Tinha muito casamento. Tinha muita distração para a gente.”

A diretoria da companhia exercia controle sobre o clube social, assim como em toda a sua Vila Operária. Num depoimento, uma operária revelou que, no tempo do Dr. Junqueira, havia preconceito de cor no acesso ao clube. Segundo ela:

“... naquela época o carnaval do Cassino era muito organizado, um ambiente bom. Só entrava gente... No Cassino não entrava a gente de cor. Então tinha o clube Bico do Urubu para as pessoas de cor e mais pobres. Hoje não, entra qualquer um, é só pagar o ingresso (...)

É, mas havia muito regulamento, não era um carnaval solto. No clube até na entrada se tivesse com roupa indecente não ia. O dono da fábrica mandava na cidade inteira. Não só nos operários não. Todo mundo. Os comerciantes... Todos.”

As domingueiras do Clube eram um momento importante de lazer. Segundo esta mesma operária:

“Faziam chocolate dançante, mas era tudo de graça. Então, aquelas moças, que eram da comissão, eram obrigadas a ir, punha um aventalzinho, tinha que servir o chocolate em todas as mesas (...) Faziam sempre no domingo. Todo domingo tinha domingueira. Tinha presidente, então eram eles que organizavam aquelas coisas para as famílias poderem frequentar. Então fazia isso, porque aí a gente apanhava convite. A minha mãe, mesmo, que nunca gostava de ir recebia o convite e ia ver o ambiente, que era bom. Entendeu? E assim: não se podia dar... naquele tempo se falava pranchão, agora nem sei como se fala. Se o rapaz tirasse você para dançar, mesmo

que você não gostasse dele, era obrigada a dançar, porque se você recusasse, você era expulsa do clube”.

Outra forma de lazer e de atividade fora do espaço da produção fabril, importante, presente na vida do operariado em Paracambi foi o futebol. Era praticado principalmente no Paracambi Futebol Clube, fundado em 07 de setembro de 1937, passou a se chamar Brasil Industrial Esporte Clube.

Essa agremiação esportiva “...nasceu do idealismo de seis rapazes egressos do BANGU ATLÉTICO CLUBE, dos quais, 5 (cinco) eram de origem inglesa e decidiram radicar-se em Paracambi...”¹⁵⁰

Os “saudosos pioneiros” que deram início à prática do futebol na Vila de Paracambi foram: Clarence Hibbs, Frederic Jacques, John Starck, Ernesto Bauer, Jersey Stark (conhecido como Gelson inglês), e Guilherme Gomes (conhecido como Guilherme inglês). A fundação deu-se no dia primeiro de maio de 1912¹⁵¹, com a adesão dos operários da Companhia Têxtil Brasil Industrial e a “*simpatia dos seus diretores*”.

As reuniões do clube esportivo eram realizadas nas casas de famílias solidárias, como também nas residências dos próprios fundadores, “*destacando-se como local de maior frequência, a residência da tradicional família Bittencourt*”.

150 As informações sobre a história do PARACAMBI F.C., futuro BRASIL INDUSTRIAL ESPORTE CLUBE, utilizadas neste trabalho foram retiradas do Resumo Histórico publicado pelo Clube em forma de revista. Uma fotocópia da revista me foi fornecida pelo então presidente do clube, Sr. José Maria Torres.

151 Segundo o documento do clube, há uma dissensão sobre a data da fundação, realmente o clube foi fundado em 1º de maio, mas somente em “12 de julho ficaram prontos os estatutos, o primeiro do clube, cujo teor, era uma cópia da do Bangu Atlético Clube, entrando em vigor no dia 16 de julho do mesmo ano, quando foi formada e empossada a primeira diretoria com base no referido regulamento. Daí a razão de cada uma das partes, porém, para efeitos jurídicos, indubitavelmente que há de prevalecer perante a lei em atenção ao capítulo X – art. 1º do estatuto, o seguinte: Brasil Industrial Esporte Clube (antigo Paracambi F.C.), fundado em 16 de julho de 1912, em Paracambi, Terceiro distrito do Município de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro, com sua praça de esportes instalada no Sétimo Distrito do Município de Vassouras (Taireté) e sede provisória à rua Dr. Barcelos nº 2, Terceiro Distrito do Município de Itaguaí, (...)”.

No jogo de estreia, o Paracambi F.C teve seu time formado por: Leandro; Jacques e Justino; Fluzinho, Adolpho e Badu; Zezinho Gentil; Carlos Costa; José Telles e Cillatote – teve, como árbitro da partida, José Curtinhas, sendo o primeiro adversário, o Pereira Passos F.C. da Gamboa.

Embora o clube ainda não tivesse elaborado o seu estatuto, Mário Torrente, fundador e atleta, foi seu primeiro presidente. Os fundadores tiveram o consentimento dos diretores da Companhia Brasil Industrial, na época, Dr. Joaquim Guedes de Moraes Sarmiento e Sr. Dominique Level.

Os estatutos do clube foram aprovadas em reunião, de 12/07/1912 a 16/07/1912, e com base nestes, foi empossada a primeira diretoria¹⁵²:

Presidente de Honra: Dominique Level.

Presidente Executivo: Francisco Fernandes Tupacinunga.

Secretário: Manoel Vilasboas.

Tesoureiro: Clarence Hibbs.

Fundadores: Clarence Hibbs, Frederic Jacques, John Starck, Ernesto Bauer, Jersey Stark (Gelson inglês), Guilherme (também conhecido como Guilherme inglês), Antônio Amorim, Mario Torrente, José de Lima, Antônio Moreira, Brígido de Oliveira Gama Eustorgio Silva, Agostinho Inácio da Silva, Ciliatote Lavra, Benedito Coelho, Leopoldo Bonfim, Domingos Amorim (Conselheiro), José Cândido Costa Côrtes (Belêgo), Francisco Costa, José Telles, Manoel Vilasboas, Francisco Fernandes Tupacinunga, Adolpho Alonso, João Costa, Justino Silva, João Soares, Joaquim Barbosa (Jacaré), Eneas Soares, Plínio Monteiro, Jazão Telles, José Bemol e outros fundadores, apenas conhecidos pelos respectivos nomes ou simplesmente cognomes como por exemplo: Badu Thomaz, Antônio (Surdinho), Fiuzinho, Euzébio, Borges e Miltinho.

152 Nesta primeira diretoria, conforme consta nos estatutos, já existe um controle da diretoria da fábrica dentro do clube esportivo através da presença do Presidente de Honra.

O uniforme oficial do clube era constituído de “camisas de mangas compridas e punhos, colarinhos, listras verticais vermelhas e brancas, calções brancos e meias vermelhas e brancas em listras horizontais”.

O clube esportivo teve vários campos: o primeiro funcionou em frente ao pátio interno da Fábrica de Tecidos (Cia. Têxtil Brasil Industrial). Alguns meses depois, foi transferido para um local distante 300m,

“em virtude dos dirigentes daquela empresa julgarem inconveniente a permanência do mesmo naquele local, pois alegavam na ocasião que os empregados tinham suas atenções voltadas para os treinos e jogos, postando-se nas janelas para apreciá-los e, conseqüentemente, prejudicava o rendimento normal os trabalhadores principalmente nos dias de jogos, em detrimento da produção de cada um (naquela época, os operários trabalhavam também aos domingos)”.

Em 1914, o campo foi transferido para o local onde ergueu-se, posteriormente, o Grupo Escolar Presidente Rodrigues Alves, na Avenida dos Operários, ali permanecendo até 1937.

A primeira dissidência entre os membros da agremiação esportiva aconteceu em 1922, e para ela existem duas versões:

1/ teria ocorrido um desentendimento entre um grupo de fundadores *“em virtude dos diretores da fábrica não permitirem na época que nenhum sócio estranho à empresa exercesse cargos na diretoria do clube”;*

2/ teria desaparecido um “corbeille” da sede social, e que teria sido retirada

“sem permissão pelos membros componentes do referido grupo para ornamentar o palco onde se exibiria uma companhia de teatro de passagem por esta cidade, cujas apresentações, a exemplos de tantas outras que por aqui passaram, tinham como local um prédio existente na rua Dominique Level, onde funcionava o antigo cinema”.

Outros afirmam que, pelo fato de rapazes pertencentes ao mesmo grupo terem *“arrombando a porta da sede para apanhar*

uma bola para organizarem uma pelada”, teria sido o *“estopim que culminou com a eclosão da crise”.*

A diretoria, ao tomar conhecimento do fato, reuniu-se e aplicou punição rigorosa aos faltosos com a *“suspensão de todos por trinta dias”.* Em seguida, os rapazes faltosos rebelaram-se contra as *“medidas aplicadas proibitivas e punitivas”* abrindo dissidência no clube esportivo, *“os quais foram acompanhados nas suas atitudes por alguns jogadores”.*¹⁵³ Várias pessoas tomaram parte do movimento e *“desligaram-se do Paracambi F.C. e fundaram então o Tupi Sport Club, no dia 1º de janeiro de 1922, nascendo o mais tradicional e ferrenho rival do Paracambi F.C.”.*

Não há condições de apontar uma única versão que tem impulsionado a dissidência do Clube. Contudo, podemos sugerir uma soma de todas as versões a partir de um descontentamento com a direção do clube esportivo. Na primeira versão da dissidência, fica claro domínio que a direção da fábrica já exercia sobre o clube esportivo. Nesse sentido, o descontentamento dos atletas era reflexo de um controle disciplinar da fábrica na medida em que era ela quem tinha hegemonia na direção do clube - através do seu presidente de honra e da restrição de uma diretoria ligada exclusivamente aos quadros fabris.

Em 1937 ocorreu, além da mudança do campo esportivo, a *“troca do nome primitivo pelo de Brasil Industrial Esporte Clube, o mesmo acontecendo com referência ao uniforme que passou a usá-lo, ou seja: camisas vermelhas com golas e frizos brancos e de mangas curtas, emblema em forma de circunferência do lado esquerdo, com as iniciais B.I.E.C., calções brancos e meias com listras horizontais vermelhas e brancas”.*

153 Segundo o referido documento, é grande o número de jogadores que aderiram ao movimento, sendo citado apenas os seguintes nomes: Francisco Nunes (Chiquinho Bagunça), Daniel Mesquita (Baianinho), Canico, Messias, Gentil Costa, Ari de Souza, Nair Ramalho, Jazão Teles, João Costa, Vanderlino Silveira, João Soares (Joca Fatureba), José Ponciano, José de Lima e outros.

Esta mudança no clube também gerou “discordâncias e protestos”. Aos descontentes, foi argumentado que

“o clube ostentaria daquela data em diante o nome da empresa em troca de melhores condições para o asoer-gimento do mesmo, o que significava dizer que o clube faria a propaganda da indústria e por isso mesmo seus diretores dariam a ajuda necessária para evidentemente, fazer com que o clube progredisse, sem que houvesse necessidade de sacrifício pessoal dos seus adeptos e diretores; isso aconteceu no dia 7 de setembro de 1937”¹⁵⁴.

O domínio do patronato fabril, através dos aparados institucionais das vilas operárias, não surgiu como um plano estratégico linear, mas sim de forma descontínua, procurando controlar a classe operária, como num processo inverso, se apropriando das agremiações formadas pelo próprio operariado. A “troca” nesta relação social (entre o clube esportivo e a fábrica) funciona como uma *reciprocidade de ações* entre *patrão* e *operário*. O patrão, sendo paternal com seus operários (ajudando na manutenção do clube), e o operariado, reciprocamente, sendo leal (ostentando o emblema - brasão - do clube que agora leva o nome da Companhia Brasil Industrial e tudo que este gesto implica).¹⁵⁵

154 Segundo o referido documento “Embora tenha mudado de nome em 1937, ainda hoje inúmeros desportistas preferem chama-lo Paracambi F.C.; naturalmente, uns por desconhecer a mudança do nome em virtude de muitos anos ausentes do lugar e outros, certamente remanescentes daquele inesquecível grupo de fundadores ou mesmo adeptos e simpatizantes desde os primeiros anos de sua fundação”.

155 Max Weber adverte que o fato de se ter reciprocidade de ações - patrão/paternal X operário/leal - não implica que exista solidariedade entre ambas as partes ou rivalidade. Para o autor, “o conceito, portanto, nada diz a respeito de que exista solidariedade entre os agentes ou precisamente o contrário” (1991:16).

Figura 42: Festa de casamento no clube social “Cassino”, reunindo a comunidade operária. Cia. Brasil Industrial.



Fonte: Acervo do pesquisador. Trabalho de campo, 1995. (anônimo, s/d).

Figura 43: Dia de festa da padroeira da fábrica e dos operários. Cia. Brasil Industrial.



Fonte: Anônimo, 08/09/1907.

Figura 44: A pequena casa foi a primeira sede do Brasil Industrial Esporte Clube. Nessa época ele se chamava Paracambi Futebol Clube.



Fonte: Grupo Paracambi Antigamente / Facebook (Anônimo, 1912). Postado por Ary Duarte. Cortesia: Marcos Alonso

Figura 45: BIEC - Brasil Industrial Esporte Clube (anônimo, s/d). Fábrica Brasil Industrial.



Fonte: Grupo Paracambi Antigamente / Facebook (Anônimo s/d). Cortesia: Marcos Alonso

II

Na Vila Operária da fábrica de tecidos Maria Cândida, havia jogos de futebol todos os domingos, com a participação de todo o operariado – jogando futebol ou assistindo ao evento. Após o futebol – geralmente os jogos eram na parte da manhã – todos retornavam para o almoço. E à tardinha tinha domingueira no Cassino – o clube social da fábrica – Segundo uma operária, lá “*as pessoas dançavam, até 9/10 horas que as pessoas no outro dia tinha que trabalhar né, e uma coisa familiar*”.

Aos domingos também era muito comum as moças passearem pelas ruas da vila e, segundo a mesma operária,

“as senhoras ficavam conversando, colocavam as cadeiras pro lado de fora e ficavam conversando, não tinha ônibus, nada que atrapalhasse então as senhoras colocavam as cadeiras, os filhos ficavam brincando, a gente brincava de cadeirinha... e na hora de dormir 8:30/9 horas, não tinha televisão, não tinha rádio!”

Além do futebol, os rapazes costumavam tomar banho no açude da Brasil Industrial que ficava na estrada da Cascata – perto da vila. A mesma operária relatou que:

“aos domingos, de dia, a gente saía, as senhoras, mães com as crianças, as moças, a gente sentava muito ali pra ver os rapazes tomar banho, o pessoal tomava muito banho naquele açude ali (...) Tinha uma grama muito bonita lá pra sentar, então o pessoal tomava muito banho...”

Também nesta vila, o clube social ostentava o nome da fábrica de tecidos – Esporte Clube Maria Cândida. Segundo um operário, “*antes dele existia um clubezinho, o nome dele era Esporte Clube Cascata. Depois fundou o Maria Cândida, mudou o estatuto todo, ficou um grande clube, e participava todo mundo da Cascata*”¹⁵⁶.

Durante a semana, após o trabalho, era comum as pessoas frequentarem o clube (também nesta vila chamado de Cassino – o “Cassino da Cascata”), simplesmente “para tomar um trago”, jogar uma par-

¹⁵⁶ Segundo este informante, o Esporte Clube Maria Cândida foi fundado entre 1936/1937.

tida de baralho ou encontrar companheiros de trabalho. O carnaval da Vila Operária era promovido pela diretoria do Esporte Clube Maria Cândida. Era um carnaval muito animado. Segundo uma operária,

“eles formavam blocos mesmos, fantasias, fantasias muito bonitas, naquela época tinha muita moça, na Cascata tinha muita moça, muitos rapazes, e as senhoras mesmo casadas, jovens e... se fantasiavam com fantasias muito ricas, bahianas, espanholas, os rapazes formavam um bloco muito bonito, então eles... ali na avenida do carnaval, era a rua Vicente Cicarino”.

O carnaval, o futebol, as domingueiras e bailes nos Cassinos, e banhos de açude e diversas outras atividades de lazer, bem como outras atividades que compunham individualmente o tempo livre do operariado, foram momentos fundamentais de convivência e de solidificação de relações de amizade, abrindo, nas Fábricas com Vila Operária, um espaço relativamente autônomo que, momentaneamente, desvencilhava-se do poder patronal.

Figura 46: Banda de Música liderada por Américo Ferreira em dia de festa na Capela de São José Operário - Fábrica Maria Cândida - 1950.



**Fonte: Grupo Paracambi Antigamente / Facebook (Anônimo, s/d).
Cortesia: Marcos Alonso**

Capítulo 9 Assistência Social, Saúde e Morte

I

Havia, junto ao antigo Corpo de Aprendizes da Companhia Brasil Industrial, uma pequena enfermaria que foi conservada mesmo quando aquele corpo foi extinto¹⁵⁷. O serviço médico da companhia teve início no último semestre de 1882 e incluía médico, botica e enfermaria. Para manter este serviço, a companhia descontava uma porcentagem nos salários dos operários¹⁵⁸. Essa antiga enfermaria

“tornou-se mais tarde insuficiente tendo havido em 1886 necessidade de construir-se um grande barracão para substituí-la, enquanto se esperava e armava um edifício apropriado de ferro que havia sido encomendado na Europa e que foi logo instalado, dispondo de todos os requisitos necessários”¹⁵⁹.

A nova enfermaria foi instalada em julho de 1888, sendo o antigo barracão de madeira, “depois de bem desinfetado, transformado em Escola Nocturna”¹⁶⁰. Mas, já no final do ano seguinte, a companhia reconheceu que a manutenção da enfermaria

“trazia prejuízos aos cofres sociaes e como também os operários, em geral relutavam em recolher-se a ella, tornando-se pois limitado o número dos que aproveitavam, resolveu a Directoria fechá-la, depois de ouvida a opinião competente do clínico da fábrica, Sr. João Antônio Barcellos”¹⁶¹.

Mas a enfermaria da companhia foi reaberta no primeiro trimestre de 1893, quando se estendeu, “por toda a parte, a epidemia

157 48º Relatório da Cia. Brasil Industrial – 1871/1921, p.12.

158 9º Relatório da Cia. Brasil Industrial – 1882, pp.9/10. O médico da ocasião era o Dr. João Antonio Barcellos.

159 48º Relatório da Cia. Brasil Industrial – 1871/1921, p.12.

160 Idem.

161 Idem, p.13.

da febre amarela e outras de mau carácter”, atingindo o operariado da fábrica. Na ocasião, lamentou-se a “perda de alguns bons operários”¹⁶².

Em 1895, o serviço sanitário funcionava com “a retribuição de 3% pagando o operário no máximo 3\$ mensais, conta de hospital, médico e botica”¹⁶³. A fábrica ainda possuía “um lazareto no meio da floresta, para o tratamento de moléstias contagiosas”¹⁶⁴. O lazareto, ou “enfermaria de isolamento”, foi utilizado em 1913 quando “manifestou-se em Paracambi e seus arredores, uma epidemia de varíola”¹⁶⁵. Como a epidemia manifestou-se em duas casas juntas e muito afastada das outras casas da vila, elas “foram conservadas como hospital, sendo queimadas, passada a epidemia”¹⁶⁶.

Em outubro de 1918 a “epidemia da gripe” que irrompeu em Paracambi chegou a paralisar a fábrica da Cia. Brasil Industrial por 17 dias, tendo falecido 22 dos 1.250 operários atacados pela epidemia¹⁶⁷. Na década de 1920, a região foi atingida pela “epidemia da malária”. O problema envolveu até mesmo o Departamento Nacional de Saúde Pública através da Diretoria de Saneamento Rural, sediada em Niterói. Epidemiologicamente, o problema da malária na localidade foi dividido em três partes distintas: Cascata, Paracambi ou Fábrica e Macacos ou Villa. Após entendimento entre “os elementos técnicos da seção da malária e os diretores gerentes dos estabelecimentos fabris da localidade, ficou assentado quer as despesas seriam feitas: na Villa, pelo Serviço; em Cascata, pela fábrica de Santa Luísa; e na Fábrica, pela Brasil Industrial”¹⁶⁸.

Em caso de morte de seus operários, a Companhia Brasil Industrial possuía seu próprio cemitério e fornecia assistência funerária. Já em 1891, a diretoria percebeu a necessidade de construir

um novo cemitério, “por não conter mais logares, o antigo”. O novo cemitério foi construído em terras da Companhia, e com novo regulamento, onde ficou decidido

“aplicar-se a renda proveniente da tabella dos enterramentos, à verba - serviço sanitário, cujos benefícios têm sido prestados aos operários em todos os casos de patente e provada necessidade”¹⁶⁹.

Uma operária da fábrica Brasil Industrial relatou que:

“O pessoal da fábrica morria, tinha o caixão de graça; a sepultura também era de graça; o cemitério era o das Pindobas. E tinha o caixão, o caixão, se fosse enterro de terceira, era pela Companhia. Agora, muitos, a gente, a pessoa morria, os amigos ajuntavam lá o que tinha mais um pouquinho, cada qual davam um pouco, fazia uma substituição, fazia um enterrozinho melhor; mas quando não podia mesmo, a Cia. dava o caixão e dava a sepultura lá, entendeu”.

Sobre a assistência às famílias dos operários falecidos, é provável que fosse fornecida somente em caso de operários mortos por acidentes de trabalho e segundo critérios deliberados pela diretoria. Em 1891 a diretoria registrou

“a perda de três bons empregados da fábrica: o apontador José Eden, Antônio Teixeira Guimarães e Antônio João da Silveira, este turbineiro e aquele cavoqueiro, ambos vítimas de desastres no exercício de seus empregos. Tendo ambos deixado as famílias em completa pobreza, a directoria deliberou supprir às suas famílias os meios de subsistência enquanto o seu juízo merecesse auxílio”¹⁷⁰.

Em fevereiro de 1920 os operários da fábrica fundaram a Associação Beneficente de Operários da Companhia Brasil Industrial, a agremiação procurava “socorrer, prestigiar e guiar seus membros de acordo com as conveniências communs”¹⁷¹. Os diretores decidiram

169 18º Relatório da Cia. Brasil Industrial, 1821, p.7.

170 48º Relatório da Cia. Brasil Industrial, 1871 - 1921, p.14.

171 Idem, p.23.

162 Idem, p.15.

163 Exposição Industrial - Jornal do Commercio, 04 de dezembro de 1895.

164 Idem.

165 48º Relatório da Cia. Brasil Industrial - 1871/1921, p.19.

166 Idem.

167 Os diretores louvam a dedicação do clínico Dr. Humberto Martins Vieira, Chefe do Serviço Sanitário e de seus auxiliares: Sr. Carlos Alberto Figueira Costa, farmacêutico, Pedro Silva Feital e José Leite dos Santos. Idem, p.21.

168 53º Relatório da Cia. Brasil Industrial, 1926, p.9.

auxiliar a agremiação, porque sentiam-se “*conscios do benefício que prestará ao nosso pessoal operário*”¹⁷².

II

A epidemia da malária, que se manifestou na Vila da Cascata quando ainda funcionava a Tecelagem Santa Luisa, era conhecida pelos operários da Maria Cândida como “febre palustre”. Um operário que chegou na Cascata, na década de 1930, conta que:

“comecei a trabalhar na Maria Cândida e nessa época a Cascata era muito doentia, dava essa febre, febre palustre que eles chamam malária, então cada setor do antigo distrito, naquele tempo, antigo Terceiro Distrito de Itaguaí, distribuía um medicamento, medicamento esse que era, que a gente recebia do médico sanitário do Estado, que era o Dr. Carlos Nabuco de Araújo”.

Na Cascata, e em cada povoado da região, havia um agente de saúde, que era responsável pela distribuição do remédio contra a doença. O operário referido, que também foi agente de saúde, relatou que:

“quando uma pessoa tinha uma ameaça da febre, então já sabia que tinha aquela pessoa que distribuía o remédio ia lá e pedia e tomava o remédio, era anotado e a gente dava aquela anotação depois pro médico, o comprimido que ele tomou”.

Uma forma de controle da epidemia muito utilizada na região foi a plantação de eucaliptos. Na Cascata, a plantação era feita pelos trabalhadores da seção “Turma Externa” da fábrica Maria Cândida. Uma operária desta fábrica teve seus irmãos trabalhando nesta seção:

“meu irmão Nicanor foi trabalhar na Turma Externa plantar eucaliptos, Roldão também plantando eucaliptos, Romualdo, o terceiro também plantando eucaliptos, por causa da febre que estava na Cascata, principalmente no Carreiro, se você fosse no Carreiro e o mosquito te

172 Idem, p.23.

picasse você já voltava de lá com a malária, que estava naquele ano a malária, no Carreiro que era muito úmido então Ministério da Saúde colocou a plantação de eucaliptos por causa do oxigênio né, aí diminuiu a febre”.

Na Vila Operária da Maria Cândida não existia um serviço sanitário estruturado como na vizinha Brasil Industrial. O atendimento médico era esporádico¹⁷³. Os operários contavam frequentemente com ajuda de um casal¹⁷⁴ - ele enfermeiro e ela parteira - ambos operários da fábrica e moradores locais. Uma operária da vila relatou que:

“ele era uma pessoa que dava assistência assim, se fosse a um médico, passasse injeção, curativo, ou qualquer coisa, ele fazia aquela injeção, ele fazia curativo. Se a pessoa se sentisse mal, às vezes ele tinha um medicamento qualquer, uma injeção que ele sentia que era boa praquela dor, praquela mal estar, qualquer coisa, ele fazia na pessoa, ele media pressão, é uma pessoa que, não tinha hospital, não tinha farmácia, não tinha nada, ele era uma pessoa experiente”.

Sobre a parteira da vila a mesma relatou que,

“as grávidas se apegavam à ela, né. Pediam pra ficar com ela. Elas se licenciavam da fábrica, pro parto, então elas ficavam com ela (...) Eu sei que lá pra São José, aqueles cantão lá da roça, às vezes chovendo, de noite vinha buscar ela que tinha uma parturiente, e lá ia ela não media hora nem distância nem nada”.

Uma filha do casal, antiga moradora desta vila, contou que seu pai, enfermeiro, se tornou íntimo dos operários e dos médicos:

“Esse povo procurava ele pra tudo. Se a criança tava com febre, em vez de ir aos médicos ia à ele, se a criança tava com diarreia, ia com ele. Ele receitava os remédios, ele já tinha tanta intimidade com os médi-

173 Os operários da Maria Cândida se referiram frequentemente ao Dr. Antônio como o médico que dava assistência à Vila (décadas de 1940/50).

174 Antônio Rodrigues de Almeida e Ivonilde Rodrigues de Almeida, oriundos de Mar de Espanha - MG, residiram na vila até o final de suas vidas. Ele também vendia pão, doces e biscoitos na vila, e ela lavava roupa pra fora. Atualmente existe uma rua na Cascata com o nome do antigo enfermeiro.

cos, Dr. Ovídio e Dr. Antônio, os médicos mais antigos daqui (...) Ele preparava remédios nas próprias farmácias para as crianças, e quando pessoas da fábrica, tratadas por ele, ficavam curadas, ele mandava bilhete para os médicos darem atestados médicos pra retornarem ao serviço. Os médicos davam atestado e a fábrica recebia. Às vezes ele mesmo dizia que tinha tratado do operário e perguntava se precisava do atestado, mas muitas vezes não pediam, confiavam em sua palavra. Ele tratava todos da vila, em todos os sentidos, mas era de pouquíssima instrução, sabia apenas escrever”.

O trabalho deste casal - o enfermeiro e a parteira - junto aos moradores da vila da Maria Cândida, expressa o sentido de solidariedade e ajuda mútua presente no cotidiano do operariado, além da assistência das redes de serviços, mantidas pelo patronato.

Conclusão

Para os industriais têxteis em Paracambi, a manutenção de sua rede de serviços coletivos - que proporcionava a reprodução de sua força-de-trabalho e a base material de uma política paternalista - não representava um custo significativo para o industrial, já que todos os “serviços” eram descontados dos salários dos operários. Em suma, a rede de serviços era mantida economicamente pelo próprio operariado local.

Engels (1986) em seu clássico “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, afirmou que “O industrial é obrigado a construir habitações desse gênero e o faz de boa vontade, pois retira um lucro vantajoso do capital assim investido. Se os proprietários das casas de renda econômica tiram anualmente cerca de 6% do capital investido, pode-se dizer que os cottages rendem o dobro aos industriais pois, enquanto a sua fábrica funciona, há sempre locatários que pagam pontualmente. Está isento dos dois principais inconvenientes que conhecem os outros proprietários: nunca têm casas vazias e não corre nenhum risco” (1986:205).

Na fábrica da Cia. Brasil Industrial, quando o operário ingressava no trabalho fabril, a sua carteira profissional, que era adquirida no próprio local de trabalho, tinha seus custos incluídos sobre seu salário. Todos os gastos do operário, dentro do complexo Fábrica com Vila Operária, eram descontados em folha de pagamento. A moradia da família operária, além de sua taxa normal, incluía a famosa “taxa cabeça”. Os gêneros alimentícios adquiridos no armazém de mantimentos da companhia eram 5% mais caros do que os preços da capital. Para manter o serviço médico (médico, botica e enfermaria), a fábrica descontava uma porcentagem (3% em 1895) no salário dos operários. Quando a fábrica construiu o novo cemitério, ficou decidido “*aplicar a renda proveniente da tabella de interramentos, à verba-serviço sanitário*”¹⁷⁵.

Como disse Stein:

“alguns industriais criaram um sistema de serviços sociais destinados assistir o trabalhador desde o berço até, literalmente, o cemitério, pois em uma fábrica um “lugar especial está reservado para aqueles cujos serviços já não estão disponíveis” (1979:69).

Mas Leite Lopes alertou para o fato de que:

“o controle que tem a administração fabril sobre a vida dos seus trabalhadores fora do trabalho, na esfera da moradia e da promoção da vida associativa, que é inerente à Fábrica com Vila Operária, não se traduz em termos monetários” (1988:616).

O paternalismo industrial presente nas fábricas com Vila Operária tem por base a rede de serviços - através de cada aparato institucional - e o sentimento de grande família que as relações paternas proporcionam¹⁷⁶. Contudo, os operários se apropriam dos aparatos institucionais, colocando neles seus próprios sentimentos.

175 18º Relatório da Cia. Brasil Industrial - 1891, p.7.

176 Segundo Reis & Silva, paternalismo não significa simplesmente relações harmoniosas ou ausência de contradição, e sim uma “estratégia de controle, meio de dominar de forma mais sutil e eficiente, com menos desgaste e alguma negociação” (1989:45).

Bourdieu argumenta que

“reduzir os agentes ao papel de executantes, vítimas ou cúmplices, de uma política inscrita na Essência dos aparelhos, é permitimo-nos deduzir a existência da Essência, ler as condutas na descrição dos Aparelhos e, ao mesmo tempo, fugir à observação das práticas e identificar a pesquisa com a leitura de discursos encarados como matrizes reais das práticas” (1989:77).

Se, por um lado as fábricas com Vila Operária eram propriedade dos industriais têxteis, por outro lado as vilas eram o *Lar dos Operários*. Diferente da *Grande Família Paternal*, o sentido de *Lar dos Operários* implica um espaço onde o operariado e suas famílias construam, cotidianamente, relações de amizade e ajuda mútua, que não se confundiam com o paternalismo fabril. Isso fica evidente no Capítulo 9, quando uma operária fala no funeral dos companheiros de trabalho, quando havia um serviço oferecido pela companhia, mas *“muitos (...) os amigos ajuntavam lá o que tinha mais um pouquinho, cada qual dava um pouco, fazia uma substituição, fazia um enterrozinho melhor...”*.

Esse sentido de *Lar dos Operários* constituía, também, um espaço fluido. Quando o operário estava festejando o dia de Nossa Senhora da Conceição ou de São José Operário, estava também dançando, festejando; era um dia de lazer. As compras no armário aumentavam com a busca de tecidos para a confecção de roupas novas para missa, a procissão, o baile no Cassino. As crianças da escola operária eram as crianças do catecismo, eram as crianças que saíram na frente da procissão. A professora da escola era a catequista da capela. Em suma, o operariado têxtil tecia, cotidianamente, relações sociais na fábrica, na capela, na escola operária, no Cassino, no armazém, enfim, entre os diversos aparatos institucionais, construindo e formando (sentido de auto-fazer de Thompson, 1987a) sua experiência, seu *Lar* no *Complexo Fábrica com Vila Operária*.

O *Complexo Fábrica com Vila Operária* é essa trama de relações, a forma como as relações sociais fluíam, alertando para a conexão e o intercâmbio entre os aparatos institucionais e para o somatório dos sistemas distintos da experiência operária - formas particulares da cultura da fábrica.

Apêndice 1

“Sobre o declínio do Complexo Fábrica com Vila Operária em Paracambi/RJ”

Podemos considerar longa a trajetória e a experiência de vida do operariado têxtil no complexo Fábrica com Vila Operária em Paracambi, tendo por base os seguintes fatos históricos:

1/ O surgimento de um poder executivo municipal contrapondo-se ao “governo local de fato” das fábricas somente no ano de 1960, mas o “poder de fato” ainda perdura. No ano de 1984, ocorre um fato relevante no processo de rompimento através da desapropriação pública de pela Prefeitura de Paracambi de alguns “aparatos institucionais” do antigo complexo (Cassino e BIEC - Esporte Clube) e de áreas territoriais da Cia. Brasil Industrial (através da declaração de utilidade pública pelo município), importantes para o desenvolvimento urbano do município¹⁷⁷. O mesmo não ocorreu em terras da Maria Cândida, pois se encontram em áreas montanhosas e longe do perímetro urbano;

2/ A venda das casas da Vila Operária da Cia. Brasil Industrial na década de 1970 e a construção de um conjunto habitacional moderno em suas terras através de financiamento do Banco Nacional de Habitação¹⁷⁸.

O “desmonte progressivo” da rede de serviços desta fábrica se efetiva a partir da gestão dos Othon Bezerra de Mello. A manutenção da Vila Operária da Maria Cândida não implica, contudo, o funcionamento do complexo, a escola operária, o posto médico, “os quartos”, o Clube Social (Cassino da Cascata) foram progressivamente desmontados a partir da década de 1970. Ou seja, na Maria Cândida a permanência da alocação das casas não convive com uma rede de serviços e estruturada, mas não deixa de ser um sinal de um tempo social historicamente determinado¹⁷⁹;

177 Na época da desapropriação de diversas terras, a Cia. Brasil Industrial já havia sido vendida para a Cia. São Pedro de Alcântara de Petrópolis/RJ.

178 Paul Singer argumenta que “As antigas vilas operárias foram substituídas, aqui no Brasil, pelos conjuntos do B.N.H.” (1985:74).

179 Sem aprofundar as especificidades das transformações do processo pro-

3/ Outro fator relevante foi a fundação do Sindicato Oficial da categoria no ano de 1966 e o surgimento do Movimento de Oposição Sindical, no ano de 1985, quando o sindicato da categoria assumiu uma postura de enfrentamento e de negociação em relação ao poder patronal¹⁸⁰.

No caso particular da Cia. Brasil Industrial, ocorreu um transbordamento da Vila Operária, integrando-se antigo povoado local, que vivia ao redor das terras da fábrica. Leite Lopes afirmou que:

“As povoações nucleadas em torno de uma Vila Operária fabril obedeciam assim a padrão de crescimento, que tem geralmente como ponto de partida a instalação de indústrias em lugares despovoados aliada a um movimento de expansão industrial apresentando carência de mão-de-obra, e como ponto de chegada o transbordamento da Vila Operária, que passa a ser apenas no núcleo original de uma cidade maior, à qual foram posteriormente atraídas novas indústrias” (1988:619).

A fábrica Maria Cândida, por estar situada numa região montanhosa, conseguiu manter sua integridade territorial e a relativa a permanência das relações tradicionais. Leite Lopes também ilumina este caso, afirmando que:

“O sistema ‘Fábrica com Vila Operária’ subsiste mais prolongadamente assim lá onde a administração fabril garante o seu relativo isolamento, seja monopolizando uma produção propícia em uma determinada área, seja monopolizando através da propriedade da terra, os terrenos para construção num raio abrangente uma área considerável (...)” (1988:620).

Outro fator relevante das referidas fábricas, o principal a ser ressaltado é o fato do declínio do complexo Fábrica com Vila Operária não poder ser confundido com a crise ou mudança nos processos de produção das fábricas de tecidos. A Cia. Brasil Industrial foi incorporada à Cia. São Pedro de Alcântara em 31 de janeiro de 1994, deixando de existir, juridicamente, e sendo a fábrica Paracambi (antiga Brasil Industrial) fechado em 16 de novembro de 1996. A Fábrica de Tecidos Maria Cândida funciona até o início do século XXI.

¹⁸⁰ Durante o período de fundação do sindicato oficial não ocorreram atritos graves com a direção das fábricas. Para uma análise da ação sindical têxtil em Paracambi/RJ, no momento de “auge” e “declínio” do sistema Fábrica com Vila Operária, ver Keller (1994).

Apêndice 2

“Sobre o imponente edifício da fábrica da Cia. Têxtil Brasil Industrial descrito com todo rigor pelos seus diretores em 1874, caracterizando uma típica fábrica brasileira nos moldes da grande indústria”

“Na frente, e à igual distância das extremidades, e do centro, erguem-se dous torreões com andares correspondentes aos do corpo do edifício, com os quais se comunicam; e no centro do mesmo edifício uma fachada semicircular.

No centro da parte posterior erguem-se um terceiro torreão de forma diferente, cujo último andar se eleva sobre um plano superior ao da cumieira do edifício, tornando-se visível do lado da frente.

Estas construções dão um aspecto imponente ao todo da edificação, mas não são de mera decoração.

Além de fortalecerem o edifício, que é longo, alto e relativamente estreito, oferecendo-lhe três pontos de apoio convenientemente collocados para este efeito, acresce, que nos dous do alto da frente estão collocados as duas escadas exteriores da entrada; que se comunicam entre si os diversos andares dos edifícios; os escriptórios, as latrinas, e os canos do aparelho contra incêndios, que levam água para os diferentes andares; ficando assim todo o espaço dos salões inteiramente livre para ser ocupado unicamente pelas machinas, deixando lugar para a circulação dos operários.

No terceiro torreão do lado posterior tem de funcionar o elevador; indispensável aparelho para subida e descida de todo o material pertencente ao tráfego da fábrica; sendo além disso a parte superior destinada a accomodar uma caldeira a vapor, cujo serviço se faz mister em um dos trâmites do processo da fabricação dos tecidos.

No pavimento térreo do edifício funcionam as três turbinas, com os respectivos aparelhos para transmissão da força motriz aos andares superiores; ficando também em um compartimento central do mesmo pavimento as machinas denominadas abridores e batedores que são as primeiras em que se principia a manipulação do algodão.

Os três andares do sobrado formam outros tantos salões, sem divisão de qualidade alguma, tendo apenas no centro, em sentido longitudinal, uma columnata sobre que descansa o vigamento do andar superior.

As águas furtadas, que pela vastidão das respectivas acomodações bem se pode dizer que formam um quarto andar, tem no centro uma grande claraboia, por onde recebem a claridade.

O salão do primeiro andar é exclusivamente ocupado pelos 400 teares. O do segundo pelos cardadores, e machinas intermediárias para fiação. O do terceiro pelos bancos de fiação, e fiandeiras automáticas (selfacting mules) com 24 mil fusos.

A parte central das águas furtadas é ocupada pelo aparelho para engommar o fio, do qual faz parte a caldeira a vapor assentada na parte superior do torreão em que funciona o elevador.

A adopção d'esse aparelho para engomar, que não tinha entrado no plano primitivo, tornou-se necessárias algumas alterações importantes na parte superior do edifício; as quaes concorreram no se tanto para o aumento do custo do mesmo edifício.

O custo real do edifício da fábrica, que entrou por 200:000\$000 nos orçamentos da Empresa, importa até a data do Balanço annexo em 359:641\$877”.

Fonte: Primeiro Relatório da Cia. Brasil Industrial – 1874, p.19/20/21

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ana Isabel

(1994) Entre o Discurso e a Prática: A Educação da Infância em Escolas de Fábrica com Vila Operária. Dissertação de Mestrado. PPGS/IFCS/UFRJ.

ALVIM, Maria Rosilene Barbosa

(1985) Constituição da Família e Trabalho Industrial: Um estudo sobre trabalhadores têxteis numa Fábrica com Vila Operária. Tese de Doutorado. PPGAS/Museu Nacional/UFRJ.

ANTUNES, Ricardo

(1982) Classe operária, Sindicato e Partido no Brasil: Um estudo sobre a consciência de classe, da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. São Paulo, Cortez.

BASTIDE, Roger

(1975) Brasil Terra de Contrastes. São Paulo, DIFEL, 6ª ed.

BEYNON, Huw & AUSTRIN, Terry

(1994) Masters and Servants – Class and Patronage in the Making of a Labour organisation: the Durhan Miners and the English political tradition. Londres, Rivers Oram Press.

BOURDIEU, Pierre

(1989) O Poder Simbólico. Lisboa, Difel; Brasil, Bertrand.

BRANDÃO LOPES, J. Rubens

(1967) Crise do Brasil Arcaico. São Paulo, Difel.

BURAWOY, Michael

(1990) “A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado”. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais (ANPOCS), nº 13, Ano 5.

ENGELS, Friedrich

(1986) A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo, Global.

FERREIRA, Marieta de M. & GOMES, Ângela de Castro

(1987) “industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise”. Trabalho apresentado no XI Encontro Anual da ANPOCS, mimeo.

FREYRE, Gilberto

(1989) Casa-Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro, Record, 26ª ed.

GENOVESE, Eugene D.

(1988) A Terra Prometida: o mundo que os escravos criaram. Rio de Janeiro, Paz e Terra; Brasília/DF: CNPq.

GONZAGA DE OLIVEIRA, Sônia Maria

(1992) Montanhas de Pano: Fábrica e Vila Operária em Santo Aleixo. Dissertação de Mestrado. Museu Nacional/PPGS/UFRJ.

HARDMAN, Francisco Foot & LEONARDI, Victor

(1982) História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte. São Paulo, Global.

HELLER, Agnes

(1992) O cotidiano e a História. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 4ª. ed.

HOBSBAWN, Eric J.

(1979) A Era do Capital: 1848-1875. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª. ed. (1987) Mundos do Trabalho: Novos Estudos sobre a História Operária. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

(1989) Trajetória do movimento operário. In: Trabalhador Revista da Prefeitura Municipal de Campinas.

JOYCE, Patrick

(1982) Work, Society and Politics – The culture of the factory on later Victorian England. Londres, Methuen.

KELLER, Paulo Fernandes

(1992) “A formação dos Trabalhadores Têxteis em Paracambi/RJ e o Sistema de Fábrica com Vila Operária”. Trabalho apresentado ao NUPES/LPS/IFCS/UFRJ. Datilografado.

(1994) “A Ação Sindical Têxtil e o Sistema de Fábrica com Vila Operária em Paracambi/RJ”. Comunicação apresentada à 46ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência/SBPC, Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo. Datilografado.

LEITE LOPES, José Sérgio

(1979) “Fábrica e Vila Operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa”. In: LEITE LOPES et alii. Mudança Social no Nordeste: a revolução da subordinação: estudos sobre trabalhadores urbanos. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

(1988) A Tecelagem dos Conflitos de Classe na “Cidade das Chaminés”. São Paulo, Marco Zero; Brasília-DF, Editora da UnB em co-edição com MCT/CNPq.

LEVY, Maria Bárbara

(1989) “República S/A: A economia que derrubou o Império”. In: *Ciência Hoje*, vol.10, nº59.

LOBO, Eulália M.L.

(1978) História do Rio de Janeiro: Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMC.

MARX, Karl

(1975) O Capital – Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Livro 1.

PIGNATON, Álvaro A.G.

(1977) “Origens da Industrialização no Rio de Janeiro”. In: Dados, nº 15, IUPERJ.

RAGO, Margareth

(1985) Do Cabaré ao Lar: A utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890/1930. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

REGO, José Lins do

(1984) Usina. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 12ª ed.

REIS, João J. & SILVA, Eduardo

(1989) Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo, Companhia das Letras.

STEIN, Stanley

(1979) Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil: 1850/1950. Rio de Janeiro, Campus.

(1990) Vassouras: um município brasileiro do café - 1850/1900. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

SUZIGAN, Wilson

(1986) Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento. São Paulo, Brasiliense.

TEIXEIRA, Palmira Petratti

(1990) A Fábrica do Sonho - Trajetória do Industrial Jorge Street. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

THOMPSON, E.P.

(1979) Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase - Estudios sobre la crisis de la sociedade preindustrial. Barcelona, Editorial Crítica.

(1981) A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro, Zahar.

(1987^a) A Formação da Classe Operária Inglesa.

Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª ed., volume I.

(1987^b) A Formação da Classe Operária Inglesa. Rio de Janeiro, Paz

e Terra, 2ª ed. volume II.

(1987^c) A Formação da Classe Operária Inglesa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª ed. volume III.

VELHO, Gilberto

(1978) “Observando o familiar”. In: NUNES, Edson de Oliveira (organizador) A Aventura Sociológica: Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social. Rio de Janeiro, Zahar.

VIANA, Sônia Bayão R.

(1974) A Fazenda de Santa Cruz e a Política Real e Imperial em relação ao Desenvolvimento Brasileiro: 1790/1850. Tese de Mestrado em História, UFF. mimeo.

WEBER, Max

(1974) “Origem do Capitalismo Moderno”. In: Max Weber - Ensaios de Sociologia e outros escritos (seleção de Maurício Tragtenberg). São Paulo, Abril Cultural, Os Pensadores XXXVII.

(1991) Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Brasília/DF, Editora da Universidade de Brasília.

(1993) Metodologia das Ciências Sociais. São Paulo, Cortez; Campinas, Ed. da Unicamp. Parte 1.

WEID, Elisabeth Vonder & BASTOS, Ana Marta R.

(1986) O Fio da Meada - Estratégia de Expansão de uma Indústria Têxtil: Companhia América Fabril: 1878/1930. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa e Confederação Nacional da Indústria.

WILLIS, Paul

(1991) “Notas para uma teoria das formas culturais da reprodução cultural”. In: Aprendendo a ser trabalhador: escola, resistência e reprodução cultural. Porto Alegre, Artes Médicas.

ARQUIVOS E BIBLIOTECASAcervo do Arquivo Nacional

Arquivo da Junta Comercial
Estatutos da Cia. Tecelagem Santa Luísa.
Estatutos da Cia. Têxtil Brazil Industrial.
Estatutos da Sotto Maior & Cia.

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil

Relatórios (Acervo geral)

Primeiro Relatório da Cia. Brazil Industrial- 1874.
Petição da Cia. Brazil Industrial ao Corpo Legislativo-1875.
04º Relatório da Cia. Brazil Industrial- 1877.
05º Relatório da Cia. Brazil Industrial-1878.
09º Relatório da Cia. Brazil Industrial-1882.
18º Relatório da Cia. Brazil Industrial-1891.
24º Relatório da Cia. Brazil Industrial-1897.
33º Relatório da Cia. Brazil Industrial-1906.
52º Relatório da Cia. Brazil Industrial-1925.
53º Relatório da Cia. Brazil Industrial-1926.
54º Relatório da Cia. Brazil Industrial-1927.
55º Relatório da Cia. Brazil Industrial-1928.
56º Relatório da Cia. Brazil Industrial-1929.
64º Relatório da Cia. Brazil Industrial-1937.
Biblioteca Nacional Digital - Hemeroteca.
www.bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/

Jornais (Acervo Geral)

Jornal O Industrial - 1881.
Jornal do Commercio - Exposição Industrial - 1895.
Jornal do Commercio - 1875/1900 - 1920/1950.
Jornal Correio da Manhã - 1910/1912 - 1920/1950.

Jornal Diário Carioca - 1928.
Jornal O Malho (RJ) 1903.

Acervo da Cia Têxtil Brasil Industrial

Arquivo da Fábrica Paracambi - Escritório
48º Relatório da Cia Brasil Industrial- 1871/1921

Capela de N.S. da Conceição - Capela da Fábrica.
Documentos encontrados na capela quando do trabalho de campo em 11/06/1995.

1. (Quadro) Título de Membro Benemérito da Fundação da Diocese de Nova Iguaçu à Cia Têxtil Brasil Industrial- Nova Iguaçu/RJ, 27/09/1960.
2. (Quadro) Autorização da Diocese de Niterói, através do Bispo Dom Francisco do Rego Maia, para instalação de uma Pia Batismal na Capela, em 16/01/1897, a pedido do operário Manoel Lopes da Cruz Dias, operário da fábrica Brazil Industrial, em Macacos, Freguesia de São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages. O documento foi lavrado pelo Pe. Pedro Hermes Monteiro, escrivão.
3. (Quadro) Benção do Beatíssimo Padre aos administradores da Brasil Industrial e seus operários, solicitado por Marina de Moraes Sarmiento em 20/06/1950, em Roma.
4. Imagem de São Jorge com suporte simples e pequena placa anexa na frente da imagem parte de baixo com os seguintes dizeres: "Homenagem ao São Jorge, padroeiro dos operários da Cia. Brasil Industrial" organizada em 1º de maio de 1945, por Jayme Barboza.
5. (Quadro) Foto do altar da capela decorado com flores e rendas brancas em comemoração ao dia da padroeira em 08 de dezembro de 1950. Comissão organizadora da festa: - Presidente: Oscar leal de Azevedo; - Tesoureiro: Alceu Maciel; - Secretário: Neuracy Ribeiro da Silva; Dalila Fernandes, Otília Alonso, João Ventura Torres, Antônio Baptista Nunes, ambos da comissão organizadora.

6. Livro de registro feito por Mariná de Moraes Sarmento por ocasião da peregrinação da imagem de N.S. Aparecida aos lares dos trabalhadores (da fábrica Brasil Industrial, Vila Nova, Cascata, Taireté, Vila de Lages, Vila Nova do Sabugo) de 9 a 28 de maio de 1953, início das missões, até 15 de novembro de 1954.

S/A Fábrica de Tecidos Maria Cândida

Arquivo da Fábrica Cascata

Diário N. 1 da S/A Fábrica de Tecidos Maria Cândida.

Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do

Rio de Janeiro

Arquivo de Sócios

Registro da Cia. Brasil Industrial- Matrícula n. 19, inscrita em 1919.

Registro da S/A Fábrica de Tecidos Maria Cândida - Matrícula n. 27, inscrita em 1925.

Arquivo do Brasil Industrial Esporte Clube

Resumo Histórico do B.I.E.C. (s/d)

Arquivo da Igreja Congregacional de Paracambi

“O Evangelho em Marcha” - Histórico das Igrejas das Regiões Fluminenses e Vale do São Francisco, da União das Igrejas Evangélicas Congregacionais Cristãs do Brasil. Organizador: Rev. Ismael da Silva Jr. Novembro de 1955.

Arquivos Particulares de Antigos Operários de Paracambi

1. Biografia do Pe. Antônio Cugliana escrita pelo Bispo Dom Adriano Hipólito. Publicado pela Diocese de Nova Iguaçu (s/d)
2. Conjunto de fotografias da procissão de São José Operário na Cascata- Vila operária da Maria Cândida - em 1943 (doadas para o pesquisador pela ex-professora Sra. Nair Magalhães.
3. Conjunto de fotografias da Capela de São José Operário na

Cascata – Acervo da ex-catequista Sra. Maria José da Silva.

Entrevistas

Entrevistas não gravadas

Humberto Ramalho – Paracambi - 06 de junho de 1995

Mariná de Moraes Sarmento – Rio de Janeiro - 10 de julho 1995

Affonso Ferreira – Paracambi - 22 de agosto de 1995

Pastor Myron Pinto da Costa – Paracambi - 23 de agosto de 1995

Auristela Ferreira – Paracambi - 05 de setembro de 1995

Celso Francisco Rego – Cascata – 14 de outubro de 1995.

Entrevistas gravadas

Jarbas Cid Magalhaes – Cascata – 26 de outubro de 1991 – 60 min

Nair Magalhães – Cascata – 26 de outubro de 1991 – 30 min

Alice Almeida – novembro de 1991 – 30 min

Maria José da Silva – Cascata – 1991 – 60 min

Silvia Fernandes Figueiras – Paracambi – 14 de julho de 1992 – 60 min

Francisco Benedito Maia – Paracambi – 15 de julho de 1992 – 30 min

Francisca da Silva Cruz – Paracambi - 14 de novembro de 1992 – 60 min

Francisca da Silva Cruz – Paracambi – 28 de novembro de 1992 – 02 h

Francisca da Silva Cruz – Paracambi - 08 de fevereiro de 1994 – 60 min

Maria José da Silva – Paracambi – 18 de fevereiro de 1994 – 60 min

Silvia Fernandes Figueira – Paracambi – 14 de agosto de 1995 – 60 min

2

Dominação, resistência e reciprocidade no mundo do trabalho¹

O artigo discute o conceito de dominação em uma perspectiva weberiana alertando tanto para as múltiplas formas de resistência criadas pelos dominados quanto para a reciprocidade na relação entre dominador e dominado. Inicialmente, através da análise da dominação no mundo do trabalho escravo, aponta para a religião como uma das formas de resistência forjada pelos dominados, assim como destaca o seu papel ambíguo e contraditório. Em seguida, faz uma reflexão sobre a religião dentro do mundo fabril, onde destaca tanto a contribuição que as formas religiosas dão para a legitimidade do sistema de dominação quanto a apropriação da religião como espaço dos dominados. Por fim, discute a reciprocidade das relações entre patrão e operário para melhor compreender de que forma é construída a legitimidade do sistema de dominação investigado: o padrão de dominação das fábricas com vila operária.

Em termos metodológicos, o artigo utiliza dados primários e secundários. A análise da dominação no mundo do trabalho escravo é feita a partir da obra de autores nacionais (Reis & Silva, 1989) e estrangeiros (Genovese, 1988). A análise da dominação dentro do mundo da fábrica utiliza-se tanto de dados primários, levantados pelo autor em seu trabalho de campo (1994-1995) junto aos operários da antiga Companhia Têxtil Brasil Industrial, quanto de dados secundários a partir da obra de autores nacionais (Leite Lopes, 1988) e estrangeiros (Thompson, 1988; e Joyce, 1982).

O artigo aponta a religião como uma das formas cotidianas de resistência forjada pelos dominados, análises estas que levam a refletir sobre a religião como tendo um papel ambíguo e contraditório.

¹Artigo originalmente publicado na Revista Enfoques - PPGSA/IFCS/UFRJ, v.6, n.1 (2007).



No mundo do trabalho fabril, em particular, as formas de resistência e de reciprocidade são pensadas dentro do padrão de dominação das fábricas com vila operária no seu momento de auge, quando imperava o despotismo fabril ou a “servidão burguesa” (Leite Lopes, 1988). O artigo não tem como objetivo aprofundar ou discutir as lutas de classe dos operários nesta situação fabril.²

O artigo discute e aborda as formas de resistência cotidianas dos operários e o papel que as formas religiosas cristãs (protestantes e católicas) assumem, seja como elemento que sustenta a dominação seja como elemento de resistência cotidiana. Os dois casos de resistência cotidiana (no mundo fabril) apresentados são: a luta dos protestantes contra o trabalho dominical e a prática religiosa dos católicos na devoção a São Jorge no dia 1º. de maio, ao invés da padroeira patrocinada pela empresa têxtil.

Os operários protestantes (congregacionais) buscavam afirmar um preceito religioso, a guarda do dia do Senhor, e não agiam em função direta de reivindicações operárias ligadas ao movimento sindical, contudo, entraram em choque com a ordem capitalista ali estabelecida. Os operários católicos que expressaram sua devoção à São Jorge no dia 1º. de maio, também não agiam (pelo menos não há dados neste sentido) tendo por base uma compreensão desta data como rememoração do assassinato de trabalhadores ativistas, contudo, se expressam de forma relativamente autônoma em relação à ordem legítima daquele mundo do trabalho por meio de sua fé religiosa. Em suma, trata-se de formas de resistência religiosa do cotidiano operário entendidas como parte da experiência classe (THOMPSON, 1988).

2 Houve uma greve dos operários têxteis, em 1918, através da ação sindical dos anarco-sindicalistas da União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT) do Rio de Janeiro, que foi reprimida severamente dissolvendo o movimento grevista. Irá surgir uma ação sindical legal com o sindicato oficial da categoria na década de 1960 no momento de decadência do sistema de fábrica com vila operária.

II

Nenhuma forma de dominação é total, sempre há espaço, criado pelos dominados, para formas múltiplas de resistência, de negociação e de conflito. Segundo Weber (1991, p.33), dominação “é a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo...”. Assim, Weber argumenta que “o conceito sociológico de dominação deve ser mais preciso e só pode significar a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem”. As formas de dominação não se constroem apenas unilateralmente, como uma simples imposição por parte dos dominados, mas implicam uma relação de reciprocidade entre dominador e dominado. Weber (1991, p.16) entende a relação social como um “comportamento reciprocamente referido quanto a seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes e que se orienta por essa referência”. Ou seja, “um mínimo de relacionamento recíproco entre as ações de ambas as partes é, portanto, a característica conceitual”. Mas Weber alerta que “o conceito, portanto nada diz a respeito de que exista “solidariedade” entre os agentes ou precisamente o contrário”.

As formas de resistência construídas pelos dominados são múltiplas, uma dessas formas é a religião, que aparece nas obras de Genovese (1988) e Reis & Silva (1989), em suas abordagens do sistema escravista americano e brasileiro. Para Genovese (1988, p.259), “Nesta época secularizada, para não dizer cínica, poucas coisas parecem mais difíceis que levar as pessoas instruídas a encararem com seriedade os assuntos religiosos”. E pensar a religião com seriedade, dentro do sistema escravista, é concordar com o próprio Genovese (1988, p.282) quando afirma que “a ideologia religiosa é sempre ambígua politicamente”. Dentro dos estudos de Genovese, o cristianismo apresenta-se tanto sob a forma de resistência como de submissão ao sistema de dominação dos brancos sobre os negros.

Não podemos pensar o caráter politicamente ambíguo da religião dentro do sistema escravista sem refletir sobre o paternalismo. Para Genovese (1988, p.22/23), o paternalismo “surge da necessidade de disciplinar e justificar, moralmente, um sistema de exploração”, dessa forma, o paternalismo “definia o trabalho involuntário

dos escravos como uma legítima retribuição à proteção e direção que lhe davam os escravos”. Dentro da incerteza vivida pelo sistema de exploração – a probabilidade de encontrar obediência ou não – o paternalismo induzia e legitimava uma resposta positiva.

Contudo a religião não pode ser vista como simples objeto de legitimação moral da dominação ou como um simples instrumento de justificação do sistema de exploração do trabalho. Para Genovese (1988, p.25), “os escravos encontraram uma oportunidade de traduzir o próprio paternalismo em uma doutrina diferente da imaginada por seus senhores e de transforma-la em arma de resistência”. Para o referido autor, os escravos encontraram na religião seus próprios direitos e valores como seres humanos.

Uma análise semelhante encontra-se no estudo de Reis & Silva (1989) sobre o sistema escravista brasileiro. No próprio título do capítulo 1, “Entre Zumbi e Pai João – o escravo que negocia”, os autores apresentam dois pólos entre as formas múltiplas de resistência e conflito. Em contraste com a dicotomia que comumente associa, de um lado, Zumbi dos Palmares (a ira sagrada) e, de outro, a figura de Pai João (a submissão conformada), Reis & Silva (1989, p.78) afirmam que “Pai João não foi ausência de luta, mas uma estratégia de luta sob condições extremamente desfavoráveis”. Os referidos autores, fazendo referência a Genovese, afirmam que “A acomodação, em si mesma, transpirava espírito crítico, disfarçava ações subversivas e freqüentemente confundia-se com seu aparente oposto – a resistência”. O trabalho de Reis & Silva não apenas resgata a figura de Pai João como forma de resistência, mas também apresenta uma pluralidade de rupturas em relação ao sistema de dominação, como as fugas e a resistência cotidiana. Para os autores, “os escravos rompiam a dominação cotidiana por meio de pequenos atos de desobediência, manipulação pessoal e autonomia cultural” (1989, p. 32).

III

Seguindo as análises de Genovese (1988) e Reis & Silva (1989), podemos refletir sobre *a religião no sistema fabril* e seu ca-

ráter politicamente ambíguo, na medida em que, tanto colabora na construção da ordem legítima do sistema de dominação em vigor na formação histórica dos operários têxteis da Companhia Têxtil Brasil Industrial³ no início do século XX, quanto constitui uma das formas de resistência cotidiana, assim como de expressão da cultura dos operários, em relação ao domínio patronal sob a forma paternalista do *padrão de dominação fábrica com vila operária*.

A religião como uma das formas de resistência forjada pelos operários têxteis da Brasil Industrial no primeiro caso, ocorreu devido ao embate entre a ideologia religiosa dos operários protestantes e a ideologia capitalista do patronato fabril. Segundo a concepção de mundo do minoritário grupo protestante (os congregacionais) era inconcebível o trabalho dominical na fábrica, pois “domingo era dia do senhor”, afirmou uma antiga operária. Isto constitui uma particularidade na formação da classe operária e do capitalismo brasileiro, dissociado da ética protestante. Leite Lopes (1988, p.179) constatou o mesmo fato em relação aos “senhores feudais de Paulista”, que ignoravam os benefícios do “espírito do capitalismo” advindos da ética protestante.⁴ Em relação ao catolicismo, Leite Lopes (1988, p.180) afirma que “eles preferem construir o espírito adequado à sua concepção de capitalismo com a contribuição moral organizativa e disciplinar das associações católicas”.

A jornada de trabalho dos operários têxteis era de até doze horas diárias e nove horas aos domingos no início do século XX, até a deflagração da greve de 1918.⁵ A insubordinação dos *crentes*

3 A fábrica de tecidos de algodão da antiga Companhia Têxtil Brasil Industrial foi estabelecida em 1871 na antiga fazenda do Ribeirão dos Macacos (atualmente Cidade de Paracambi-RJ). Este grande estabelecimento industrial foi importante na economia fluminense por ter sido a primeira grande fábrica de tecidos de algodão do Brasil e a maior do Império na década de 1880.

4 Paulista é uma cidade industrial do Estado de Pernambuco, construída pela Companhia de Tecidos Paulista (Leite Lopes, 1988).

5 A greve de 1918 paralisou a fábrica de tecidos da Cia. Brasil Industrial por muitos dias assim como diversas outras fábricas de tecidos fluminenses e cariocas. A greve foi liderada pelos delegados da União dos Operários em Fábrica de Tecidos (UOFT) que tinham como bandeira de luta central a redução da jornada de trabalho para oito horas diárias com descanso semanal aos domingos. A greve representou uma ruptura importante na estrutura

congregacionais baseados em sua crença configurou-se como recusa ao trabalho dominical na busca da guarda do *dia do Senhor*. Segundo relato de operários este fato ocorreu por volta de 1907 ou 1908, quando um grupo de *bíblias* (como eram chamados os crentes congregacionais) não foi trabalhar no domingo e todos foram sumariamente dispensados da fábrica na segunda-feira seguinte.

O que deve ser ressaltado, seja em relação à perseguição e hostilidade que os *bíblias* sofreram da comunidade operária local, seja em relação à sua demissão pela recusa ao trabalho dominical, é a especificidade da formação da classe operária local e brasileira onde a prática religiosa protestante é marginalizada e tratada como subversiva ou inadequada dentro do nascente mundo fabril. A prática religiosa dos *bíblias* ameaçava a unidade do sistema social fábrica com vila operária alicerçado na moral católica.

Já dentro do *sistema Paulista*, Leite Lopes (1989, p.177) argumenta que a intolerância da Cia. de Tecidos Paulista em relação aos operários crentes representava um “ato de teatralização da dominação (...) enfatizando as idiosincrasias do poder absoluto sobre todas as esferas da vida de seus trabalhadores, inclusive religiosa”.

A resistência dos operários protestantes, os *bíblias*, recusando-se ao trabalho dominical imbuídos de sua crença religiosa, constitui uma forma de tradução da religião em arma de resistência (Genovese, 1988), encontrando na doutrina cristã seus direitos e seus valores. Mas devemos considerar o fato de que o grupo dos congregacionais era minoritário dentro do mundo operário local, não legitimado (apesar de legítimo), pelo sistema social vigente dentro do padrão de dominação das fábricas com vila operária.

Pensar a guarda do domingo pelos congregacionais no início do século XX, em uma comunidade operária nos arredores do Rio de Janeiro, como forma de resistência ou de insubordinação leva-nos a refletir sobre o consentimento gerado pela moral católica dentro

das relações interna ao padrão de dominação paralisando por alguns anos a organização da mais tradicional festa local em louvor a santa padroeira da fábrica e de seus operários.

deste mesmo mundo fabril particular, conforme relatado por uma antiga operária: “nós todos íamos trabalhar, íamos fazer o quê?” A contribuição da moral católica ao espírito do capitalismo brasileiro não foi apenas uma questão de preferência do patronato fabril, como afirmou Bastide (1975, p.10):

“o capitalista moderno manda rezar missas em sua fábrica do mesmo modo que o senhor dos tempos coloniais mandava celebra-las na capela de seu engenho”.

No sistema social gerado pelo padrão fábrica com vila operária, a religião também assume um caráter politicamente ambíguo: a doutrina cristã é traduzida pelos protestantes como forma de insubordinação na guarda do domingo e simultaneamente assume o caráter de religião oficial do patronato fabril e de todo o sistema social local vigente,⁶ contribuindo para a construção da ordem legítima.⁷ Quando Leite Lopes fala da *civilização* do sistema Paulista, a religião católica aparece como um aparato institucional de amparo e de enquadramento físico e moral dos trabalhadores, a igreja católica local representando a materialização desse aparato institucional.

Para Leite Lopes (1988), além dos benefícios sociais, a igreja institucionalizada pelo sistema social vigente seria um dos aspectos legitimadores da dominação fabril e extra-fabril. Para este autor, a “moral católica” adquiriu também uma importância fundamental na “formação de uma moral e de uma disciplina” do operário de Paulista. Leite Lopes (1988, p.175) ressalta que “essa formação, embora estimulada e subvencionada materialmente pela Cia. de Tecidos Paulista, passa pela especificidade e *campo de autonomia relativa* das associações católicas”.

6 A padroeira oficial da Companhia Brasil Industrial e de seus operários é Nossa Senhora da Conceição, cuja capela foi construída na década de 1880, por uma iniciativa conjunta dos diretores, gerentes e comunidade operária (48o. Relatório da Cia. Brasil Industrial, 1871/1921, p.7).

7 Segundo Max Weber (1991, p.19), “Toda ação, especialmente a ação social e, por sua vez, particularmente a relação social, podem ser orientadas, pelo lado dos participantes, pela representação da existência de uma ordem legítima. A probabilidade de que isto ocorra de fato chamamos “vigência” da ordem em questão”.

Segundo essa linha de pensamento, as próprias organizações católicas poderiam se tornar instrumento de resistência dos operários a partir da apropriação – ou tradução – da moral cristã dentro desse campo (religioso) relativamente autônomo. Assim, a doutrina católica seria, ela mesma, politicamente ambígua, na medida em que assume eficácia na interiorização da dominação por parte dos operários e, por permitir desenvolvimentos que subsidiam, indiretamente, sejam atividades de oposição ao poder patronal, seja a formação de uma cultura operária através da formação de movimentos católicos relativamente autônomos em relação ao patronato fabril.

Essa relação politicamente ambígua que a religião assume no mundo do trabalho particularmente no mundo do trabalho fabril no caso dos operários têxteis da Cia. Brasil Industrial, como forma de resistência e ao mesmo tempo como construtora da ordem legítima, não se traduz em uma simples leitura do sistema social de forma dicotômica com a cristalização das ações dos grupos religiosos: protestante = insubordinado *versus* católico = subordinado. Estaríamos formando um pensamento que Reis & Silva (1989) também procuram refutar, quando resgatam a figura do Pai João, as atividades dos candomblés da Bahia e a participação dos negros cativos nas festas católicas.

Se por um lado há uma continuidade do *formalismo católico*, (BASTIDE, 1975) advindo da cultura colonial brasileira entrando no nascente mundo industrial,⁸ assumindo esse formalismo uma configuração particular com as festas e procissões católicas em louvor a Nossa Senhora da Conceição e a São José Operário, por outro lado, o sentido das ações dos operários – como afirmaria Weber – não pode ser deduzido pela simples leitura das condições objetivas do mundo fabril. Apesar de estar a ação concreta vinculada a uma situação objetiva condicionante desta mesma ação, o sentido da ação é a representação que os agentes tem do curso de suas ações (Weber, 1991).

8 Não podemos nos esquecer que a Cia Brasil Industrial foi construída em uma antiga fazenda ainda no período escravocrata e que os primeiros operários (quando ainda não havia sido construída a vila operaria) foram hospedados nos antigos sobrados, galpões e armazéns da antiga fazenda inclusive na antigasenzala.

Como afirma Reis & Silva (1989, p.7), “o escravo aparentemente acomodado e até submisso de um dia podia tornar-se o rebelde do dia seguinte, a depender da oportunidade e das circunstâncias”.

Uma forma de apropriação e ressignificação das organizações e da moral crista católica se deu no meio fabril têxtil quando os operários católicos da Brasil Industrial expressaram sua devoção a São Jorge no dia 1º. de maio de 1945 intitulando-o “padroeiro dos operários” de forma autônoma e desvinculada do poder patronal. A imagem de São Jorge⁹ foi adquirida por iniciativa conjunta do operariado católico liderada por Jayme Barboza, quando a padroeira dos operários da Companhia era Nossa Senhora da Conceição. Segundo o relato dos operários, São Jorge era festejado todo dia 1º. de maio – dia do trabalhador – com missa na capela de Nossa Senhora da Conceição, procissão pelas principais ruas da vila operária e festa no clube da fabrica. Durante os festejos os operários ganhavam dos organizadores do evento santinhos com a imagem de São Jorge, o padroeiro dos operários, que continham no verso um número para participar do sorteio de prêmios durante os festejos. O mais importante a ressaltar é que a organização da festa do 1º. de maio em louvor a São Jorge era organizada de forma autônoma por este grupo operário sem envolvimento da diretoria da Companhia, diferente da festa da padroeira que era patrocinada pela diretoria que organizava comissões formada por operários de todas as seções de trabalho na fábrica.

Esse indício de pesquisa demonstra que a doutrina cristã católica não era apenas legitimadora, um simples aparato do sistema de dominação, mas também que os operários se apropriavam e a ressignificavam, assumindo papel ativo na expressão do sentimento religioso. Também no mundo fabril, os dominados *teciam* – sob a dominação do padrão fabrica com vila operária – formas múltiplas de resistência. Podemos relacionar essa complexa ambigüidade da religião católica no meio operário fluminense com o papel que o metodismo assume na formação da classe operária inglesa. Thomp-

9 Esta imagem ficava guardada na capela de Nossa Senhora da Conceição (tombada em 1985 pelo INEPAC) junto com outras imagens sacras desta capela, seus nichos e demais peças sacras e documentos guardados na sacristia (dados de trabalho de campo de 1995).

son (1988, p.232) afirma que “o metodismo obteve o maior êxito em servir simultaneamente como religião da burguesia industrial (...) e de amplos setores do proletariado”.

Para Thompson (1988, p.240), a religião também adquiria caráter ambíguo, segundo este autor, o metodismo era “hermafrodita em termos de classe”. Para Thompson (1988, p. 278):

Nenhuma ideologia é inteiramente absorvida por seus partidários: na prática, ela multiplica-se de diversas maneiras, sob o julgamento dos impulsos e da experiência. Desta forma, a comunidade de classe operária introduziu nas capelas seus próprios valores de solidariedade, ajuda mútua e boa vizinhança.

Em relação à apropriação dos textos bíblicos pelos operários, Thompson (1988, p.279) afirma que: “dispersos na Bíblia, havia textos aplicáveis a quase todos os contextos, que podiam provavelmente simbolizar tanto o contexto de luta de classes quanto o da peregrinação espiritual”.

O segundo aspecto fundamental é que as formas de dominação nunca se constroem apenas unilateralmente, como uma simples imposição por parte dos dominados, mas implicam uma relação de reciprocidade entre dominador e dominado. Weber (1991, p.33) definiu “dominação” como “a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis”. O aspecto relacional da dominação é definido por Weber (1991, p. 139) como “um certo mínimo de vontade de obedecer, i.é, de interesse (externo ou interno) na obediência, faz parte de toda relação autentica de dominação”.

IV

As formas de paternalismo do mundo fabril aqui analisadas são construídas em uma relação paternal de dominação dissimuladora da relação de exploração e de autoridade – dominação aberta – inerente nas relações entre dominador e dominado. A relação entre paternalismo e dominação ocorre na medida em que a relação paternal dissimula a

relação autoritária sob a forma da *proteção paternal* como legitimadora da dominação e construtora do consentimento dos dominados.

As relações entre dominador e dominado, mais especificamente entre patronato fabril e operariado têxtil, dentro do padrão fábrica com vila operária, são paternais na medida em que não ocorre uma simples relação contratual – legal – e também, não apenas pelo fato de o patrão ofertar – como dons – moradia, educação, lazer (conjunto de serviços oferecidos no sistema fábrica com vila operária) – mas, sobretudo, pelo fato de ser o patrão *pessoalmente* quem distribui esses dons.

Para Weber (1991, p.16), “um mínimo de relacionamento recíproco entre as ações de ambas as partes é, portanto, a característica conceitual”. Mas Weber (1991) adverte para o fato de que, ter uma reciprocidade de ações não implica que exista uma solidariedade ou rivalidade entre ambas as partes.

Relações Paternais no Sistema fábrica com vila operária

BENS INTERCAMBIADOS	
PATRÃO	OPERÁRIO
Emprego,	Deferência,
Moradia,	Obediência,
Serviços básicos.	Disciplina.

As relações paternais no padrão de dominação fábrica com vila operária baseiam-se no atendimento ou na satisfação de uma determinada expectativa que se constrói através do “comportamento reciprocamente referido”. Sempre que estas expectativas são atendidas, sempre que se tem o patrão protetor assim como o operário leal e disciplinado, garante-se a existência desta relação determinada. Na formação dos têxteis da Cia. Brasil Industrial, essas relações paternais vigoraram plenamente entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, de forma ideal típica, período que denomino de *auge* do sistema de fábrica com vila operária.

No momento de auge do sistema¹⁰ existia em maior grau a probabilidade de que tanto os operários quanto os patrões agissem de forma indicável – típica – em uma relação recíproca, orientando suas ações pelo conteúdo de sentido inerente a este sistema social: o sentimento de pertença a uma *grande família fabril*. Como uma antiga operária da fábrica relatou que: “era tudo praticamente uma grande família”.

A legitimidade das relações paternas de dominação é garantida seja através de uma atitude interna, seja através de uma expectativa de determinada consequência externa. No primeiro caso, a legitimidade baseia-se em um sentimento afetivo em relação ao mundo fabril, percebendo-o não como um simples local de trabalho, uma unidade de produção, mas com um sentimento afetivo oriundo da crença no pertencimento a uma grande família fabril. A religião fornecia o embasamento necessário, o fundamento desse sentimento afetivo, seja através do catolicismo oficial em vigor no interior do sistema, seja através da forma como ele era apropriado pelos operários. No segundo caso, a expectativa de determinada consequência externa, a legitimada fundamentava-se basicamente no direito estruturado na relação legal, em que o patrão aparece, simultaneamente, como aquele que oferece emprego, o locador das casas dos operários, e a pessoa que monopoliza os bens (benefícios sociais) oferecidos pela rede de serviços.

As ações dos operários que burlem ou refutem as expectativas externas dos patrões dentro do sistema esbarram, conseqüentemente, na probabilidade de coerção através da demissão do emprego na fábrica e simultânea perda da moradia, configurando o rompimento da relação paternal ou de reciprocidade.

Joyce (1982) argumenta que o paternalismo industrial nasceu dentro de uma transformação ideológica, o trabalhador não era mais encarado como uma (simples) mercadoria. Para Joyce (1982), o paternalismo industrial surge como uma “tentativa de restauração da

¹⁰ É preciso conceituar o sistema social como o conjunto das relações sociais vividas entre o mundo fabril e o mundo extra-fabril dos operários têxteis nesta situação objetiva.

comunidade de classes”, e, “longe de ser a negação da sociedade capitalista *laissez-faire*, o paternalismo foi a sua consequência inevitável”, e necessária, a fim de legitimar o “novo” sistema de exploração.

Referências

- BASTIDE, Roger. *Brasil terra de contrastes*. São Paulo: Difel, 1975.
- GENOVESE, Eugene. *A terra prometida – o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- JOYCE, Patrick. *Work, society and politics – The culture of factory in later Victorian England*. Londres: Methuen, 1982.
- LEITE LOPES, Jose Sergio. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero em co-edição com UnB e MCT/CNPq, 1988.
- REIS, João J. & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 (Volume II).
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: UnB, 1991.

Figura 47: Dados do Conjunto Fabril da Companhia Têxtil Brasil-Industrial.

Patrimônio Cultural Bens Tombados

Nome: Conjunto Fabril da Companhia Têxtil Brasil-Industrial
Número do processo: E-19/2009.031/84

O edifício central, concluído em 1871, era a unidade de produção do complexo fabril. Construção típica da arquitetura industrial inglesa da era vitoriana, de caráter funcional, apresenta forte volume quadrangular, torres salientes e paredes em tijolos aparentes com apurado acabamento. A Companhia iniciou suas atividades em 1874, vindo a modificar o panorama da região. Empregou mestres e operários ingleses, bem como famílias alemãs vindas de Santa Catarina. Em 1883, um incêndio destruiu toda a edificação que foi reconstruída em 1893, com acréscimo do bloco dos batedouros e instalação de luz elétrica. A fábrica representou importante papel no antigo povoado de Ribeirão dos Macacos, atual Paracambi, impulsionando o crescimento econômico e cultural da região. O conjunto tombado inclui o edifício central, a usina de força, a casa do diretor, a capela de Nossa Senhora da Conceição, inaugurada em 1880 e edificações complementares.

Tombamento Provisório: 16.12.1985
Tombamento Definitivo:
Localização:
 Avenida dos Operários - Paracambi

Fonte: Site INEPAC

http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/173. Acesso em 12 de março de 2019.

3 Apropriação da memória operária¹

Este ensaio busca analisar e refletir sobre o processo histórico-social de construção e de apropriação da *memória fabril e operária* na Cidade de Paracambi², Estado do Rio de Janeiro, onde se localiza a antiga fábrica de tecidos de algodão da extinta Companhia Têxtil Brasil Industrial fundada em 1870.³ Segundo Suzigan (1986, p.134), a Brasil Industrial foi *a primeira grande* (e até o final da década de 1880 *a maior*) fábrica de tecidos de algodão do Brasil.

A construção da *memória fabril e operária* é fruto de um processo histórico e social contínuo, ou seja, um processo constante de construção e de reconstrução ao longo do tempo, quando elementos desta memória são reinterpretados, ganham novos sentidos ou novos elementos são incorporados.

Entre o final do século 19 e a primeira metade do século 20, momento que considero como *auge do sistema social* “fábrica com vila operária” nesta particular região fluminense, configura-se a construção social da memória da fábrica e da classe operária têxtil, em um processo social marcado por relações de dominação, de

1 Ensaio publicado originalmente em CIAVATTA, Maria (coord.). Memória e temporalidades do trabalho e da educação. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ, 2007.

2 A emancipação político-administrativa da cidade de Paracambi somente ocorreu em 08 de agosto de 1960 integrando o Terceiro Distrito de Itaguaí, onde se encontrava a fábrica, e o Sétimo Distrito de Vassouras, onde se localizava a área comercial e a antiga estação ferroviária de Macacos construída em 1861.

3 A fábrica de tecidos de algodão da Companhia Têxtil Brasil Industrial foi estabelecida inicialmente em 1870 na fazenda do Ribeirão dos Macacos junto à estação do mesmo nome da Estrada de Ferro D.Pedro II, com um capital de 1.000.000\$000 (dividido em 5.000 ações de 200\$000 cada uma), cujos estatutos foram aprovados pelo Decreto n.4552 de 23 de julho de 1870. Esta Companhia foi instalada sob a direção dos Srs. José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho (depois Visconde de Tocantins), Barão de São Francisco Filho, Joaquim Antonio Fernandes Pinheiro, Evaristo Juliano de Sá, e José Corrêa d'Aguiar. O plano adotado para a realização da empresa foi elaborado pelo Sr. Willian S. Ellison, antigo engenheiro da Estrada de Ferro D.Pedro II (Primeiro Relatório da Cia. Brazil Industrial, 1874, p.5, Biblioteca Nacional). Sobre o tema, ver: Keller (1992, 1993, 1996, 2006, 2007).

resistência, de conflito e de reciprocidade. Compreender a dinâmica das relações sociais neste sistema é fundamental no entendimento da formação dos trabalhadores têxteis nesta localidade.

O conceito de complexo fábrica com vila operária busca dar conta da complexidade e da densidade das relações sociais que marca este sistema social. O complexo é ao mesmo tempo fabril e sócio-cultural, envolve tanto relações de trabalho quanto relações extra-fabris, em um fluxo de relações entre o espaço fabril e o espaço doméstico, entre a fábrica e a vila operária. Assim, as *fábricas com vila operária* podem ser vistas como uma forma particular de organização capitalista, onde as vilas operárias surgem como solução para o problema habitacional da classe trabalhadora e como forma de imobilização dos trabalhadores, enfim, elas são perfeitamente funcionais e lucrativas para o patronato industrial, mas elas também formam uma constelação de traços culturais presentes na experiência de vida dos atores sociais presentes nesta situação industrial.

As fábricas com vila operária formam um complexo sócio-econômico, cultural e político: a fábrica moderna, o trabalho assalariado (chamada de “servidão burguesa” por Leite Lopes), o paternalismo industrial com formas específicas de educação (escola operária), de religião (capelas com padroeiros católicos), de consumo (armazém da fábrica), e de lazer (clubes da fábrica) (KELLER, 1996).

Para Leite Lopes (1988, p.16-18), as fábricas com vila operária formam um “padrão específico de relações de dominação”, são fábricas que “subordinam diretamente os seus trabalhadores para além da esfera da produção”, estas fábricas constituem uma “configuração de uma estrutura de relações sociais de dominação, dentre outras configurações possíveis no interior do modo de produção capitalista e no interior do conjunto de relações entre a classe operária e o patronato”.

A percepção do sistema social *complexo* fábrica com vila operária no seu momento de auge - ideal típico - busca atender, não somente para a fluidez das relações entre os espaços da fábrica e da vila (o da produção e o da reprodução da força de trabalho), mas, também, para a complexidade do conjunto de relações entre os atores sociais

- patrões, funcionários, operários fabris, familiares e agregados - envolvendo dominação, resistência, conflito e reciprocidade.

As relações de dominação marcam profundamente as fábricas com vila operária. Nesta situação, os patrões não são simplesmente patrões, não se estabelece uma simples relação contratual, mas, os patrões são os proprietários das casas onde residem os operários, assim como, de toda a rede de serviços presentes nestas vilas (armazém, clube, capela, escola). A ameaça da perda do emprego vem junto com a ameaça da perda da casa. A subordinação dos trabalhadores têxteis era um fator gerador de medo, que pairava sobre a classe operária, medo de perder o emprego, medo de perder a casa, medo de “sujar” o nome da família junto ao poder patronal, implicando danos para os familiares que poderiam vir a precisar de algum benefício futuro, como emprego na fábrica ou casa na vila. A “boa conduta” era um pré-requisito para o acesso ao emprego e a moradia, e o nome da família era o código que poderia dar acesso ou barrar determinado trabalhador.

Quando pesquisava o arquivo morto do departamento de pessoal da fábrica da Cia. Têxtil Brasil Industrial, no ano de 1995, descobri que havia um controle dos patrões por meio das fichas de registro dos empregados. Estas fichas (segundo depoimento de antigo empregado do setor) ficavam em um arquivo isolado das demais, algumas eram marcadas com uma cruz vermelha, outras com duas ou três, indicando aqueles operários que não deveriam ser admitidos novamente na fábrica, aqueles que poderiam ser admitidos somente com autorização da direção e aqueles que não deveriam voltar em hipótese alguma. Algumas fichas denominavam estes operários “indesejáveis” como comunistas, baderneiros, outros como feiticeiros.

A dominação e o controle do operariado passam por estas condições de vida da classe operária têxtil. Esta dominação somente não era total devido à presença das relações familiares no interior das casas dos operários, à presença de relações de solidariedade e de ajuda mútua nos diversos espaços de lazer e de recreação, assim como, nos diversos espaços relativamente autônomos.

A resistência ao domínio patronal ocorria nestes pequenos espaços quando as relações sociais desvencilhavam-se momentane-

amente do domínio fabril. Conflitos e enfrentamentos diretos com o poder patronal ocorreram de diversas formas através de ação sindical ou por meio de outras formas de enfrentamento baseadas não apenas em ideais políticos, mas também em crenças religiosas.

No momento de auge do sistema social ocorreu a greve dos têxteis no ano de 1918, quando a fábrica ficou parada por várias semanas, sob a liderança dos anarco-sindicalistas da União dos Operários em Fábricas de Tecidos. Alguns anos antes, um grupo de *crentes* da Igreja Congregacional recusou o trabalho fabril aos domingos baseados em sua crença religiosa que diz que “domingo é dia do Senhor”. Essa recusa dos congregacionais ocorreu antes da greve de 1918, quando os operários tinham uma extensa jornada de trabalho, de até 14h diárias no interior da fábrica incluindo os intervalos para as refeições. Uma ex-operária aposentada afirmou: “Porque naquele tempo. A lei. Não tinha lei. Trabalhava-se de segunda a domingo e de domingo a segunda”. O enfrentamento dos “crentes” ao poder patronal resultou na demissão de todo o grupo de operários-protestantes.

A reciprocidade das relações dentro deste mundo operário se dava na medida em que havia uma ação esperada de ambas as partes, quando o patrão oferecia emprego e moradia e o operário fabril, em troca, oferecia seu trabalho, sua deferência, sua conduta disciplinada no ambiente da fábrica e no ambiente da vila.

Para Weber (1991, p.16/23):

Por “relação” social entendemos o comportamento reciprocamente *referido* quanto a seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes e que se orienta por essa referência. A relação social *consiste*, portanto, completa e exclusivamente na *probabilidade* de que se aja socialmente numa forma indicável (pelo sentido), não se importando, por enquanto, em que se baseia essa probabilidade (...) A “existência” de uma relação social nada mais significa do que a presença dessa probabilidade, maior ou menor, de que ocorra uma ação correspondente ao sentido (...)

Esta reciprocidade da qual fala Max Weber nada tem haver com solidariedade. O auge do sistema foi quando houve maior probabilidade de as relações sociais recíprocas acontecerem (patrão= paternal x operário= disciplinado), seja por condições políticas e econômicas mais amplas, que davam funcionalidade a este tipo de situação industrial, seja por condições internas do sistema fabril local, seja pelo aspecto paternal e ideológico que o sentimento de “grande família” proporcionava, sentimento este que permeava as relações sociais do sistema onde a prática religiosa católica oficial era um elemento legitimador da dominação, seja pelo medo permanente da perda dupla do emprego e da casa.

A construção da memória fabril e operária no momento germinal se dá em um processo sócio-histórico singular dentro do *complexo* fábrica com vila operaria, onde, apesar de toda dominação, despotismo e controle explícito e implícito, os operários tiveram um papel ativo (sentido de *auto-fazer* de Edward P. Thompson). Este papel ativo ocorria em diversas práticas sociais, seja por meio da resistência ou do conflito com o poder patronal, seja na atribuição de sentido às múltiplas relações sociais estabelecidas no ambiente doméstico, ou seja, nas capelas católicas e nas igrejas protestantes, nas escolas operárias, nos clubes e nos diversos espaços de lazer.

A *fábrica com vila operária* é vista aqui como condicionamento que marca profundamente a experiência da classe operária têxtil, mas a experiência destes trabalhadores, nesta situação, não é determinada (de forma mecânica), os operários têxteis, ao atribuírem sentido subjetivo às relações sociais ali empreendidas, apropriavam-se destas condições de vida, por meio de suas práticas sociais – religiosas, de lazer, redes de ajuda mútua, etc.

As casas da vila operária eram propriedade dos industriais têxteis, contudo, as vilas eram o “lar dos operários”, como um espaço onde o operariado “tecia” cotidianamente relações sociais dotadas de sentido (KELLER, 1996). A *apropriação de elementos do sistema de dominação* por parte dos próprios operários é o que dá sentido e constrói uma rede de relações com valores ligados ao mundo operário. É esta apropriação que dá significado ao termo “memória

operária” entendendo-o como uma “memória (dos) operários”, e não apenas, a memória da fábrica.

Podemos, hoje, falar em apropriação da memória fabril e operária na medida em que uma memória foi construída pelos próprios operários (auto-fazer) dentro de um contexto muito específico de trabalho e de vida cotidiana no interior do sistema. De forma contínua esta memória é re-construída e re-pensada por novos atores sociais no período posterior ao processo de declínio do sistema fábrica com vila operária.

Em suma, discutir o tema da *apropriação da memória fabril e operária* no momento atual implica: em primeiro lugar, o entendimento do processo histórico-social germinal de construção da memória, onde os têxteis, a despeito da dominação vigente, tiveram papel ativo se apropriando - de diversas formas - de elementos do sistema fábrica com vila operária, em segundo lugar, a compreensão das formas de apropriação após o declínio do sistema de fábrica com vila operária.

No meu trabalho de campo junto aos operários têxteis de Paracambi durante a década de 1990, as lembranças e percepções do passado eram dúbias e paradoxais, ao mesmo tempo em que enfatizavam o domínio e o controle do patronato fabril, também ressaltavam a saudade de um tempo em que não faltava trabalho e a vida era mais “saudável” e estável. Esta percepção vem da experiência de vida atual marcada pelo desemprego crescente e as dificuldades de uma classe trabalhadora que enfrenta um sistema público de proteção social fragilizado.

O declínio do sistema *complexo* fábrica com vila operária surge a partir da década de 1960 e está relacionado a uma série de fatores, destacando fatores econômicos, tais como: mudanças nos paradigmas produtivos e gerenciais e crise do setor têxtil fluminense e nacional. Contudo, o declínio também constitui uma configuração de um processo de desagregação dos elementos que compunham o antigo modelo *fábrica com vila operária*. O declínio expressa a separação da unidade entre a produção (fábrica) e a reprodução da força de trabalho (vila operária).

Os sinais deste declínio são evidentes: (i) a emancipação político-administrativa do Município de Paracambi (1960), até então uma comunidade composta de dois distritos (um de Vassouras e outro de Itaguaí), com o surgimento de um núcleo urbano a partir do transbordamento da antiga vila operária da Cia Têxtil Brasil Industrial, quando, progressivamente, o recente poder político municipal se defronta com o poder local “de fato” da fábrica; (ii) o surgimento do sindicato oficial dos têxteis (1966), enquanto representação dos trabalhadores marcando uma forma de ação sindical legal; (iii) o desmonte da rede de serviços mantida pela fábrica no momento de auge do sistema, com a transferência de alguns serviços para o recém instalado poder público municipal; (iv) a venda das casas da vila operária da Cia. Têxtil Brasil Industrial no final da década de 1970, como sinal de novas formas de gestão, quando a vila operária entra em desuso.

O declínio expressa estas mudanças. Compreende uma maior racionalização e burocratização do processo e das relações de trabalho. Ocorre a introdução de quadros técnicos formados fora do ambiente fabril e a progressiva substituição dos antigos mestres, há uma modificação no sistema de recrutamento dos trabalhadores que tende a deixar de ser feito diretamente pelo patrão e passa a ser feito por departamentos específicos, tornando a relação patrão-empregado mais impessoal.

O ambiente doméstico da antiga vila – núcleo urbano original – se torna relativamente autônomo em relação ao domínio do patronato fabril. Essa maior autonomia se expressa no surgimento do município e do poder municipal e na criação do sindicato oficial dos têxteis. Assim surgem dois novos atores coletivos: o poder público municipal e o sindicato legal da categoria. Com a desagregação da rede de serviços⁴ da fábrica, a prefeitura e o sindicato passam a

4 Essa rede de serviços presente nas vilas operárias é conceituada de forma diferenciada por vários autores: Leite Lopes (1988, p. 169) a chama de “aparato institucional”, para este autor a *organização deste aparato institucional materializa-se logo em suas realizações mais concretas e visíveis: hospital, igrejas, cinema, teatro, parque de diversões*. Rago (1985, p.179) a denomina de *rede de equipamentos coletivos e comerciais*, e Weid & Bastos (1986, p.157) de *mecanismos de controle sobre sua mão-de-obra*, para as autoras, *tais mecanismos foram progressivamente desenvolvidos e institucionalizados*,

ser canal do fluxo de atendimento de diversas demandas sociais.

Com o declínio do sistema diminui a probabilidade de que os patrões ofereçam casa e demais serviços, assim também, diminui a probabilidade de que os operários ajam correspondendo às expectativas dos patrões de serem disciplinados e leais. Surge a questão: constitui esse processo de mudança o desmanchar de uma forma de dominação ou um processo de racionalização da dominação inerente a este sistema capitalista adquirindo novas formas?

A apropriação da memória fabril e operária deve ser analisada a partir deste contexto de declínio do sistema *complexo* fábrica com vila operária. Falar de *apropriação da memória fabril e operária* remete a duas questões colocadas no início: quem se apropria? como se apropria?

Há uma *apropriação* por parte do poder público municipal na medida em que este poder incorporou elementos do antigo complexo fabril da Cia. Têxtil Brasil Industrial, se apropriando de símbolos do antigo mundo fabril/operário. Podemos listar diversas formas desta apropriação:

1. Duas décadas após a emancipação político-administrativa de Paracambi, em 1984, ocorre a declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação, pela Prefeitura Municipal de Paracambi, de uma série de terrenos nobres pertencentes à antiga Cia. Têxtil Brasil Industrial. Foram desapropriados, entre outros, o terreno do antigo Cassino (clube da fábrica) e o do campo de futebol do Esporte Clube Brasil Industrial;

2. Também em 1985, ocorre o tombamento provisório do conjunto fabril da antiga Cia. Têxtil Brasil Industrial pelo INEPAC (Secretaria Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro) com a colaboração da Prefeitura Municipal de Paracambi;

3. A compra do prédio da antiga fábrica da Cia. Têxtil Brasil Industrial pela Prefeitura Municipal de Paracambi, em 2002, com o apoio do governo do Estado do Rio de Janeiro.

manifestando-se de forma direta no dia-a-dia dos operários em diversos aspectos (KELLER, 1996).

4. A compra do antigo casarão gerencial e capela da extinta Companhia Brasil Industrial por terceiros (propriedade privada).

Há evidências suficientes para se argumentar que há uma *apropriação de elementos da memória fabril e operária* – em particular do principal símbolo do período de auge do sistema fabril têxtil: o imponente prédio da fábrica de tecidos da Companhia Têxtil Brasil Industrial.⁵

Mas ficam algumas questões para reflexão e para pesquisa futura: Em que medida os antigos operários e os demais trabalhadores têxteis se re-apropriam da memória fabril e operária? Em que medida os trabalhadores – enquanto construtores ativos – se relacionam com essa memória mediados pela intervenção do poder público?

Outras questões para pesquisa são: qual a relação entre a dominação patronal no auge do sistema e as novas formas de dominação política, na medida em que o poder político local se apropria de elementos e de símbolos da memória fabril e operária? Em que medida a apropriação de elementos do antigo sistema *fábrica com vila operária* trouxe maior participação operária e popular nestes espaços? Qual a eficácia de medidas como tombamento (provisório ou definitivo) se não há efetivas políticas culturais – tanto no âmbito municipal quanto no estadual? Por que o tombamento continua provisório quando o valor histórico e cultural do conjunto fabril demanda um tombamento nacional pelo IPHAN? Por que a casa da gerência (uma espécie de *casa-grande do complexo fábrica com vila operária*) e a capela de Nossa Senhora da Conceição (padroeira da fábrica e dos operários – ambas tombadas pelo INEPAC – não foram declaradas de utilidade pública, junto com o prédio da antiga fábrica e outros elementos do complexo (como o antigo cassino) para que se tornassem, também, partes do patrimônio público local, como forma de os trabalhadores/municípios

5 Conforme dados do Primeiro Relatório da Companhia Brasil Industrial, 1874: “Fábrica de tecidos montada com 400 teares, construindo-se para ella o competente edificio, com 500 pés de comprimento sobre 50 de largura, com 3 andares, além das lojas, com alicerces de pedra, e grossas paredes de pedra rústica até o vigeamento do 1.º andar; e com paredes de tijolos d’ahi para cima”.

se apropriarem de elementos simbólicos importantes da memória fabril e operária local? O declínio do sistema *fábrica com vila operária* e o conjunto de mudanças em curso tem levado a novas configurações sociais mais democráticas, onde os trabalhadores têm maior espaço e melhores condições de vida, ou as antigas formas de dominação patronal tem sido substituídas por novas formas de dominação política e por novas formas de dominação econômica? A transformação da antiga fábrica em um espaço de educação e de cultura tem colaborado na formação de um cidadão mais autônomo e crítico ou um “cidadão produtivo emancipado” (CIAVATTA, 2007)? As instituições educacionais que se instauraram neste antigo espaço fabril – assim como as demais escolas locais – têm ajudado a refletir sobre a memória fabril e operária, e sobre o tema do patrimônio industrial, sobre a cultura fabril e o trabalho fabril têxtil, assim como, sobre a dura realidade do mundo do trabalho hoje?

Mais do que a simples apropriação de elementos e de símbolos da memória fabril e operária por parte do poder público municipal, faz-se necessário uma profunda apropriação reflexiva do passado e do presente desta comunidade de origem operária por parte dos próprios “trabalhadores/municípios”.

Referências

CIAVATTA, Maria (org) *Memória e Temporalidades do Trabalho e da Educação*. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ, 2007.

HOBBSAWN, Eric J. “Trajetória do Movimento Operário”. In: *Trabalhadores*. Revista da Prefeitura Municipal de Campinas, N. 2, 1989.

KELLER, P.F. *A formação dos trabalhadores têxteis em Paracambi-RJ e o sistema de fábrica com vila operária*. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro-RJ, NUPES-LPS-IFCS-UFRJ, 1992.

_____. *A ação sindical têxtil em Paracambi-RJ e o sistema de fábrica com vila operária*. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro-RJ, NUPES-LPS-IFCS-UFRJ, 1993.

_____. *O cotidiano e o complexo: fábrica com vila operária em Paracambi-RJ*. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGSA - IFCS - UFRJ, 1996.

<http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br/marco06/01.html>

_____. *Dominação e Religião no Mundo do Trabalho*. Revista ENFOQUES. PPGSA-IFCS-UFRJ, Rio de Janeiro - RJ, Volume 6, No. 1, maio de 2007. Disponível em: <http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br/maio07/03.html>

LEITE LOPES, J.S. *A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”*. SP: Marco Zero; Brasília: UnB, 1988.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar - A Utopia da Cidade Disciplinar: Brasil - 1890/1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira - Origem e Desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operaria inglesa*. RJ: RJ: Paz e Terra, 1988 (Oficinas da História, Volume I).

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora da UnB, 1991.

WEID, Elisabeth von der & BASTOS, Ana Marta R. *O Fio da Meada - Estratégia de expansão de uma indústria têxtil: Companhia América Fabril: 1878/1930*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa & Confederação Nacional da Indústria, 1986.

Realizado o Depósito legal na Biblioteca Nacional
conforme Lei n. 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TÍTULO	Cultura do Trabalho Fabril
AUTOR	Paulo Keller
CAPA	Ladrilho design
PROJETO GRÁFICO	Ladrilho design
REVISÃO	Paulo Keller
FOTOS	Garibaldi Segundo Farias e Silva
FORMATO	14 x 21cm
PÁGINAS	190
TIPOGRAFIA	Rotis e Bree
PAPEL	Versão Digital
EDIÇÃO	1ª edição - Dezembro de 2019
TIRAGEM	Versão Digital
PUBLICAÇÃO	Editora da Universidade Federal do Maranhão - EDUFMA
IMPRESSÃO	Versão Digital